

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

Alessandra Santiago da Silva

Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de
Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo

São Paulo

2021

Alessandra Santiago da Silva

Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de
Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Área de Concentração: Museologia

Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos.

Versão corrigida. A versão original encontra-se na biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).



São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santiago da Silva, Alessandra Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo / Alessandra Santiago da Silva; orientador Camilo de Mello Vasconcellos. -São Paulo, 2021.
144 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Sociomuseologia. 2. Educação em Direitos Humanos . 3. Acessibilidade . 4. Inclusão Sociocultural . 5. Território . I. de Mello Vasconcellos, Camilo , orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:

Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

Banca examinadora:

Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Carla Gibertoni Carneiro

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Ronaldo Trindade

Instituição: Instituto Paulista de Sexualidade

DEDICATÓRIA

Meus sobrinhos Arthur e Manuela.

AGRADECIMENTOS

Agradecer por uma jornada de um trabalho de Mestrado que se configura com esta dissertação, não é uma tarefa muito fácil, pois, muitas pessoas contribuíram para que esta pesquisa fosse concluída. Contudo, quero expressar meus agradecimentos para algumas pessoas que considero essenciais que seus nomes estejam aqui contemplados.

Agradeço à minha família, pelo apoio de meus pais; Maria e Josezito que demonstraram paciência com suas palavras de incentivo nesta jornada, e meus irmãos; Anderson e Andreza por compreender e apoiar cada etapa do processo me acolhendo.

Agradeço especialmente com muito carinho ao meu orientador Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos, sempre muito paciente, gentil e atencioso, que propiciou uma jornada tranquila aumentando meu interesse com as questões sobre os museus da América Latina.

Agradeço especialmente às Professoras Doutoras Cristina Bruno e Carla Gibertoni que compuseram minha banca de qualificação, e ainda, aos professores doutores membros da minha banca examinadora Carla Gibertoni novamente e Ronaldo Trindade pelo aceite do convite e suas ponderações sobre a pesquisa foram essenciais.

Agradeço ao corpo de docentes do PPGMus e os funcionários colaboradores do Museu de Arqueologia e Etnologia pelo trabalho realizado e aos colegas da turma com os quais compartilhei importantes reflexões.

À Museóloga Kátia Felipini quem com grande carinho me inspirou estudar Museologia.

Agradeço a amizade construída com os parceiros da experiência piloto desenvolvida Carmen Lopes, Lucas Cesar e todos os participantes dos encontros.

À querida melhor amiga distante do abraço, mas, perto do coração sempre, Julyana e os amigos queridos da Universidade Adriana, Aline, Italo e Philip que faziam com que momentos mais complicados da trajetória se tornassem simples risadas do verdadeiro valor das amizades.

Aos amigos de trabalho do museu, aguerridos sempre em nosso ofício na cultura e educação mesmo em tempos bem difíceis, como este!

Registro um agradecimento aos colegas Caio, Raoni e Viviane que a vida presenteia com uma próspera amizade, vocês foram e são importantes saibam disso!

E com carinho Diego Parroy que mesmo distante, foi quem muitas vezes ouviu minhas dores da trajetória da pesquisa e me desejava em suas palavras que a vitória seria conquistada. Muito obrigada a todos!

RESUMO

SILVA, Alessandra Santiago da. **Para além dos muros do museu: algumas propostas para o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2021.

A presente dissertação propõe uma reflexão sobre as relações entre museu e sociedade a partir da Sociomuseologia, com o objetivo principal de apresentar uma proposta de programa educativo de inclusão sociocultural capaz de atender à demanda do público que habita os arredores da Instituição do Memorial da Resistência de São Paulo, em específico para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Sociomuseologia; Educação em Direitos Humanos; Acessibilidade; Inclusão Sociocultural e Território.

ABSTRACT

SILVA, Alessandra Santiago da. **Beyond the museum walls: some proposals for the Educational Action Program of the Memorial da Resistência de São Paulo**. 2021. 144 f. Dissertation (Master's degree) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2021.

This dissertation proposes a reflection on the relationship between museum and society from Sociomuseology, with the main objective of presenting a proposal for an educational program of socio-cultural inclusion capable of meeting the demand of the public that inhabits the surroundings of the Institution of the Memorial da Resistência de São Paulo, specifically for people in situations of social vulnerability

Keywords: Sociomuseology; Human Rights Education; Accessibility; Sociocultural Inclusion and Territory

Lista de Figuras

Figura 1 – Referência à peça “Lembrar e resistir”

Figura 2 – Fachada do prédio do Memorial da Resistência de São Paulo

Figura 3 – Localização do Memorial da Resistência de São Paulo

Figura 4 – Planta da exposição de longa duração

Figura 5 – Desenho de Torres Garcia – América invertida

Figura A – Tabuleiro do jogo “*De passo em passo*”

Figura B – Leitura do tabuleiro

Figura C – Cartas de avanços e retrocessos

Figura D – Conteúdo de algumas cartas

Figura E – Regras

Figura F – Como jogar

Lista de Siglas

APAC – Associação Pinacoteca Arte e Cultura

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CECA/ BR – Comitê de educação e Ação Cultural – Brasil

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo

CPS/SP – Centro Paula Souza de São Paulo

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DECON – Departamento de Polícia do Consumidor

DEOPS/SP – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo

EDH – Educação em Direitos Humanos

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

MAC-USP – Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

MP-USP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo

MZ-USP – Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo

MRSP – Memorial da Resistência de São Paulo

PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo

PPGMus – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia

PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SISEM/SP – Sistema Estadual de Museus de São Paulo

SESC/SP – Serviço Social do Comércio de São Paulo

SPTRANS – São Paulo Transporte

REM /BR – Rede de Educadores Museais - Brasil

UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 13 |
| Capítulo I - A vocação do Memorial da Resistência de São Paulo | 19 |
| 1.1 A formação da instituição..... | 19 |
| 1.1.1 O edifício | 22 |
| 1.2 A exposição | 25 |
| 1.2.1 As exposições temporárias | 28 |
| 1.3 Os conceitos norteadores | 28 |
| 1.4 As linhas programáticas..... | 30 |
| 1.4.1 Ação Educativa em um lugar de memória na atualidade..... | 33 |
| 1.5 Caminhos para a Ação Educativa do lugar de memória na pauta | 38 |
| Capítulo II – Sociomuseologia, inclusão sociocultural e o território do entorno do Memorial da Resistência de São Paulo..... | 40 |
| 2.1 Sociomuseologia no campo dos processos museológicos para uma Museologia possível..... | 41 |
| 2.2 Experiências museológicas no âmbito da Sociomuseologia | 44 |
| 2.3 Inclusão sociocultural alinhada aos processos museológicos | 46 |
| 2.3.1 Referências de programas educativos inclusivos | 52 |
| 2.4 Um território de afeto: abordagem contemporânea de orientação sociocultural..... | 54 |
| 2.4.1 A historicidade do território: rupturas, continuidades e complexidades até a atualidade..... | 54 |
| 2.5 Tempos e cenários controversos não esperados na sociedade global..... | 63 |
| Capítulo III - Resistências no Território: o museu é lugar de encontro | 69 |
| 3. 1 A bússola da Educação em Direitos Humanos | 69 |
| 3.2 Pedagogias desde o Sul | 74 |
| 3.3. A experiência piloto..... | 76 |
| 3.3.1 O <i>Lugar de Encontro</i> e os parceiros | 78 |
| 3.3.2. Um dos objetivos da experiência materializado: o jogo “DE PASSO EM PASSO” | 83 |

| | |
|--|-----|
| 3.4 Propostas para o Programa de Ação Educativa | 88 |
| 3.5 A Equipe do Programa de Ação Educativa e a Coordenação falam sobre o Memorial, o Território e a Ação Educativa..... | 93 |
| Considerações Finais | 111 |
| Referências bibliográficas: | 113 |
| Anexos: | 121 |

Introdução

Esta pesquisa de Mestrado visa refletir sobre os vínculos entre o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) e a comunidade vizinha, localizada nos arredores da Instituição, apresentando uma proposta de um programa educativo de inclusão sociocultural.

A motivação teve a ver com o fato de o Memorial da Resistência ser um espaço museológico comprometido com o caráter preservacionista das memórias de lutas por Direitos Humanos, e também, com minha trajetória profissional como educadora, desde 2012 na Instituição, no âmbito do Programa de Ação Educativa, assim como, a forte e afetuosa relação de pertencimento junto ao território do entorno.

Desde 2008, o Memorial da Resistência funciona num antigo prédio situado no bairro da Luz, onde, nos anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985)¹, serviu tanto de cárcere quanto local de interrogatórios e torturas de mulheres e homens considerados subversivos pelo Governo. Atualmente parte do edifício que foi a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP)², órgão da polícia política do Estado, é dedicado à preservação das memórias da resistência e da repressão no Brasil republicano, chegando aos dias atuais com sua comunicação museológica.

O Memorial da Resistência tem contribuído com a reflexão sobre a história recente do Brasil, buscando valorizar os princípios democráticos e a conscientização acerca dos Direitos Humanos. Sua missão é assegurar o debate, fazendo emergir as vozes dos cidadãos que resistiram ao período de um Estado de exceção.

Por meio das atividades que desenvolvo nesta Instituição, fazendo usos metodológicos da Educação em Direitos Humanos, algumas questões começaram a emergir, principalmente por conta dos diálogos estabelecidos com a população vizinha do museu. O título desta dissertação - “Para além dos muros do museu: algumas propostas

¹ Optamos por utilizar na escrita referente ao período de exceção imposto com o golpe militar de 1964, usar o termo Ditadura Civil-Militar, ao invés de Ditadura Militar ou Ditadura, atualmente desde 2014, ano de rememoração de 50 anos do golpe, tem se utilizado com frequência por ativistas de direitos humanos, expostos e perseguidos políticos, pesquisadores e outros; e o Memorial adere em sua comunicação. Isso se dá - apesar de pouco explorado - por reconhecer que segmentos do corpo empresarial esteve ao lado dos militares, mesmo o período oposto ao Estado Democrático de Direito ter sido instaurado por militares. No entanto, em alguns momentos da escrita podem aparecer à menção ditadura, mas nossa defesa de uso de termo é Ditadura Civil-Militar.

² O Deops foi criado em 1924 atuando em outros endereços no centro da cidade, em 1940 passou a sediar o edifício do atual MRSP.

para o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo” –, bem como a pesquisa que ora apresento, devem ser entendidos como efeitos resultantes dessa aproximação.

O território em que se encontra o espaço museológico é atravessado por questões sociais problemáticas, facilmente percebidas num rápido passeio pela Estação da Luz e seus arredores. Pessoas em situação de rua, grande parte dependente de álcool e outras substâncias psicoativas, algumas vivendo da prostituição, integram esta paisagem. Por ali, os mais diferentes sotaques e idiomas também podem ser ouvidos, tudo isso sob o atento policiamento do Estado. Miséria, abandono e uma evidente condição de vulnerabilidade social fazem desses habitantes algo menos que cidadãos, já que tantos direitos lhes foram expropriados. Atingir essa população dos arredores com a oferta de inclusão sociocultural foi, então, o objetivo central de minha pesquisa.

Cabe ressaltar, que a trajetória da Ação Educativa do Memorial da Resistência foi sempre orientada a buscas por temáticas voltadas para diferentes perfis. Entretanto, o desafio atual é cruzar os muros do museu em direção à população que habita a região e que experimenta, diariamente, privações diversas, além da repressão policial. Pensar e implementar ações de inclusão dessas pessoas seria, verdadeiramente, fazer cumprir o tripé conceitual do espaço: controle, repressão e resistência, explorados e discutidos dentro do museu e fora dele. Urge, portanto, realizar essa tarefa com um acompanhamento mais estratégico de ação.

Sabemos que todos os indivíduos merecem ser transformados pela experiência museológica, de modo que essa experiência possa contribuir na história da humanidade e na sua própria história. As instituições museológicas e seus profissionais estão imbuídos do desejo de que o museu possa ser transformador, e nada mais significativo e justo de se acontecer neste “lugar de memória”³

De modo geral, foi a partir da leitura do relatório da Comissão Nacional da Verdade⁴ - entregue, em 2015, para ser de uso do interesse público e social, conjuntamente com acervo documental e arquivístico reunidos em dois anos de trabalhos, - que nossa proposta começou a se delinear e o olhar sobre o território e temas como a redução de danos passaram a fazer parte das reflexões.

³ NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. France: Gallimard, 4ed. 1997.

⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 18 de novembro de 2011, por meio da Lei 12.528 com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o Direito à Memória e à Verdade histórica e promover a reconciliação nacional, os trabalhos foram iniciados em 2012.

O referido relatório, em uma de suas vinte e nove recomendações, sugere como medidas institucionais a “promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na formação educacional da população”. Apesar de nessa recomendação a adoção ficar a cargo de medidas e procedimentos para serem incluídos nos currículos das escolas públicas e privadas dos graus fundamental, médio e superior, achamos importante expandir essa medida também aos espaços museológicos, uma vez atestada a inexistência sistematizada de ações promovidas pela Ação Educativa para o atendimento específico da população que ocupa de formas diversas a região. O desafio, portanto, seria incorporar ao programa educativo esta demanda.

O desenvolvimento da pesquisa contou com uma experiência piloto com considerações para o Memorial da Resistência com a sugestão de acordo com seu Plano Museológico de 2019-2023, possa criar e concretizar um programa educativo inclusivo, do ponto de vista sociocultural, capaz de alcançar as pessoas dos arredores. Apoiada em questões teóricas e metodológicas da Sociomuseologia, somados à produção de material educativo num processo colaborativo diretamente com algumas pessoas deste território, percorremos caminhos possíveis de abertura para a Instituição com a inclusão sociocultural.

Por meio da promoção e articulação de encontros regulares com duas instituições, o *Núcleo de Convivência Prates*⁵ e o *Coletivo Tem Sentimento*⁶, que realizam atendimentos na região com foco em pessoas em situação de rua e usuárias de álcool e outras substâncias psicoativas; realizamos os encontros que possibilitaram delimitar algumas estratégias que contemplassem as especificidades dessas pessoas. Entrevistas com a equipe da Ação Educativa e com a Coordenação⁷ também foram realizadas para esclarecimentos de ampliação de constatação referente à dinâmica institucional e o território.

Tendo em vista estimular o pertencimento no espaço museológico do Memorial da Resistência como lugar de encontro para diálogos, onde as discussões acerca dos conteúdos de cidadania e Direitos Humanos foram aprofundadas, o objetivo foi contribuir com o protagonismo deste perfil de público para além da garantia de acesso.

⁵ O *Núcleo de Convivência Prates* localizado na Rua Prates, no bairro do Bom Retiro que contempla ao perímetro de bairros pertencentes ao território, é um espaço dedicado à convivência de pessoas em situação de rua com a promoção de atividades para o resgate da cidadania.

⁶ O *Coletivo Tem Sentimento* idealizado pela Assistente Social Carmen Lopes de Almeida que atua no território desde 2015 de forma autônoma, mas, que já trabalhou em alguns programas de assistência pela gestão da prefeitura, promove ações junto aos usuários de drogas e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

⁷ Coordenadora do Memorial da Resistência e coordenadora do Programa de Ação Educativa.

Os museus estão abertos a todos, porém, não são visitados por todas as parcelas da sociedade. [...] não basta que os museus sejam públicos e gratuitos, há diversas barreiras invisíveis e simbólicas que impedem diferentes setores e pessoas a acessarem e usufruírem desses locais. Cabe às instituições museológicas criarem estratégias internas e externas para abrir esse *locus* a outras percepções e realidades culturais.⁸

Nossa intenção é fortalecer os vínculos com a vizinhança, de modo a melhor informá-la sobre o papel preservacionista do Memorial da Resistência. Estabelecer uma continuidade entre o *dentro* e *fora* do museu por meio de ações que promovam a acessibilidade para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social que habitam este território, foram tarefas concretizadas durante a pesquisa. Nosso objetivo e desejo foi sempre que a Ação Educativa da Instituição tenha um programa sistematizado para essas pessoas.

Esta dissertação de mestrado está dividida em três capítulos.

No primeiro, “A vocação do Memorial da Resistência de São Paulo”, apresentamos o Memorial da Resistência de São Paulo, que faz parte dos equipamentos culturais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, gerido pela Associação Pinacoteca de Arte e Cultura - APAC/Organização Social. Para tanto, abordamos seus aspectos institucionais desde o momento da implantação do espaço; o histórico do edifício; a exposição; os conceitos norteadores, com ênfase nos usos da equipe de educadores; o desenvolvimento das linhas programáticas que potencializam os percursos da Ação Educativa, com destaque na lacuna observada com um trabalho sistematizado para/com as pessoas dos arredores. Ao final deste capítulo, apresentamos as características atuais e os novos desafios, contidos no Plano Museológico da Instituição de 2019-2023, que apontam caminhos para que a Ação Educativa possa expandir suas abordagens e estratégias de alcance mais efetivo da paisagem cultural urbana que circunda o Memorial.

⁸ VASCONCELLOS, Camilo de Mello; SILVA, Maurício André da. A mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 20, n. 3, 2018. p. 625.

No segundo capítulo, “Sociomuseologia, inclusão sociocultural e o território do entorno do Memorial da Resistência de São Paulo”, tomamos o conceito de Sociomuseologia como eixo central da reflexão, termo que adentrou a academia pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que apareceu em Lisboa, no ano de 1985, mas que remete inicialmente a Declaração de Quebec⁹. Neste sentido, a Sociomuseologia deve ser compreendida como um movimento de alargamento das funções tradicionais da Museologia, dedicado à valorização da vida diária nos espaços museológicos, por meio de estratégias que possam contribuir para a qualidade de vida dos indivíduos que usufruem destes espaços. Nosso objeto de estudo está ligado umbilicalmente à perspectiva sociomuseológica. Por isso, achamos por bem destacar duas instituições: o Museu da Maré, no Brasil, e o Museo Itinerante de la Memoria y de la Identidad de los Montes de María, na Colômbia. Considerando a inclusão sociocultural pelos processos museológicos, a reflexão apresenta a concepção do não público de museus, que torna evidente uma série de desigualdades que impedem a democratização de oportunidades. Desse modo, referenciamos dois setores educativos inclusivos de museus - a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Em seguida apresentamos uma abordagem do entorno do Memorial da Resistência, ressaltando sua historicidade, sublinhando rupturas, continuidades e complexidades em referência ao público alvo da pesquisa. O capítulo se encerra - dado o contexto pandêmico no qual o Novo Coronavírus se disseminou rapidamente pelos quatro cantos do globo - apresentando uma reflexão acerca da crise no âmbito social, e do processo de reinvenção dos museus para o futuro, com o uso dos recursos digitais com a comunidade on-line e a memória do momento vivenciado quando chegar ao fim a pandemia.

Nosso último capítulo, “Resistências no Território: o museu é lugar de encontro”, apresenta o escopo do processo de implantação da Educação em Direitos Humanos no Brasil e em certa medida de outros países da América Latina, ressaltando o direito fundamental que todo indivíduo deve vivenciar com a garantia da dignidade. Serviram-nos de suporte teórico para este capítulo as Pedagogias do Sul (SANTOS, 2009) que abordam

⁹ Em 1984 após a primeira manifestação pública e internacional sobre uma nova museologia ocorrida em 1972 na “Mesa Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Declaração de Quebec é o documento que retoma o reconhecimento para uma nova museologia. Publicada nos Cadernos de Sociomuseologia, n.15, p. 223-225. Tradução de Mário Moutinho e revisão de Marcelo Matos Araújo.

as desigualdades a que são submetidos muitos grupos sociais com relação às políticas públicas. Tais perspectivas objetivam ampliar os horizontes desde o Sul global no que se refere a direitos econômicos, sociais e culturais, o que se converte de essencial importância nas lutas por Direitos Humanos. A essa discussão se segue o esboço de um estudo descritivo da trajetória da experiência piloto, desenvolvida em 2019 pela autora com os parceiros: *Centro de Convivência Prates e o Coletivo Tem Sentimento*¹⁰, e ainda, recortes das entrevistas realizadas com a Coordenação e Equipe do Programa de Ação Educativa do Memorial, cujo processo metodológico de ambos, embasa a proposta de inclusão sociocultural para as pessoas dos arredores da Instituição.

A proposta de inclusão sociocultural que apresentamos está ancorada no uso dos processos da Sociomuseologia, da Educação em Direitos Humanos bem com, das Pedagogias desde o Sul reverberando a relação museu/território/comunidade considerando um diagnóstico de demandas. Desta forma, são propostas com estratégias de tecer vínculos com a referida vizinhança, divididas em duas partes; a primeira relacionada à estrutura física do museu e possíveis conflitos diários com o público, com a proposição de modificar os espaços de acolhimento da recepção juntamente com a oferta de dois cursos de formação; sendo um para o corpo de funcionários colaboradores e outro para o público geral interessado na temática.

A segunda parte da proposta contempla cinco projetos de ações socioeducativas expandidas, possibilitando ao Memorial experimentar e consolidar para além dos muros, valorizando a condição de sujeito de direitos dos vizinhos:

1. O lúdico na minha vida: infância e memória;
2. Ocupação;
3. A cultura é?;
4. ABC poeticamente diário;
5. Territoriar.

Todos eles apresentam condições exequíveis, perspectivas de desdobramentos institucional com sucesso qualificado em acordo com o plano museológico da Instituição.

Nas considerações finais, sintetizamos a relevância da Instituição, com todo seu potencial de lugar de memória e processo que vem desenvolvendo de compromisso com os cidadãos, desde sua implantação; cuja dinâmica é de agente de transformação social.

¹⁰ A experiência piloto teve início em fevereiro de 2019 e encerramento em dezembro do mesmo ano.

Capítulo I - A vocação do Memorial da Resistência de São Paulo

1.1 A formação da instituição

O Memorial da Resistência de São Paulo, a partir de agora referido por sua sigla, MRSP, integra os equipamentos da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e, através da intervenção museal, desenvolve sua proposta de responsabilidade social. Tal processo teve início em 2008 e visava revitalizar ou reavaliar o Memorial da Liberdade¹¹.

O Memorial da Liberdade, exposição organizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo¹², não agradava a comunidade de ex-presos políticos e, em 2007, recebe o projeto de intervenção que propunha uma nova perspectiva museológica para o espaço. Tal projeto foi implementado após reiteradas reivindicações junto ao Poder Público pelo Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos. Um dos integrantes deste Fórum, Maurice Politi, passou por mais de um cárcere no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), entre eles o DEOPS/SP, atual MRSP. Em uma das entrevistas cedidas para o Programa de Coleta Regular de Testemunhos do Memorial, Politi se refere ao momento em que adentrou pela primeira vez o local que, na época, abrigava o Memorial da Liberdade:

[...] eu me lembro que me deu uma profunda emoção de estar de volta a esse lugar que não representava o que a gente pensava que deveria representar. E aí começou aquela luta para a conversão do espaço no Memorial da Resistência, que é o que temos hoje.¹³

¹¹ O Memorial da Liberdade foi uma exposição sob a gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo com inauguração em 2002, permanecendo até 2006, quando foi transferido para a gestão da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

¹² O Arquivo Público do Estado de São Paulo é o responsável pela guarda do acervo documental do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), formado por aproximadamente 3.5 milhões de documentos 1.538.000 fichas, 149.917 prontuários e 9.141 “dossiês” de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais de interesse dos órgãos de repressão. Dados retirados do arquivo em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>

¹³ POLITI, Maurice. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 25/04/2018.

As reivindicações¹⁴ dos ex-presos políticos somou-se ao trabalho de profissionais da área de Museologia, História e Educação, convidados¹⁵ por Marcelo Mattos Araújo, que na época dirigia a Pinacoteca do Estado, a participar deste processo de transição do espaço, estabelecendo as condições para que as vozes dos protagonistas desta história, pudessem ser ouvidas, notadamente no que se refere à memória do lugar, ou seja, por parte dos ex-presos políticos.

A museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, responsável, na época, pela concepção e desenvolvimento do projeto, afirma que essas primeiras interlocuções foram importantes para o delineamento dos caminhos que seguiriam com o processo de transição do Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência:

[...] Quando começamos essas conversas com os ex-presos, ou com outros grupos, as pessoas sempre diziam que se incomodavam com esse nome. Mas quando nós pensamos em outros conceitos, e começamos a caminhar por outras rotas, nós imaginamos que seria muito difícil mudar o nome, porque era algo oficial que dependeria, sei lá, de uma outra lei, mas ousamos.¹⁶

A modificação do nome Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência é, sem dúvida, algo de grande relevância para os próximos direcionamentos que viriam com o processo. Cristina Bruno complementa:

Eu me lembro que, antes mesmo de inaugurar a Estação Pinacoteca, houve aqui no edifício uma grande exposição do Siron Franco, um evento imenso, e os ex-presos fizeram uma super-manifestação de protesto na porta.¹⁷

Ao citar a exposição do artista plástico Siron Franco¹⁸, Maria Cristina Oliveira Bruno revelou marcas do processo que o Memorial carrega em relação à reivindicação dos

¹⁴ As reivindicações realizadas pelos ex-presos referiam-se diretamente ao espaço da exposição Memorial da Liberdade não abordar a experiência de lutas dos mesmos no espaço carcerário, a reforma do espaço e a palavra liberdade eram as principais reivindicações de mudança.

¹⁵ Os convidados foram: na consultoria em museologia Maria Cristina Oliveira Bruno; na consultoria de história Maria Lucia Tucci Carneiro; na consultoria de educação Mila Milene Chiovato, Gabriela Aidar, Amanda Tojal e Margarete de Oliveira.

¹⁶ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 12/02/2016.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Siron Franco artista plástico muito próximo às questões sociais realiza em 2002, no Memorial da Liberdade instalação “Intolerância”.

ex-presos perante o local, que além de espaços dedicados à memória abriga a Estação Pinacoteca¹⁹.

A encenação da peça “Lembrar é Resistir”²⁰, em 1999, por ocasião da comemoração dos 30 anos da Anistia, é um dos antecedentes do Memorial da Resistência. Esse espetáculo teatral aconteceu nas celas remanescentes, sem as modificações físicas que sofreu posteriormente²¹, no entanto, os vestígios concentravam-se numa impressão de abandono e apagamento do local.

A peça destacou a importância que a comunidade de ex-presos políticos já vinha alcançando com relação ao espaço. Na atual exposição de longa duração antes da entrada ao ambiente carcerário uma lembrança pontua esse momento com o nome do espetáculo, conforme figura a seguir:



Figura 1 – Referência à peça “Lembrar é Resistir”
Fonte: fotografia da autora – 22 de abril de 2019.

Importante destacar que o MRSP é uma instituição que precocemente – apenas um ano após sua criação - concebeu seu plano museológico, no ano de 2010, de autoria da museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno. Vale ressaltar que não parece ser comum, mesmo em instituições consolidadas; uma elaboração tão rápida de um plano museológico e que muitas ainda nem deram início a um.

¹⁹ Atualmente o prédio da Estação Pinacoteca- situado no mesmo edifício do Memorial da Resistência – dedicado a exposições de arte contemporânea, recebe o nome de Pina_Estação geridos pela mesma Organização Social, a APAC - Associação Pinacoteca de Arte e Cultura, o novo nome ainda não é muito consolidado com o público, utilizaremos assim o nome Estação Pinacoteca.

²⁰ A peça teve por autoria Analy Alvarez e Izaías Almada e direção de Silnei Siqueira.

²¹ Sobre o espaço físico abordaremos no próximo item sobre o edifício.

1.1.1 O edifício



Figura 2 – Fachada do prédio do Memorial da Resistência de São Paulo
Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo – 2013.

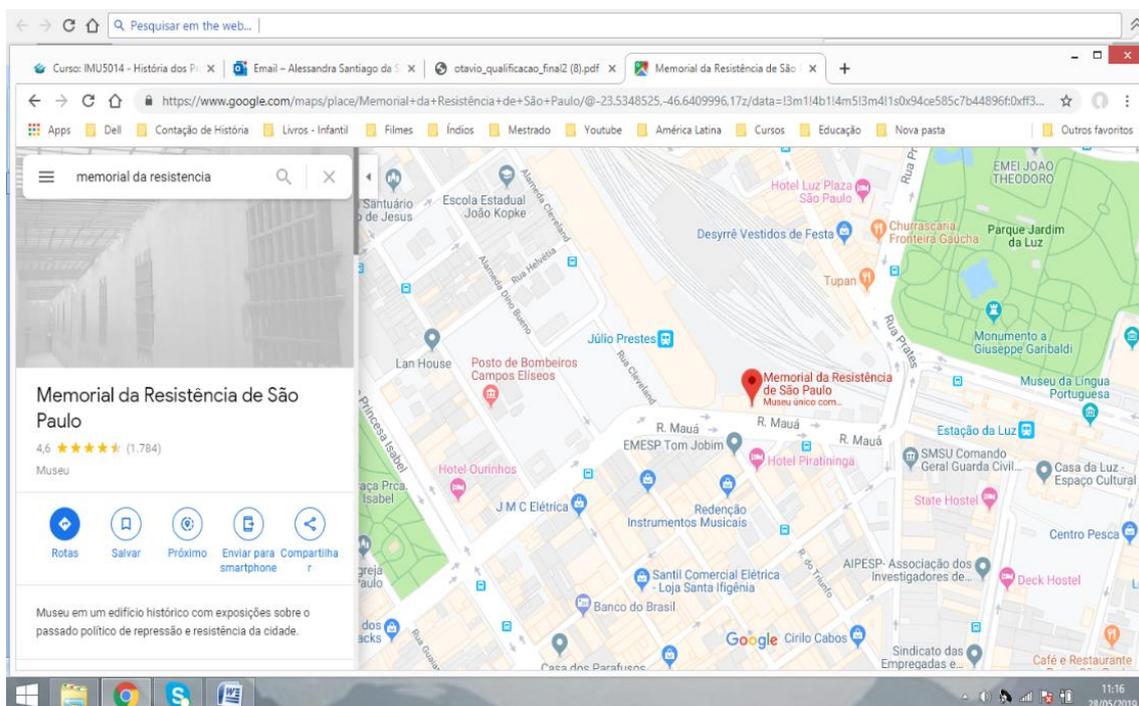


Figura 3 – Localização do Memorial da Resistência de São Paulo
Fonte: ferramenta Mapas do Google – 10 de maio de 2019.

O MRSP está localizado no prédio da Estação Pinacoteca no bairro da Luz no Largo General Osório, 66. Da faixada aos corredores, o ambiente transborda em história. Funciona no antigo edifício que, durante os anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi espaço de encarceramento, interrogatórios e torturas dos críticos desse regime que haviam aderido à luta armada e as ações de militância políticas no geral. Kátia Regina Felipini Neves, museóloga coordenadora do Memorial desde a implantação em 2008 até 2017, afirma que: “(...) a razão de ser do Memorial é que ele é um lugar de memória por excelência”, devido à ocupação do prédio pela polícia civil do DEOPS/SP. (NEVES, 2011, p.18).

O prédio foi inaugurado em 1914, vindo dos projetos do escritório do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo²² (1851-1928), para abrigar os armazéns e escritórios da Estrada de Ferro Sorocabana. O armazém sedia o espaço até 1938, mas, a partir de 1943, passou a abrigar a sede do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)²³, responsável pelo controle e vigilância de questões sociais e políticas. O DEOPS/SP ali permaneceu em funcionamento até a sua extinção em 1983. Para muitos, foi a mais violenta polícia que existiu em nosso país.

Após a extinção do DEOPS/SP o prédio passa a ser de uso do Departamento de Polícia do Consumidor (DECON), até 1997. Devido à mobilização de ex-presos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e outros²⁴ o edifício deixa de ser da Secretaria de Justiça e passa a pertencer a Secretaria de Cultura.

Em entrevistas cedidas ao Programa de Coleta Regular de Testemunhos, Kátia Regina Felipini Neves, comentou sobre esse episódio:... “O Belisário dos Santos Junior, que era secretário da Justiça, doou o prédio... porque ele acreditava que aqui deveria ser um centro cultural”.²⁵

O prédio foi tombado em 1999, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Logo após esse tombamento, muitas propostas foram apresentadas para o que viria a ser o espaço no

²² Muitos prédios da cidade como a Pinacoteca do Estado, o Teatro Municipal, o Mercado Municipal (Mercadão), e outros saíram projetados de seu escritório.

²³ Reiteramos que em 1924 é criado a Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Já em outros estados às datas de abertura e de fechamento são diferentes. O Departamento passa funcionar no edifício em 1940 até a extinção em 1983, sendo que anteriormente passou por outros endereços no centro da cidade.

²⁴ Organizações de direitos humanos e de instâncias governamentais.

²⁵ NEVES, Kátia Regina Felipini. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Ana Paula Brito e Luiza Giandalia em 12/02/2016.

setor da cultura que não foram concluídas.²⁶ No quadro a seguir, apresentamos as ocupações do prédio até a consolidação do Memorial da Resistência:

Ocupações do prédio

- 1906** - Construção do edifício projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo;
- 1914 a 1938** - Ocupado pelos escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana;
- 1940 a 1983** - Ocupado pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP);
- 1994 a 1997** - Ocupado pelo Departamento de Polícia do Consumidor (DECON);
- 1997 a 1999** - Edifício desocupado;
- 1999** - Tombamento do edifício pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e encenação da peça “Lembra é Resistir”;
- 2000** - Reforma e restauração do edifício realizada pelo arquiteto Haron Cohen;
- 2002** - Exposição Memorial da Liberdade gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- 2006** - O prédio passa a sediar a Estação Pinacoteca;
- 2008** - Início dos trabalhos para implantação do Memorial da Resistência de São Paulo;
- 2009** - Inauguração em 24 de janeiro do Memorial da Resistência de São Paulo.

Tendo em mente as transformações que ocorreram no edifício, destacamos as palavras do museólogo francês Hugues de Varine-Bohan, quando visitou o MRSP em 2009:

Estamos aqui, diante de um espaço e um programa consagrados à memória viva de uma época ainda próxima de nós, dentro de um prédio que, por si só, com os vestígios de sua história, constitui um símbolo e também moldura. Trata-se, portanto, de um esforço de interpretação do monumento e da história que aconteceu nesse lugar [...] É, enfim, um

²⁶Algumas das propostas foram uma Biblioteca Pública Estadual, uma Escola Superior ou Universidade Livre de Música, uma Escola de Teatro e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. Informações conferidas na dissertação de mestrado de Kátia Regina Felipini Neves, cujo objeto foi um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo.

instrumento de perfeita sensibilização e de educação dedicado a uma parte do patrimônio imaterial do estado de São Paulo.²⁷

Varine-Bohan, portanto, sugere que o MRSP apresenta um valioso potencial comunicador referente ao lugar de memória na contribuição e comprometimento para todos os cidadãos ao Direito à Memória e à Verdade com relação ao passado recente da história de nosso país delineado por um processo museológico.

1.2 A exposição

A exposição de longa duração do MRSP, aberta ao público em 24 de janeiro de 2009, situa-se no espaço remanescente da carceragem do extinto DEOPS/SP, e está composto por quatro celas e quatro módulos.²⁸

Os conteúdos expográficos dispostos em cada uma das celas e módulos apresentam-se da seguinte forma conforme a planta atual abaixo:

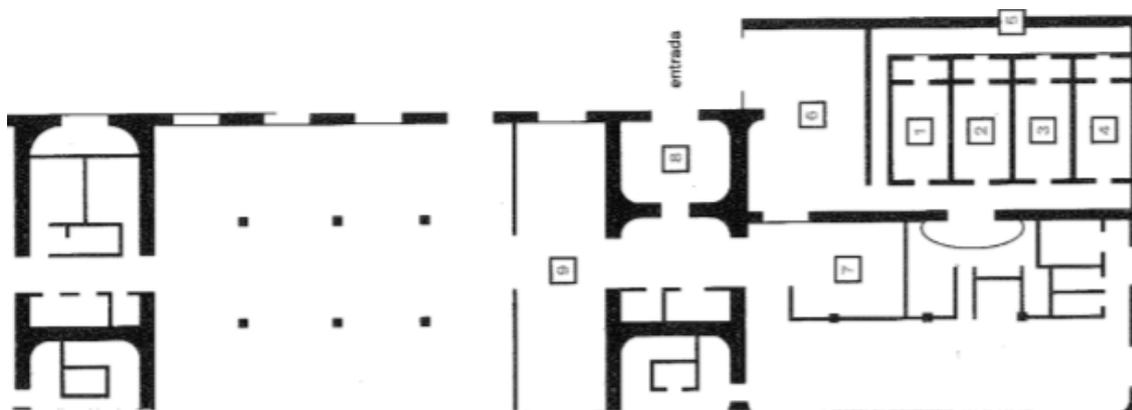


Figura 4 – Planta da exposição de longa de duração
Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo – 2018.

²⁷ Livro Memorial da Resistência de São Paulo, p.210.

²⁸ Concebido pelo museólogo Marcelo Araújo diretor da Pinacoteca do Estado na ocasião e coordenador do projeto; os consultores responsáveis pela concepção do Projeto Museológico de Ocupação formado pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e a educadora Gabriela Aidar, e ainda a participação de Milene Chiovatto, coordenadora do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado; e a equipe técnica, com a museóloga Kátia Regina Felipini Neves, a educadora Caroline Grassi Franco de Menezes e o historiador Erick Zen.

Legenda da planta:

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Cella 1; 2. Cella 2; 3. Cella 3; 4. Cella 4; 5. Corredor para banho de sol; 6. Módulo B; 7. Módulo D; 8. Módulo A; 9. Módulo LM – Lugares da Memória. |
|--|

Importante mencionar que outras configurações de planta sobre o espaço, que apresentam o roteiro da exposição de longa duração, já foram realizadas. No entanto, optamos por usar da planta atual apenas como um caráter ilustrativo de entendimento espacial do local.

- O módulo intitulado A é o espaço que retrata a história do edifício e suas memórias, com um texto informativo sobre o histórico do prédio com suas muitas modificações; e um monitor com um vídeo que aborda a trajetória institucional do DEOPS/SP;
- O módulo B expõe uma linha do tempo com recorte iniciado em 1889, marcando desta forma o Brasil republicano até o ano de 2008, elencando acontecimentos referentes aos conceitos; Controle, Repressão e Resistência no tempo político. Na leitura da linha podemos acompanhar sete eixos que buscam aproximar os acontecimentos sociopolíticos divididos em:

- Dados Internacionais / Presidentes / Governadores de São Paulo / Legislação / Organizações Políticas / Repressão e Resistência.

A organização das informações para a linha do tempo foi elaborada pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, por meio do projeto PROIN²⁹. Com base em sua trajetória intelectual ligada ao tema da ditadura no Brasil, Tucci Carneiro deveria materializar uma linha do tempo que contemplasse informações sobre a repressão e a

²⁹ O Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN) é uma ferramenta pedagógica e científica que conjuga o resgate da memória política nacional e a formação de pesquisadores dedicado a inventariar os documentos produzidos pelo DEOPS/SP.

resistência com relação sua existência desde a Proclamação da República. Como bem esclarece a historiadora paulista:

Em linhas paralelas, nós tínhamos movimentos de repressão e, em seguida, movimentos de resistência que seguiam com novos ataques de repressão e de prisões, e que vão culminar na criação do Partido Comunista no Brasil. Nesse momento, nós também já tínhamos um avanço dos anarquistas, e eu trabalhei muito com prontuários dos anarquistas. Tudo isso nos ajudou a pensar essa grande linha do tempo que se encerrava na data de inauguração do Memorial, mas que está aberta a novas contribuições. [...] nós conseguimos, também nas linhas paralelas reconstituir a legislação, mostrando que o Estado brasileiro também era responsável, por ser promotor e gerenciador desses aparatos de repressão.³⁰

O módulo B dispõe ainda de uma maquete tátil do ambiente carcerário com autoria de Dayse Tarricone³¹, elaborada com auxílio dos ex-presos políticos sobre as memórias espaciais. Por fim, neste módulo consta um painel com fotos e documentos de arquivos, onde é possível acessar dois monitores *Touch Screen*, com informações textuais e iconográficas referente aos conceitos controle, repressão e resistência.

- No módulo C estão localizadas as quatro celas remanescentes, sendo a primeira dedicada à compreensão do processo da construção da memória realizado no espaço; na segunda um vídeo exibido homenageia os mortos e desaparecidos com documentos do Fundo DEOPS/SP que fica sob a guarda do Arquivo Público do Estado (APESP); já a terceira apresenta uma reconstituição do espaço realizada pelos ex-presos; Finalmente, na quarta cela, ouve-se um áudio com as memórias testemunhais referindo-se ao cotidiano nas celas.
- O módulo D, pelo menos até setembro de 2020, era dedicado ao Centro de Referência e abrigava algumas fotografias de áreas administrativas e outros usos da delegacia nos anos 1950. Até o ano de 2015 havia dois computadores para consultas ao site do Memorial e outros documentos *linkados* de instituições

³⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 15/06/2018.

³¹ Dayse Tarricone *in memoriam* foi uma profissional de excelência e referência em trabalhos de maquetes táteis.

congêneres que contemplam a Coalizão de Sítios de Memórias³². Atualmente o espaço está fechado para reforma³³.

- No módulo LM - Lugares da Memória é um recente espaço inaugurado em 2017 como prolongamento da exposição de longa duração, retrata os lugares da memória, tanto no contexto da resistência como da repressão da capital, interior e litoral de São Paulo que já foram mapeados pelo Programa Lugares da Memória³⁴.

1.2.1 As exposições temporárias

As exposições temporárias, desde o momento da inauguração do MRSP, aconteciam no térreo, mas, a partir de 2016, o terceiro andar do prédio foi dedicado a elas. Tais exposições alimentam as discussões e fruição do público, possibilitando outros olhares de exploração com relação às memórias e as temáticas da Instituição. Essas exposições apresentam proposições do MRSP e também contempla parcerias do Brasil e dos vizinhos da América Latina.

1.3 Os conceitos norteadores

Nossa intenção, ao abordar os conceitos da narrativa da exposição de longa de duração neste trabalho, não é promover um exercício de análise da exposição e, tampouco, percorrer de forma roteirizada os espaços dos módulos e celas remanescentes que foram apresentados. Escolhemos apresentar tais conceitos distribuídos na expografia tão somente para evidenciar seus usos na comunicação, promovidos pelos educadores. Sendo assim, os conceitos de controle, repressão e resistência que povoam todo o espaço através de textos

³² Coalizão de Sítios de Memórias o memorial faz parte da RESLAC – Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória.

³³ No início da pesquisa assim configurava este espaço, atualmente com a nova gestão de Ana Pato em outubro de 2020 o espaço está sendo reformulado para uma nova abordagem, do qual, não consolidada ainda os detalhes não é possível apontar qual será a proposta que será indicada para o espaço físico; e assim, as informações referentes a um centro de referência não fazem mais parte do ambiente.

³⁴ O Programa Lugares da Memória se dedica a expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência por meio da identificação, inventário e musealização dos lugares da memória da resistência e da repressão políticas localizados no estado de São Paulo.

e fotos, conduzem os diálogos durante as visitas e não seguem um percurso, uma vez que os educadores as apresentam por eixos de discussões, numa dinâmica de construção para a experiência do visitante.³⁵

No quadro abaixo apresentamos esses eixos de discussões e um breve objetivo de como são contemplados pela Ação Educativa:

| EIXO DE DISCUSSÃO | OBJETIVO |
|--------------------------|--|
| Controle Social | Demonstrar a partir da atuação do DEOPS/SP como foi empregado o controle do Estado sobre a sociedade. |
| Cidadania | Enfocar valores como respeito, tolerância e solidariedade para contribuir com a prática e valorização desses em sua plenitude. |
| DEOPS | Demonstrar o funcionamento do Departamento em diversos momentos do Brasil republicano. |
| Democracia | Compreender que é a forma de governo legítima por igualdade, liberdade e o Estado de Direito, onde todos os cidadãos elegíveis participam igualmente. |
| Ditaduras | Apresentar que é um regime não democrático sem a participação popular demonstrando exemplos desse tipo de governo com outros países da América Latina. |
| Direitos Humanos | Conhecer e discutir o que são e como se apresentam os Direitos Humanos, para o reconhecimento de suas violações. |
| Patrimônio | Compreender as diversas transformações do prédio com relação às suas funções e mudanças espaciais. |
| Memória | Compreender como são construídas as memórias a partir da memória dos ex-presos políticos e promover a valorização dos processos de memória individual e coletiva. |
| Repressão | Demonstrar que institucionalmente em ações políticas foi uma medida adotada para conter os militantes políticos durante a ditadura, assim como problematizar o enraizamento dessa prática na atualidade. |

³⁵ As visitas à exposição de longa duração - exceto visitas técnicas específicas - não seguem um roteiro de passagem pelos espaços, fica a cargo de cada educador escolher o espaço que melhor enquadra o perfil do público atendido.

| | |
|-------------|--|
| Resistência | Compreender e valorizar as ações de resistência, tanto do passado como do presente, a partir das ações de resistência com as histórias de pessoas e organizações que passaram pelo DEOPS/SP. |
|-------------|--|

Por meio desses eixos de discussões e o potencial reverberado na experiência sensorial do espaço, são utilizados de forma abrangente nas mediações referentes ao passado com exemplos da contemporaneidade³⁶. Ademais, os eixos entrelaçam-se a todo momento, não sendo explorado apenas um deles durante a mediação.

Cabe mencionar como exemplo o eixo repressão; o espaço da cela 2 auxilia para o entendimento do conceito.³⁷ Neste sentido, o cotidiano do lado de fora do edifício do DEOPS/SP durante a ditadura era de uma situação tensa em muitos setores; o controle e a vigilância vinda do Departamento e de outros mecanismos que trabalhavam em conjunto atingiam muitos cidadãos.³⁸

Dito isso, vejamos o caso do operário Santo Dias da Silva³⁹, que foi executado no dia 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica Sylvania⁴⁰ em São Paulo, quando tentava impedir que policiais continuassem a agredir outro metalúrgico. Santo Dias da Silva não esteve preso no DEOPS/SP, mas, sua morte comoveu o país na época, esse episódio é capaz de referenciar sobre a cartografia da violência do período, e ainda, rememorar o evento de Santo Dias da Silva e de outros cidadãos, aproximando-se do cotidiano com relação às violências institucionalizadas que permanecem.

1.4 As linhas programáticas

O Memorial da Resistência dedica-se a procedimentos de pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição, ação cultural e ação educativa) patrimoniais. Neste trabalho a trajetória da Instituição perpassando a elaboração do

³⁶ Fica a critério do educador de utilizar materiais diversos de apoio pedagógico, alguns concentram-se em pranchas visuais muitas vezes de imagens que não estão contempladas na exposição.

³⁷ Na cela 2 um vídeo em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos apresenta os documentos (fichas da prisão) de quatro pessoas que estiveram presas no DEOPS/SP e foram assassinadas em decorrência da prática de tortura, sendo assim, um recurso visual que possibilita mediações sobre a repressão.

³⁸ Citamos outros mecanismos, pois o DEOPS/SP enquanto uma polícia civil atuava com as Forças Armadas, Aeronáutica, Exército e Marinha em conformidade com as estratégias de aparato repressivo do Estado.

³⁹ Santos Dias da Silva foi líder da Oposição Sindical, membro da Pastoral Operária da zona sul da cidade e das comunidades de base de vila Remo na região de Santo Amaro.

⁴⁰ Localizada na zona sul da cidade foi uma fábrica de produtos elétricos de origem norte-americana, produtora de lâmpadas incandescentes e fluorescentes, hoje, no local existe um condomínio residencial.

discurso expositivo e as linhas programáticas não abrange minuciosamente todos os percursos institucionais no que tange aspecto histórico, conquistas e outros através das linhas, optamos por enfatizar nosso campo de atuação, dando maior ênfase à linha da Ação Educativa. No entanto, apresentamos brevemente as seis linhas de ações programáticas desenvolvidas desde a criação do Memorial e seguimos com as propostas e o que envolve especificamente a Ação Educativa.

As linhas programáticas atualmente são divididas da seguinte forma:

- Centro de Referência – Elaborado para ser um espaço físico e virtual com a finalidade de agregar as experiências desenvolvidas pelo MRSP articulado com as outras linhas, tem a pretensão de disponibilizar estudos, pesquisas e projetos de outras instituições similares ao Memorial do Brasil e outros países (principalmente da América Latina), para ser um espaço dedicado à reflexão e à extroversão dos temas.⁴¹ Atualmente essa linha passa por reformulação e não mais configura um espaço físico;
- Lugares da Memória – é a linha de ação programática que expande o caráter preservacionista da Instituição por meio de mapeamento, identificação, inventário e musealização dos lugares da memória da repressão e resistência políticas do Estado de São Paulo. Abrange em seu banco de dados disponíveis à pesquisa uma aproximação dos fatos que ocorreram no passado com as permanências no presente de outros lugares para conhecimento de todos os cidadãos;
- Coleta Regular de Testemunhos – Realizada a partir de registros de testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, bem como outros cidadãos que trabalharam na Instituição enquanto funcionamento do Deops/SP sobre sua história e vivências no período da Ditadura Civil-Militar. Atualmente existe mais um novo projeto batizado de “Resistências no Território” que se dedica a registrar as memórias de residentes, trabalhadores e ativistas que atuam no entorno do Memorial;

⁴¹ No site do Memorial <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br> é possível pesquisar sobre outras instituições preservacionistas similares ao Memorial da Resistência de São Paulo.

- Ação Cultural – Por meio da promoção de atividades como seminários, palestras, lançamento de filmes, livros e outros, esta linha de ação discute os acontecimentos do passado relacionados ao contemporâneo de forma a atualizar as questões sobre repressão e resistência políticas;
- Ação Educativa – Desenvolve atividades baseadas no diálogo entre o discurso expositivo com os diferentes perfis de público atendendo às necessidades legais de inclusão e cidadania, com o objetivo de contribuir com a reflexão e a formação de cidadãos críticos acerca dos conteúdos, tendo como norteador deste trabalho metodologias e práticas da Educação em Direitos Humanos (EDH).

As linhas programáticas, no atual plano museológico, apresentam uma nova proposição de equação que não difere muito do que já foi mencionado e apresenta um quadro de junção das linhas, dado o êxito de alguns projetos e com perspectivas de crescimento para ambos. Quais sejam:

- PPS - Programa de Pesquisa e Salvaguarda - o programa que acolhe tanto a linha de pesquisa Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos e Centro de Referência Patrimonial;
- PEAE - Programa de Exposições e Ação Educativa - correspondente às atividades museológicas de comunicação com as linhas Exposições e Ação Educativa;
- PPAC - Programa de Parceria e Ação cultural - contempla a linha da Ação Cultural.

Sobre a linha correspondente ao nosso ofício na Instituição e a Educação em Direitos Humanos, tomamos a referência da professora Vera Maria Candau⁴² demonstrando o horizonte destacado a partir dos anos 1980 já num processo de redemocratização do país:

⁴² CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: editora Universitária, 2007.

[...] a partir dos anos 1980, as organizações e movimentos de Direitos Humanos, sem deixarem de se dedicar à denúncia das violações realizadas e de promoverem ações orientadas à proteção e defesa dos direitos, ampliam seu horizonte de preocupações e seus espaços sociais de atuação. Junto aos problemas que podemos considerar tradicionais e básicos, relativos aos direitos civis e políticos, passam a ser enfatizadas questões relacionadas com os direitos sociais, econômicos e culturais, ao nível pessoal e coletivo. A partir deste momento, adquirem especial relevância as atividades de promoção e Educação em Direitos Humanos. (CANDAUI, 2007, 401).

Sendo assim, a Ação Educativa, em um lugar de memória como o MRSP, orientado pelos conceitos de controle, repressão e resistência e o Direito à Memória e à Verdade, entendidos como um instrumento de reparação às violações de Direitos Humanos, a Educação em Direitos Humanos (EDH), representa uma importante prática educativa, capaz de possibilitar que os cidadãos se tornem sujeitos ativos de conhecimento, com plena contribuição para que desenvolvam suas habilidades e sua consciência crítica, sendo assim, proporcionando esclarecer que os direitos perpassam diretamente a atuação social.⁴³

1.4.1 Ação Educativa em um lugar de memória na atualidade

Num passado recente, o prédio sediou a truculenta polícia política do Estado, conforme já mencionado. Ali, eram frequentes variadas formas de desrespeito e violações aos Direitos Humanos. Hoje, musealizado, converteu-se em lugar de memória.

A prática da Ação Educativa, balizada por uma metodologia que aborda os temas das memórias políticas e da luta pela cidadania, potencializa a experiência no espaço a partir da relação entre museu e sociedade com uma prática cotidiana de atuação num processo de constante reflexão. Por meio das reflexões que promovem o exercício da cidadania, os princípios democráticos e a valorização de uma cultura em Direitos Humanos, o caráter preservacionista de sua razão de existência, por si só, ilustra uma potente força que permeia diversas questões na contemporaneidade.

⁴³ No capítulo 3 abordaremos com maior ênfase sobre a Educação em Direitos Humanos e no próximo item 1.4.1 “Ação Educativa em um lugar de memória” apresentamos os projetos que são desenvolvidos atualmente na Ação Educativa.

Os projetos⁴⁴ distribuídos em atividades ministrados pelos educadores ficam a cargo de:

- Visitas mediadas para estudantes do ensino público e privado e para o público em geral que recorrem à Instituição; tais visitas também podem ser realizadas com a presença de um ex-preso político a convite da equipe, para uma roda de conversa compartilhando sua experiência pessoal de militância política⁴⁵;
- Encontros com educadores e guias de turismo, num formato introdutório são apresentados os temas do MRSP. Nesses encontros, recortes relacionando questões da atualidade são fundamentais para a formação do público. Nos meses de maio e setembro o encontro recebe as discussões por temas propostos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), sendo o mês de maio referente à Semana Nacional de Museus e em setembro a Primavera de Museus;
- Contação de História - Trata-se de uma atividade lúdica com a adaptação do livro “Era uma vez um tirano” de Ana Maria Machado para o público infantil de 06 a 10 anos;
- Curso “Educar, Contar e Brincar para resistir! A Ditadura Militar e o Direito da Criança à Memória e a Verdade” - Trata-se de uma atividade realizada por meio de práticas lúdico-artísticas e elementos da tradição oral da cultura da infância e que aborda o tema da ditadura e outros, referentes aos Direitos Humanos contribuindo com a formação de professores e educadores que trabalham com o público infantil por meio de conteúdo teórico e prático;
- “Tarde de Memórias” é uma oportunidade oferecida uma vez por mês para o público visitante espontâneo principalmente famílias, conhecer e participar de jogos lúdicos pedagógicos desenvolvidos pela equipe;

⁴⁴ Pretendemos nas entrevistas com a coordenação do Memorial que compõe a pesquisa, compreender o uso das nomenclaturas projetos e programas, pois nossa proposta é de um programa educativo de inclusão sociocultural e não um projeto. Assim como, há projetos na Ação Educativa que deve ser compreendido com um programa.

⁴⁵ O maior número de estudantes concentra-se entre alunos das últimas séries do ensino fundamental e médio e universitário, sendo os universitários em escala menor.

- “Memorial ParaTodos” desde 2015 fornece atendimento a pessoas com deficiência intelectual, auditiva, visual e física por meio do projeto visitas e atividades continuadas são realizadas, além de integrar as ações com relação à estrutura da exposição de longa duração e em certa medida exposições temporárias, sugerindo e incluindo as condições ideais que vão desde piso tátil, legenda em braile e audiodescrição para viabilizar a autonomia desse público.

Outras atividades oferecidas, tais como: o Encontro de Aprofundamento Temático e o Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania, são ministradas por professores convidados, ficando a cargo de a equipe complementar essas propostas, com mediação em grupos de trabalhos e oficinas.

A maneira como são distribuídas essas atividades continuamente, foram ganhando cada vez mais formas e estratégias de abordagens para a fruição do público visitante, além da grande sensibilização com os temas.

Um trabalho realizado por uma equipe de educadores⁴⁶, num exercício permanente de construção para os diálogos, sendo capazes de desenvolver e aprimorar as práticas para contemplar perfis diferentes de público, que são recebidos rotineiramente por meio de uma agenda⁴⁷. Decerto a trajetória da Ação Educativa aponta sólidas conquistas, no entanto, diante das práticas desenvolvidas existe uma lacuna com a população residente dos arredores, sendo um público que não é alcance estratégico das atividades citadas acima.

Em entrevista cedida ao Programa de Coleta Regular de Testemunhos, em 2016, Maria Cristina Oliveira Bruno aponta um desafio sobre a região: ‘[...] tem o desafio de ter um diálogo com a população circundante, o que também oscila muito nesse bairro, na Luz como um todo. Isso é um desafio para todas as instituições que estão aqui’.⁴⁸

Observamos no depoimento de Maria Cristina Bruno ao mencionar o entorno da Instituição, a complexidade que envolve este desafio, que são complementadas com as palavras de Caroline Grassi Franco de Menezes, que coordenou o Programa de Ação

⁴⁶ Atualmente a Ação Educativa conta com cinco educadores e uma coordenação todos com formação em História, divididos em: quatro educadores para as visitas e outras atividades e um educador para o projeto de atendimento em visitas a pessoas com deficiência.

⁴⁷ O serviço de agendamento do Memorial é compartilhado com o da Pinacoteca, desta forma, sendo um único agendamento para ambos os espaços.

⁴⁸ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 12/02/2016.

Educativa de 2009 a 2015, em entrevista para o Programa de Coleta Regular de Testemunhos em 2018:

E em relação aos desafios, acho que um deles é como lidar com o entorno de uma forma mais aberta. Eu acho que o Memorial tem avançado nisso e quando ele não consegue avançar, eu acho que a gente também tem que reconhecer as limitações da função e da contribuição que ele pode ter, mas no que puder, na sua capacidade máxima de atuação junto ao entorno, que ele possa desenvolvê-la de forma potencial, sabendo das limitações, mas não ficando alheio a elas. E o público percebe isso. Ano passado [2017], se não me engano, os alunos estavam chegando para o Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos, ou seja, um curso que fala de educação em Direitos Humanos e acho que as ruas aqui estavam bloqueadas porque havia uma ação policial no entorno. Então vamos falar sobre isso! Pelo menos vamos falar sobre isso, né? Não vamos fingir que nada está acontecendo. E eu acho que esse é um desafio permanente e que vai permanecer por muito tempo, porque é uma questão social, na verdade.⁴⁹

As informações apontadas por Caroline Grassi Franco Menezes remetem a um assunto que a Ação Educativa utiliza como recurso nos diálogos, problematizando-os com os visitantes as questões sobre este território⁵⁰ e acentuando que a região diante de toda sua complexidade merece atenção.

As ações policiais (municipal e estadual) são corriqueiras no local e incidem tanto sobre residentes, trabalhadores do bairro ou visitantes do MRSP e de outros equipamentos culturais da região.

A atenção dispensada aos arredores do Memorial, com diversas pessoas em estado de vulnerabilidade social, funciona como um lembrete para que não se naturalize as imagens que podem ser presenciadas em seu entorno. Mas também são recorrentes as falas e comportamentos de visitantes das mais diferentes idades, contrários ao discurso expográfico e a favor de ações violentas com as pessoas da região. Um olhar expandido e cuidadoso com o território, como o que orientou esta pesquisa, pode propiciar a elaboração de estratégias importantes; tanto para o olhar desse lugar de memória quanto para a inclusão da população circundante. É justo, portanto, mencionar um breve recorte relacionando algumas pessoas da região e ações propostas pela Ação Educativa.

⁴⁹MENEZES, Caroline Grassi Franco de. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Camila Djurovic em 01/03/2018.

⁵⁰No capítulo 2 abordaremos o termo território que é um conceito utilizado cotidianamente para mencionar os arredores do Memorial, usado em diversos âmbitos das áreas de conhecimento é amplamente explorado pelo geógrafo Milton Santos e também trabalhado pela Museologia.

Sendo assim, timidamente e sem documentação sobre; em 2010/2011 quando a autora não fazia parte da equipe, houve aproximação da Ação Educativa com a população vizinha numa tentativa de trabalhos com a comunidade de Ocupações⁵¹, informações que foram cedidas a autora por intermédio do educador Renan Ribeiro Beltrame atuante no período; o que Renan Ribeiro Beltrame nos relatou foi que a Instituição não havia na ocasião forças, tanto no que se refere a corpo técnico como tratos de como lidar com as demandas que foram solicitadas pelos moradores, ao que parece o contato responsável da ocupação por intermediar que visitas acontecesse no espaço, realizava certa confusão com relação aos conceitos do Memorial e não entendia o porquê da aproximação junto à eles, senão iria o museu agir politicamente em suas lutas por moradias.

Por conseguinte, outro momento pontual da presença das pessoas da região em ações do Memorial, ocorreu com usos dos temas propostos pela Campanha Sonhar o Mundo⁵² em 2016, cujo tema era “Enfrentando seus preconceitos”, e 2017 “Solidariedade: derrubando muros”, por intermédio de muitos pedidos da autora à coordenação, para que a campanha alcançasse as pessoas da região, assim, conseguimos propor que na semana da aplicação das atividades referente a campanha, fossem também contemplado a participação das pessoas do território.

Sendo em 2016 a mais efetiva com o apoio de parceiros, a Ação Educativa conseguiu oferecer oficinas de poesias e de artes na temática numa ação extramuros em um dos hotéis que abriga a população usuária de álcool e outras substâncias psicoativas, e oficinas na Tenda de Braços Abertos, um espaço de convivência para usuários de álcool e outras drogas da região, que realiza serviços de assistência à saúde.

E ainda, na abertura e encerramento da semana aconteceu um sarau de rap e poesia com a participação de algumas pessoas que residem próximo ao MRSP. Por fim, com relação à esta campanha em 2017, foi possível apenas o oferecimento do sarau sem adesão da vizinhança.

⁵¹ Prédios desapropriados ou abandonados da região central que são ocupadas por famílias em busca de moradia.

⁵² Sonhar o Mundo é uma campanha promovida pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, para comemorar a semana de direitos humanos em celebração do Dia de Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), por meio de uma ação que mobiliza os equipamentos culturais com uma programação diversificada mobilizada pela temática com o objetivo de estimular a reflexão sobre os direitos.

1.5 Caminhos para a Ação Educativa do lugar de memória na pauta

Os caminhos aqui apresentados tratam diretamente da lacuna já observada com um trabalho sistematizado com as pessoas da região. Neste sentido, o plano museológico de 2019 do MRSP que atualizava e revisava o de 2010, aponta para as características atuais e novos desafios.

O atual plano reconhece que existem instituições vocacionadas de ambas as formas, referindo-se a agrupamentos institucionais, como é o caso do MRSP com a Estação Pinacoteca, essa coexistência que está vinculado à Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, qualificada como Organização Social da Cultura, com contrato de gestão junto à Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, configuram delimitações patrimoniais e o plano museológico apresenta as relações entre as instituições e as transformações:

[...] reconhecemos que em um segmento se agrupam as instituições vocacionadas para a valorização das expressões artísticas e culturais que enobrecem as sociedades, e no outro, se encontram àquelas que se organizam para denunciar e lembrar os horrores provenientes destas mesmas sociedades. Raramente, no entanto, nos defrontamos com a coexistência institucional desses dois segmentos. Aliados a esses confrontos e à singularidade dessa coexistência, o período transcorrido entre o equacionamento do primeiro plano museológico e esta fase de atualização e revisão, tem sido marcado por profundas transformações na paisagem cultural urbana que circunda o MRSP [...].⁵³

Desta forma, em referência ao nosso objeto, o plano museológico enfatiza priorizar quatro reflexões, sobre desdobramentos e não somente atualizações, sendo que três dessas cabem para direcioná-las para a questão da relação do Memorial com o seu entorno:

1. A relevância do enfoque temático e do correspondente recorte patrimonial, a partir da importância da musealização das referências culturais inerentes aos processos de “resistência” e “repressão”, sobretudo, naquilo que estes podem contribuir com a educação para a cidadania.
2. A singularidade dessa instituição como resultado da mobilização da sociedade civil em diferentes perspectivas, desde os movimentos de resistências aos regimes políticos autoritários; passando pelas ações para a retomada do projeto

⁵³ BRUNO. Maria Cristina Oliveira. Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC, 2018.

institucional e, notadamente, alcançando a visibilidade preservacionista deste “lugar de memória”; permitindo a abertura de rotas para um novo destino, que possibilita ao edifício construir e desvelar uma nova vocação, sediando ações museológicas de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

3. A exemplo do processo de conquista política e de concepção institucional que representa a implantação do MRSP, outorgando-lhe o papel de única instituição em São Paulo e com poucas parcerias em outras regiões do país, impõe a sua projeção processual, mediante o monitoramento da dinâmica de suas atividades amparadas em um sistema de planos e planejamentos estratégicos.

Tais reflexões apontam caminhos para projetos educativos que abordem outras dimensões contemporâneas de resistência e repressão, para além da ação dos regimes autoritários, com olhares voltados para o território e apontando novas vocações para a comunicação patrimonial. Portanto, o estabelecimento de vínculos com a comunidade vizinha que possam identificar estratégias processuais, com vistas a integrar o Programa de Ação Educativa de forma sistematizada, tornando essas pessoas inclusas - torna-se tarefa singular perante a vocação da Instituição.⁵⁴

No capítulo seguinte, lançamo-nos a um aprofundamento sobre a noção e a prática da Sociomuseologia e também sobre a inclusão sociocultural, considerando a diversidade e a intensidade extrema da realidade referida dos arredores do MRSP.

⁵⁴No terceiro capítulo deste trabalho apresentamos a maneira percorrida neste vínculo com a vizinhança por meio da experiência piloto, demonstrando assim, a potência do Memorial da Resistência de São Paulo, que por sua vez, comprometido com a sociedade em garantir a preservação de memórias e o diálogo com as questões do contemporâneo promove a conscientização sobre os Direitos Humanos, e sem sombra de dúvidas a Instituição tem percorrido grande responsabilidade nesta defesa, todavia, a lacuna observada com a região deve ser preenchida.

Capítulo II – Sociomuseologia, inclusão sociocultural e o território do entorno do Memorial da Resistência de São Paulo

Neste capítulo, apresentamos e submetemos a discussão do conceito de Sociomuseologia como eixo central da reflexão que se apresenta. Trata-se de um termo difundido na academia pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) pertencente ao ICOM⁵⁵, que ocorreu em Lisboa, no ano de 1985, mas que deita raízes na Declaração de Quebec⁵⁶. A Sociomuseologia, portanto, promove um alargamento das funções tradicionais da Museologia que envereda em direção à valorização da vida diária nos espaços museológicos, por meio de estratégias que possam contribuir para a qualidade de vida dos indivíduos que consomem tais espaços.

Para iniciar nossa análise, nos distanciamos momentaneamente do MRSP e lançamos uma mirada para duas outras instituições - o Museu da Maré no Brasil e o *Museo Itinerante de la Memoria y de la Identidad de los Montes de María* na Colômbia. Considerando a inclusão sociocultural como parte constitutiva dos processos museológicos, a reflexão apresenta a concepção do não-público de museus com o propósito de vencer as desigualdades em direção a uma democratização de oportunidades. Desse modo, referenciamos também dois setores educativos inclusivos de museus, sendo: a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo.

Em seguida, apresentamos uma abordagem do território de afeto⁵⁷ do entorno do Memorial da Resistência com olhar à sua historicidade, sublinhando rupturas, continuidades e complexidades em referência ao público alvo da pesquisa, formado majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social da região. E, por fim, dado o atual contexto pandêmico, oferecemos uma reflexão acerca da crise no âmbito social, e ainda, o processo de reinvenção dos museus para o futuro que se apresenta,

⁵⁵ ICOM – Conselho Internacional de Museus, criado em 1946 é uma organização não governamental que mantém relações formais com a UNESCO.

⁵⁶ Em 1984 após a primeira manifestação pública e internacional sobre uma nova museologia ocorrida em 1972 na “Mesa Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Declaração de Quebec é o documento que retoma o reconhecimento para uma nova museologia. Publicada nos Cadernos de Sociomuseologia, n.15, p. 223-225. Tradução de Mário Moutinho e revisão de Marcelo Matos Araújo.

⁵⁷ O psicólogo Lev Semenovich Vigotski (1896-1934) embora não tenha realizado uma teoria diretamente relacionada aos afetos a sua produção perpassa o campo das emoções compreendendo que reação emocional a algo se refere a vivência. Neste caso, as reflexões do teórico contribuem com as interpretações sobre a relação afetiva que o território do entorno do Memorial gera na autora e em outras pessoas.

envolvendo a nova dinâmica de uso dos recursos digitais com a comunidade on-line e a memória do contexto em questão com o aguardado fim da pandemia.

2.1 Sociomuseologia no campo dos processos museológicos para uma Museologia possível

A Sociomuseologia, tem chamado cada vez mais a atenção dos acadêmicos estudiosos da Museologia, bem como, tem sido incorporada por diversas instituições museológicas com ampla e relevante atuação para o desenvolvimento social, econômico e cultural, com a compreensão de que outras museologias são possíveis com relação a tradicional Museologia. Trata-se de uma incorporação importante, uma vez que “(...) sob uma perspectiva processual a instituição museológica pode ter uma atuação dinâmica e se realizar como agente de transformação social.” (NEVES, 2011, p.24).

De acordo com Yani Herreman, (2019) como toda instituição inserida na sociedade, o museu evoluiu e modificou seu funcionamento, suas formas de agir e passou, paulatinamente, a esclarecer e definir seus objetivos sob um ponto de vista social.

Segundo Chagas et al (2018 p. 75), a Sociomuseologia não surgiu do nada e nem deve ser tomada como o esforço de alguns intelectuais empenhados em iluminar o mundo. Para os autores, o seu surgimento tributa de amplos debates e embates estabelecidos por acadêmicos e técnicos, ou seja, de um acúmulo de tensões, críticas, enfrentamentos, vivências, reflexões e práticas que incidiram sobre a Museologia e que teria projetado os velhos museus do século XIX ao século XX.

[...] sociomuseologia não é o resultado de uma construção teórica que quer, a todo custo, de cima para baixo, enquadrar os museus e as diferentes formas de pensar e praticar a museologia aos seus ditames técnicos, científicos, artísticos e filosóficos; ao contrário, trata-se de uma construção que resulta de um contexto histórico específico, que não tem e não quer ter um caráter normativo e que apresenta respostas singulares para problemas também singulares e que, sobretudo, assume explicitamente compromissos políticos e poéticos. (CHAGAS et al, 2018, p. 76).

Pesquisando os documentos que explicita esses compromissos políticos, chegamos à Declaração de Santiago. No ano de 1972 - um ano bastante dinâmico em que ocorreram muitos eventos voltados para o desenvolvimento sustentável dos museus –, a

partir do exercício e esforço da Unesco, essa declaração foi elaborada como desdobramento das discussões ocorridas na Mesa Redonda de Santiago do Chile, promovida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Na Declaração de Santiago foram sugeridas formas de repensar o papel dos museus, demonstrando uma maior conscientização em relação aos problemas contemporâneos da sociedade. A seguir uma das resoluções aborda:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades num quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas receptivas realidades nacionais. (UNESCO, 2012, p.100).

Hugues de Varine-Bohan (2010), analisando a Declaração de Santiago, acredita que o que há de mais inovador no conteúdo das resoluções adotadas no documento são a questão de *museu integral*, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, e a questão do *museu como ação*, isto é, instrumento dinâmico de mudança social. Seguindo em sua análise, o autor menciona esta noção de museu integral desconhecida como instrumento de desenvolvimento – formulada e admitida na Declaração – complementando que o mesmo desconhecimento serve para a função social dos museus e a responsabilidade dos profissionais.

A função social dos museus, já há muito tempo, converteu-se em objeto de discussões concernentes à preservação, pesquisa e comunicação contidas em seus acervos. Portanto, “(...) o museu, com sua função social, está comprometido com a produção do saber, a preservação dos objetos e a comunicação com o visitante”. (NEVES, 2011, p.35 apud DAVALLON, p.45).

Desta forma, a Sociomuseologia se torna imprescindível para que os museus assumam condutas permanentemente de ampliação de novas experiências em ato contínuo frente às questões da contemporaneidade com seus públicos. Como afirma Kinard:

[...] toda instituição que tem o nome de museu e que não tem em conta as possibilidades diversas de servir a comunidade deve repensar seu estatuto. O museu seria necessariamente um intermediário, um *locus* onde as contribuições culturais das minorias devem ser expostas e compreendidas. (CÂNDIDO, 2003, p. 36 apud KINARD, p.99-108).

Seguindo pelas trilhas da Sociomuseologia, passamos a abordar agora o profissional de museu, já que a instituição só se faz e serve imbuída de corpo técnico especializado.

A museóloga Waldisa Rússio⁵⁸ pode ser tomada como exemplo de trajetória inovadora no ofício, cujas reflexões tem sido revisitadas e servido de inspiração a muitos profissionais.

O legado e figura de Rússio é, sem dúvida, muito importante para área. A perspectiva sociomuseológica que a museóloga utilizou em seus projetos já estava contemplada, no sentido da aplicabilidade dos conhecimentos técnicos e científicos de um museu-processo por meio da cadeia operatória: salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa/cultural), assim; “(...) é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos que o museu permite ao Homem a leitura do mundo”. (RÚSSIO, 1990, p.204).

Sendo assim, transformar a consciência crítica das pessoas por meio de um trabalho não isolado, com a presença da interdisciplinaridade dos saberes é a conduta chave a ser aplicada. Estamos, dessa forma, aderindo à proposta de engajamento social e político de Waldisa Rússio, assim como, do indispensável legado de Paulo Freire⁵⁹, que se soma à perspectiva sociomuseológica⁶⁰ para uma conscientização e mudança. MOUTINHO (2007) complementa, que a Sociomuseologia pode contribuir para a compreensão do processo museológico contemporâneo e para a definição de novos limites.

O mapeamento de novos desafios a serem realizados pelas instituições museológicas, deve se orientar por estratégias no que tange a organização, atuação profissional e o compromisso com a sociedade. Como reforça Cristina Bruno:

Os museus tiveram que encontrar um caminho próprio para contribuir com a educação, procuram diversos meios de aproximação com as diferentes camadas das sociedades, como por exemplo atuar fora de seus muros, reorganizar e dividir suas coleções, avaliar seus processos de trabalhos. Experimentaram, também, inúmeras formas de organização administrativa. (BRUNO, 1999, p.34).

⁵⁸ Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935-1990) foi professora e museóloga brasileira muito influente a partir dos anos 1980 - Membro do Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM, publicou diversos textos referenciais no campo científico da área museal. Ver: GUARNIERI, Waldisa Rússio C. Formação profissional. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, v. 1, 2010.

⁵⁹ Ver: FREIRE. Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 16ª Ed. 1992.

⁶⁰ Paulo Freire (1921-1997) educador que demasiadamente influenciou as ideias contidas na Declaração de Santiago, foi uma figura importante para a Museologia nos anos 70. Ver: ALVES. Vânia Maria Siqueira. REIS. Maria Amélia Gomes de Souza. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. In: Museologia e Patrimônio, Vol. 6, No 1. 2013.

Desta maneira, os processos museológicos das variadas tipologias de museus, devem seguir buscando caminhos para uma ação que colabore com o desenvolvimento social, cultural e econômico.

A ferramenta fundamental para que tal desenvolvimento se produza é o Plano Museológico. Reconhecido pela legislação nacional⁶¹, esse documento busca explicitar e assegurar a vocação institucional no tocante às singularidades e potencialidades dos museus. A partir dele é realizado o planejamento estratégico, documento chave que desenvolve e estabelece as metas exequíveis dentro de um prazo determinado.

Em suma, o Plano Museológico permite a instituição a inserção qualificada nos cenários das políticas patrimoniais e de educação. (BRUNO, 2010).

Para CHAGAS, et al (2018), a Sociomuseologia é uma ferramenta colocada a favor da cidadania, que aposta no desenvolvimento sustentável, que oferece necessárias problematizações das múltiplas realidades dos cidadãos, que reforça e atua no pensar global, sem perder de vista a ação local, e que anseia pela construção de um futuro melhor, garantindo igualdade nas oportunidades que envolvem a inclusão social e econômica.

2.2 Experiências museológicas no âmbito da Sociomuseologia

As referências a seguir, contemplam uma experiência no Brasil e outra na Colômbia, de acordo com a reflexão referente à Sociomuseologia pois é relevante ressaltar o conhecimento e a visibilidade das potencialidades de outros espaços.⁶²

O **Museu da Maré** foi inaugurado em 2006 na cidade do Rio de Janeiro, no maior complexo de favelas da região, construído dentro de uma antiga fábrica de transportes marítimos – a Cia. Libra de Navegação. Sua criação se deveu aos esforços da Rede Memória da Maré⁶³.

⁶¹ A Lei n. 11.904 de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de Museus na Seção III reconhece o dever dos museus em elaborar o Plano Museológico. Ver: Legislação sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. p. 35.

⁶² Vale ressaltar que a experiência da Colômbia é pautada na Museologia Social que também teoricamente é conhecida como Sociomuseologia com relação as mudanças paradigmáticas de se pensar o espaço do museu.

⁶³ A Rede Memória da Maré, uma instituição da sociedade civil criada em 1998, com um histórico de jornada junto à Fundação Oswaldo Cruz para uma apropriação cultural, posteriormente formando parcerias entre os organizadores e alguns atores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), hoje intitulada Redes de Desenvolvimento da Maré, reúne o conjunto de 16 favelas da região, que promove o desenvolvimento sustentável a partir da mobilização e do protagonismo da população local.

O museu aborda alguns aspectos da vida social dos moradores da Maré⁶⁴ e os processos de comunicação para dentro e para fora da favela. Sendo assim, “(...) desafia a lógica da acumulação dos bens culturais e da valorização das narrativas monumentais, na medida, em que se afirma como seu núcleo de interesse principal não a ação preservacionista.” (CHAGAS e ABREU, 2004, p. 133). Seu acervo iconográfico é possível encontrar em outras localidades da cidade.

O museu reúne por volta de 3.200 itens que se distribuem em mapas, vídeos, fotografias, recortes de jornais e outros documentos textuais, objetos pessoais, objetos de uso doméstico, alfaias de faina, alfaias religiosas e brinquedos. Essa instituição se converteu em importante centro de memória e a história da favela, sendo chamada pela comunidade pelo carinhoso apelido “casinha”, referenciando a sua estrutura semelhante a uma casa de palafitas⁶⁵ construção habitual da população da região por anos.

A exposição está concebida em 12 tempos: tempo da água; tempo da casa; tempo da migração; tempo da resistência; tempo do trabalho; tempo da festa; tempo da feira; tempo da fé; tempo do cotidiano; tempo da criança; tempo do medo e tempo do futuro.

A experiência do museu contribui para a democratização. Sua comunicação reverbera a luta social e política, e ainda, rompe com o estereótipo associado às favelas e aos seus habitantes. Nessa experiência museológica, são subvertidas as arraigadas noções que povoam o imaginário, convertendo-se ainda num exercício relevante da revisão da história.

O Museo Itinerante de la Memoria y de la Identidad de los Montes de María⁶⁶, localizado no Caribe colombiano, foi inaugurado em 2019. Tal museu tem sua estrutura/arquitetura em formato de uma grande casa e seu conteúdo está relacionado com o pássaro *Mochuelo*, ave típica daquela região que, embora muito pequena, possui grande força.

Desde sua criação, o Museo Itinerante de la Memoria y de la Identidad de los Montes de María tem sido dirigido pelo coletivo de comunicações de *Montes de María Línea 21⁶⁷*, tendo como principal autora da iniciativa Soraya Bayuelo, gestora cultural

⁶⁴ Ver CHAGAS, Mário. ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.3,2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

⁶⁵ Palafitas é uma edificação feita de madeira, de palha ou de taipa, localizada em regiões alagadiças, cuja função de sua estrutura é evitar que sejam arrastadas pela correnteza quando sobe a maré.

⁶⁶ Sítio eletrônico do museu: <https://mimemoria.org/>

⁶⁷ O Coletivo é uma organização da sociedade civil que constrói ações de paz através da abordagem comunicacional para a mudança social. Ver sítio eletrônico: <https://montemariaaudiovisual.wordpress.com/>

comprometida com a luta pelos acordos de paz no território junto ao coletivo. Um dos marcos de ações culturais para a comunidade foi a organização de festivais de cinema.

O museu reconstrói criticamente as histórias de luta e resistência apresentando ao público os atos de violência ocorridos na região, principalmente em relação ao conflito armado.

A comunidade é o sustento principal do museu, por meio de suas histórias reconhece-se e torna visível a resistência do passado e do presente. Cumpre, dessa forma, um papel importante tanto de preservação de uma dada memória quanto da configuração das identidades locais. O museu é para a região um espaço de trocas constantes. Sua visibilidade é capaz de impulsionar as reivindicações das vítimas à terra, à palavra, à memória, à ação coletiva e à reparação simbólica, bem como à derrota do esquecimento.

Conforme mencionado, as experiências de ambos museus, sucintamente apresentadas, tornam evidentes as contribuições da Sociomuseologia na prática, na medida em que se articulam diálogos, fomenta-se a participação da comunidade e se promove inclusão por meio de ações democráticas concretizadas num espaço musealizado. Em suma, ambas experiências nos servem de referências devido a aproximação dos territórios com relação à promoção da cultura em setores vulneráveis, e ainda, o panorama histórico que apresentam onde o protagonismo social e políticas públicas foram e estão sendo alcançadas.

2.3 Inclusão sociocultural alinhada aos processos museológicos

Para início de conversa, os museus têm suas raízes na vocação social e, nas palavras de Guarnieri (1982 apud BRUNO, 2010, p. 279) “(...) vive essencialmente do seu público”. Pensando a trajetória de 202 anos de museu no Brasil, pode-se afirmar que o acesso aos museus foi inicialmente bastante restrito, no qual, o adentrar às suas dependências foi se tornando paulatinamente mais diversificado.

Sabemos que a comunicação com o público tem um potencial cognitivo inato, capaz de impulsionar os saberes com e para o outro, além de atuar na realidade social. Sendo assim, o processo de comunicação representa historicamente um poder cognitivo, ele constitui um meio pelo qual, podemos nos entender com maior precisão sobre o modo

como os símbolos tornam possível a troca comunicacional, logo uma experiência de formação cidadã. (RÜDIGER, 1995).

No decorrer da segunda metade do século passado, empreendeu-se um movimento de reestruturação do campo museal que objetivava se informar adequadamente sobre as práticas sociais relacionadas às pessoas que não são habituais frequentadores de museus. Esse exercício reuniu dados, relevantes e capazes de orientar decisões e investimentos em políticas públicas. Koptcke (2005), chega a afirmar que profissionais e instituições já demonstravam interesses no assunto a bastante tempo para interferir na função social dos museus.

Sobre as mudanças no perfil de frequentadores de museus, nos anos de 1990 na extinta Estação Ciência⁶⁸, no bairro da Lapa em São Paulo, nasceu o *Projeto Clicar*, um programa de inclusão digital para meninas e meninos de rua que circulavam pelas salas da exposição. (KOPTCKE, 2005).

Além do trabalho com as pessoas residentes dos arredores dos museus, a inclusão sociocultural e o não público de museus, consideramos também os vizinhos do MRSP, majoritariamente formada por pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras substâncias psicoativas, que ocupam essa região que já se tornou popularmente conhecida como *cracolândia*⁶⁹.

Para abordar o conceito de inclusão quando relacionado aos museus, é preciso mencionar seu pressuposto contrário, a desigualdade, fruto de processos de exclusão social, ou seja, processos pelos quais os indivíduos, ou grupos encontram-se em diversos âmbitos com acesso limitado às estruturas da sociedade, e, por isso, “(...), alienados de uma participação plena na sociedade em que vivem”. (AIDAR, 2002, p.54).

Logo, a exclusão social está intimamente relacionada com a desigualdade. Neste sentido, vamos ao encontro das ideias do geógrafo Milton Santos⁷⁰ que afirma ser o nosso país marcado por extensas formas de vida não cidadãs. A ausência e retirada de direitos civis e o abandono de cada um à sua própria sorte, em vez de exceção, tem sido sempre a regra.

⁶⁸ A extinta Estação Ciência foi um projeto da museóloga Waldisa Rússio, sublinhamos que na experiência de infância e escolar da autora deste trabalho, foi nosso primeiro museu visitado, portanto, afetos surgiram com o mundo dos museus desde então após a primeira visita e muitos retornos, a memória afetiva sempre é fortemente revisitada quando trânsito pela região.

⁶⁹ A palavra *cracolândia* é um termo pejorativo cunhado nos anos 90 para mencionar o local de concentração de pessoas que fazem o uso da substância do *crack*, especificamente na região do centro da cidade de São Paulo, no entanto, outras cidades no Brasil e no Mundo possuem suas *cracolândias*.

⁷⁰ Milton Santos (1926-2001) foi um importante geógrafo brasileiro. Ver: SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Conforme informações contida no perfil de público da Política Nacional de Assistência Social (2004)⁷¹, trata-se de indivíduos ou grupos em situação vulnerável - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Todos esses perfis integram a paisagem cotidiana do entorno do território do MRSP.⁷²

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos⁷³, (2020, p.15) e o que ele chama de Sul com relação às pessoas excluídas. Em sua concepção, Sul não é o espaço geográfico, mas um espaço-tempo político, social e cultural, uma metáfora do sofrimento humano⁷⁴ injusto causado pela exploração do capital e pelas discriminações.

Através da valorosa contribuição de Boaventura, abordaremos nosso objeto sob a perspectiva das pedagogias desde o Sul⁷⁵, que toma a dimensão do Sul global frente às realidades desiguais, e tornam evidentes as visibilidades e invisibilidades no campo da inclusão.

O artista Joaquín Torres García,⁷⁶ detentor de uma arte genuinamente latino-americana, apresenta uma estética poética com fortes críticas a cultura capitalista eurocêntrica, sintetizada na frase abaixo e representada na obra da figura 4:

[...] nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão pela oposição ao nosso Sul. Por isso agora colocamos o mapa ao revés e então já temos uma ideia justa da nossa posição e não como querem no resto do

⁷¹ Política Nacional de Assistência Social (2004) Ver: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

⁷² No item 2.4.1 *A historicidade do território o posicionamento dos diretos até a atualidade* apresentaremos o contexto vulnerável do entorno do MRSP.

⁷³ Boaventura de Sousa Santos (1940) é sociólogo e professor português Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que produz trabalhos significativos de análise sobre a estrutura e construção do conhecimento moderno. Ver: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php>

⁷⁴ Termo cunhado por Terence Duffy. Ver artigo Museums of “human suffering” and the struggle for human rights, em <https://doi.org/10.1111/1468-0033.00292>

⁷⁵ Contemplam as Pedagogias desde o Sul a divisão: pedagogia da indignação; pedagogia da admiração; pedagogia da memória; pedagogia do empoderamento dos sujeitos sociais discriminados e pedagogia das convicções firmes que serão abordadas no capítulo 3.

⁷⁶ Joaquín Torres García (1874 - 1949), foi um artista nas modalidades da pintura, desenho, escultura e ainda professor e escritor uruguaio. Ver Museu Torres Garcia: <https://www.torresgarcia.org.uy/>

mundo. A ponta da América, desde agora, se prolongando, assinala insistentemente o Sul, nosso norte.⁷⁷



Figura 4: Desenho de Torres García intitulado: América Invertida, 1934⁷⁸

Tanto Boaventura como Torres García apresentam suas perspectivas na dimensão global do Sul, evidenciando os povos que constituíram uma narrativa, uma forma de ver e compreender o mundo, destoantes das narrativas que legitimam a exploração e o poder. Desta forma, a leitura intuitiva da imagem em referência às pessoas excluídas e/ou oprimidas, designa uma nova visão para a América Latina.

É bastante relevante para a condução deste trabalho o entendimento das lutas sociais de inclusão. Assim, a arte de Torres García e os desafios do Sul global, nos mantiveram sempre alerta às questões daqueles indivíduos vilipendiados pelo sistema do mundo capitalista, enfim, “(...) dos debaixo que nós vamos compreender”. (SANTOS, 2000,

⁷⁷ Trecho de texto impresso pela primeira vez no livro *Universalismo Constructivo*, que reúne 150 palestras ditadas por Torres García, publicado por Editorial Poseidón, Buenos Aires, 1944.

⁷⁸ Fonte: Museo Nacional de Artes Visuales, Montevideo, Uruguay.

p.3). A pergunta é: o que tem os museus com isso? A resposta a essa pergunta está no acesso, uma vez que, para os perfis de pessoas na categoria das minorias, excluídas em certa medida, existem barreiras simbólicas para adentrar os museus.

Segundo Mark O'Neill (2002, p.34-37) o conceito de inclusão social significa ativamente remover barreiras de modo a permitir que as pessoas possam exercer seu direito de participação em muitas das oportunidades que os privilegiados e escolarizados têm garantidas. Nesse sentido, são claros alguns processos que os museus precisam atentar-se, porque qualquer organização que não esteja trabalhando para romper as barreiras ao acesso está ativamente mantendo a exclusão.

Sabemos que os museus estão abertos a todos, no entanto, não são visitados por todas as parcelas da sociedade (VASCONCELOS e SILVA, 2018). Não basta, portanto, que os museus sejam públicos e gratuitos, é preciso que as instituições museológicas criem estratégias internas e externas para conectá-los a outras percepções e realidades. Desta maneira, não há espaço para neutralidade⁷⁹ no que tange a inclusão nos espaços museológicos, compreendendo que esforços são mais que necessários e possíveis para ampliação do termo de inclusão para além da garantia de acesso.

Cabe ressaltar, a noção de acessibilidade universal que consta na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus⁸⁰ compreendida como política pública e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) devendo, portanto, ser aplicada.

De acordo com Aidar (2019, p.156) o termo “acessibilidade em museus” não é consensual, mas compreendido, tanto no âmbito museológico nacional como internacional, enquanto sinônimo de ações para pessoas com deficiência, que seguem opções ideológicas, metodológicas e de referências bibliográficas particulares.

Neste estudo, a acessibilidade é entendida num sentido bem mais amplo, largo o suficiente para atingir a população em situação de vulnerabilidade social dos vizinhos do MRSP.⁸¹ Sobre este assunto, nos lembra Tojal:

[...] de nada adiantaria o trabalho de mediação no museu sem que fossem dadas todas as garantias e oportunidades de pleno acesso a esse patrimônio, o que significa abrir essa instituição para todos os tipos de públicos, principalmente àqueles que por fatores

⁷⁹O'NEILL, Mark. *The Good Enough Visitor*. In: SANDELL, Richard (ed.). *Museum, Society, Inequality*. Londres/Nova York: Routledge, 2002.

⁸⁰ Legislação sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. p.28.

⁸¹ Conforme expresso na Política Nacional de Assistência Social.

sociais [...] fazem parte de grupos com menores oportunidades de participar desses espaços. (TOJAL, 2013, p.29).

Não podemos esquecer que, ao lado da poética da acessibilidade, há também a dimensão política, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania. Logo, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo que caracterizam a totalidade dos cidadãos, demandamos essa mais elástica do conceito de acessibilidade. Ao ampliar o alcance do termo podemos então promover mais adequadamente estratégias de inclusão nos museus, de maior alcance do que a gratuidade do acesso, muitas vezes ocorrendo numa tradicional e pontual visita.

Corroborando com Chagas e Storino,⁸² para a conversão deste direito em prática social cidadã vivida, são necessários embates e enfrentamentos sistemáticos, dentro e fora das instituições. Não nos cabe outra palavra senão mencionar que haja militância.

Além disso, merece destaque o fato de as instituições museológicas em suas origens estarem diretamente ligadas às classes dominantes, que faz com que as pessoas mais simples se mantenham distantes. Neste sentido, faz-se deveras importante a reflexão de Canclini (2004), para quem os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estarem disponíveis ao uso de todos.

O artigo de número 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) assevera que: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Portanto, é indispensável atentar para a democratização do não público de museus por meio de variadas estratégias de inclusão.

Diante disso, é preciso (CHAGAS e STORINO, 2012) vencer as barreiras imateriais, vencer as questões econômicas, sociais e culturais e enfrentar o desafio de ampliar radicalmente o acesso aos seus serviços e produtos possibilitando um movimento onde os museus possam garantir o pleno alcance qualificado para as camadas populares.

⁸² CHAGAS, Mário; STORINO, Cláudia. O desafio da acessibilidade aos museus (Prefácio). In: COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a museus. Brasília: MinC/IBRAM, 2012. Cadernos Museológicos, v. 2. p.2.

2.3.1 Referências de programas educativos inclusivos

Na cidade de São Paulo podemos encontrar duas referências de instituições museológicas, que, por meio de seus setores educativos, desenvolvem o compromisso com a inclusão sociocultural, quais sejam: a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), que faz parte da Universidade de São Paulo (USP).

No ano de 2002, a Pinacoteca implantou o Núcleo de Ação Educativa (NAE), responsável pelo desenvolvimento de ações educativas consistentes e sistematizadas. Nesse contexto surgiu também o Programa de Inclusão Sociocultural (PISC), notadamente após uma pesquisa de perfil de público realizada neste mesmo ano que ressaltou a ausência de pessoas da região do museu que não utilizavam o equipamento. O Programa atua de forma continuada, por meio de parcerias com organizações sociais públicas ou privadas, promovendo qualificado acesso de grupos em situação de vulnerabilidade social da região, mas não exclusivamente, com a elaboração de ações educativas atendendo a especificidade do perfil de cada grupo.

As frentes principais das ações do Programa de Inclusão Sociocultural são quatro: visitas educativas; um curso anual de formação para educadores sociais; material impresso distribuído gratuitamente para educadores sociais com foco na educação em arte e na educação patrimonial; uma ação extramuros por meio de oficinas com pessoas em situação de rua.

Com o objetivo de ampliar o repertório e a noção de pertencimento aos bens culturais dos participantes, o Programa cria oportunidades de diálogo que propiciam a autoconfiança, promovendo experiências estimulantes no que tange a aquisição de conhecimentos e habilidades no campo cognitivo, emocional e vivencial. Trata-se, como se pode perceber, de um Programa digno de visibilidade com relação ao acesso do não público de museus.

O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP realiza um importante trabalho de inclusão junto à comunidade do Jardim São Remo, o Projeto Girassol. Para melhor compreender este Projeto, precisamos ter em mente que na região em que o museu está localizado no Jardim São Remo; existe a presença de uma grande comunidade (aproximadamente de 30 mil pessoas) carente encrustada nos muros da USP desde início dos anos 1990.

A ocupação dessa localidade se deu por trabalhadores, muitos deles migrantes, que foram trabalhar nas obras da universidade.⁸³ Existe aqui uma já bem estabelecida relação de pertencimento com o espaço. Entre 1995 e 1997 a Reitoria da universidade constrói um muro na intenção de segregar física e simbolicamente as duas realidades (VASCONCELOS e SILVA, 2018, p. 627 apud CABETE). Esse muro suscitou muitas questões importantes para se pensar as relações do museu com a comunidade.

O Projeto Girassol tem se dedicado ao atendimento das crianças da comunidade Jardim São Remo por intermédio da Ong Espaço Girassol, criada em 2013 sendo que, a partir deste ano, foram retomados os trabalhos que haviam sido interrompidos entre 2009 e 2013. Com o recurso de eixos temáticos que estavam sendo trabalhados pela Ong, o setor educativo do MAE articulou junto à instituição um interesse em comum de iniciar um projeto por meio de uma abordagem transversal dos conteúdos, dada especificidade do acervo. Em consonância com os objetivos do projeto e a defesa de transformações possíveis de serem concretizadas no âmbito de ações educativas, o projeto - em sua estrutura, desenvolvimento e experiência - o que se aproxima muito com o projeto idealizado por Mário Vasquez no México com o Casa del Museo.⁸⁴

O PISC da Pinacoteca é uma referência adotada neste trabalho pelo sucesso obtido em ações e processos adotados com a inclusão sociocultural em espaços museológicos.

Da mesma forma, o Projeto Girassol do MAE contribui grandiosamente com nossa jornada com processos socioeducativos. Como autocrítica, os profissionais envolvidos no projeto do MAE relataram que o museu só passa a olhar para a comunidade vizinha após um conflito vindo da mesma, provavelmente dos jovens que usufruíam de uma quadra de futebol que ficava na área do museu, a quadra foi desalojada, e logo após o museu apareceu depredado. (VASCONCELOS e SILVA, 2018).

Com isso, frisamos que o museu também pode ser lugar de conflito. O museu precisa participar dos conflitos dos vizinhos, de suas necessidades. A depredação foi o mote para que os jovens incitassem o espaço museológico a olhar com cuidado para a vizinhança, seu bem-estar, e seu lazer por meio da oferta de bens culturais. Ter um museu

⁸³ Atualmente muitos dos moradores do Jardim São Remo, ocupam os quadros de funcionários terceirizados da Universidade.

⁸⁴ Mário Vasquez foi um museográfico mexicano que dedicou-se a vários programas sobre educação em museus, com destaque ao projeto Casa del Museo (1972-1980) que defendia e praticava a ideia da acessibilidade nos museus aos mais pobres, sua força de vontade e perseverança de seu olhar museográfico excepcional, somados a outros saberes como por exemplo a experiência do teatro, legou para o México projetos culturais e educativos, sendo assim, uma referência forte na museologia, principalmente no campo conquistado do movimento para uma nova museologia.

ao lado de casa e não manter com ele nenhuma relação é o avesso dos princípios do museólogo/museográfico Mário Vasquez. O projeto do MAE, após a iniciativa da retomada das ações com a comunidade vizinha recebeu méritos em referência de origem ao seu projeto no México.

2.4 Um território de afeto: abordagem contemporânea de orientação sociocultural

A palavra afeto denota profundo sentimento por algo, alguém, objeto, ideia ou lugar. Nos limites deste trabalho utilizamos a expressão território de afeto para caracterizar o contato com os vizinhos, e também, outros profissionais que atuam na região fazem uso da expressão. Mas que afeições podemos ter com/para um território que, pelo menos numa rápida mirada, não exhibe boas impressões aos transeuntes da região?

A palavra *afeto* é de origem latina (*affectus*), e nos remete à uma disposição ou estar inclinado a algo. A raiz da palavra vem de *afficere*, (afetar) e significa fazer algo a alguém, influir sobre. Essas informações, retiradas do dicionário, são suficientes para demonstrar o porquê de nossa escolha em nomear os arredores do MRSP como um território de afeto. Em outras palavras, potencializamos a ideia de afeto, no sentido de englobar conexões, por meio das ações museológicas. Esta é uma conexão que demanda o entendimento do outro em sua condição humana de ser afetado, por exemplo: por meio desse afeto se propõe relações possíveis entre a instituição e o território.

2.4.1 A historicidade do território: rupturas, continuidades e complexidades até a atualidade

Território é um conceito amplamente utilizado no campo da geografia e que remete diretamente ao local onde se vive. A esse conceito podemos adicionar a projeção da paisagem cultural que pode perpassar diversos contextos e cenários. Sem muitas minúcias acessamos contribuições advindas das obras de Milton Santos (1994) e Rogério Haesbaert, geógrafo professor da Universidade Federal Fluminense que possui trabalhos focado nos conceitos de território e região.

A abordagem do território implementada por Milton Santos apresenta uma íntima relação com as ideias de cidadania a globalização, com sérias críticas a sociedade

capitalista. Da mesma forma, Rogério Haesbaert explora a relação dos muitos territórios dentro de um território - a multiterritorialidade - como uma resposta à perda de um território ou desaparecimento e surgimento de outros, mas também, no sentido do que faz de um território ser muitos territórios, isso em relação às pessoas e a paisagem arquitetônica ou natural da região. Em ambos autores podemos verificar que o território está submetido a relações de poder da sociedade-espço e que sempre será múltiplo, diverso e complexo.

Desta forma, a paisagem do território da Luz, referente ao nosso recorte sócio-espacial, apresenta mais de um significado, não somente visual, capaz de revelar uma organização do espaço por meio de uma concepção de mundo e sociedade complexa, como apresenta muitos territórios.

Segundo Letícia Nardi e Alicia Castells (2018) a relação entre homem e meio natural configura uma busca em compreender a interação entre materialidade e subjetividade dos objetos categorizados como patrimônio, sendo este o destaque que recebe o conceito de paisagem cultural.⁸⁵ Sobre o homem e o patrimônio, as autoras esclarecem que:

Todo grupo humano atribui valor diferenciado às estruturas edificadas e aos elementos da natureza que constituem os marcos de tempo-espço que balizam seus territórios e práticas sociais, assim como aos conhecimentos e técnicas que participam da construção de diferenças de gênero e de gerações. (NARDI e CASTELLS ano p.2 apud ARANTES, 2008).

O estabelecimento do território e a configuração da paisagem em nosso objeto de estudo, se dá pela natureza histórica com direcionamentos nas rupturas e continuidades, sendo que algumas das continuidades se referem às questões sociais. Desse modo, o bairro convive com mudanças significativas, especialmente danosas às vidas de pessoas da comunidade, registrando assim, um fluxo constante e repleto de impasses em seus estratos sociais.⁸⁶

No interior do prédio do Memorial, a coexistência das duas instituições vinculadas a APAC - MRSP e Estação Pinacoteca - configuram delimitações patrimoniais. Isso posto,

⁸⁵Em consonância com a Unesco, o Iphan regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>

⁸⁶Ato de fluir, escoamento ou movimento contínuo que segue um curso, na atualidade a palavra ganha a conotação relacionada a região em referência ao ambiente destinado ao encontro e concentração de pessoas para o consumo de drogas. Portanto, no decorrer da dissertação será possível acompanhar esta mudança, principalmente no momento que inserimos o território como um porto.

do lado de fora do edifício, o cenário é de múltiplas realidades muitas vezes às voltas com diversas formas de violações de Direitos Humanos.

Na primeira década do século XX, a região exibia ferrovias e grandes casarões e servia de palco para a circulação cotidiana de homens, mulheres e crianças. Era por ali que passava a estrada de ferro The São Paulo Railway, importante via de escoamento dos produtos que chegavam ou saíam de São Paulo. Mesmo nos dias de hoje, ainda é possível encontrar a lembrança dos trilhos e a presença de alguns desses prédios e casarões pelos arredores, contemplando experiências turísticas, e ainda, quem nos relate por depoimentos orais sobre a região.

Do outro lado da rua onde situa-se o MRSP, encontra-se o Largo General Osório e na esquina desse Largo, uma das principais vias daquela região, a Rua do Triunfo. Surgem ainda outras ruas a Vitória, dos Gusmões e dos Andradas, que abrigava algumas produtoras de filmes que enviavam suas produções pelas linhas de trens da região, e desta maneira, realizando as divulgações.

Em meados do século XX, a região foi palco de uma relevante produção cinematográfica, a chamada Boca do Lixo⁸⁷, retratando o submundo presente no cotidiano, e caminhar por essas ruas entre um vasto comércio de eletrônicos e outros produtos da famosa região de Santa Efigênia⁸⁸; pode-se ver ainda alguns prédios antigos e de aparência nostálgica ali por aquelas atribuladas vias.

Nos anos 1990, o território imergiu em uma problemática que se tornaria marca indelével de sua paisagem. A constante presença de usuários de *crack*⁸⁹ e outras substâncias psicoativas, legou para região o nome bastante preconceituoso de “Cracolândia”⁹⁰, como se o uso do crack fosse a única atividade de fato experimentada naquelas ruas. Atualmente, essa região se converteu em uma das áreas mais degradadas do centro da cidade, inclusive

⁸⁷ Em várias cidades grandes do Brasil é possível encontrar uma região com está denominação, que dizem ter origem policial. Ver artigo: STERNHEIM, Alfredo. Cinema da Boca: dicionário de diretores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

⁸⁸ Os bairros da região: Luz, Campos Elíseos e Santa Efigênia, conglomeram-se em uma única região muitas das vezes, em sua localização geográfica. Em relação ao perímetro Santa Efigênia, muitas chácaras em 1872 são substituídas por residências e a presença de hotéis que eram atraídos pela ferrovia São Paulo Railway. No século XX, recorte mencionado no início da reflexão, a implantação do Viaduto de Santa Efigênia vai mudando o cenário até a chegada aos dias atuais com este ambiente tornando-se um importante centro comercial da capital paulista, especializado no ramo de eletrônicos.

⁸⁹ O *crack* é uma substância de cocaína solidificada em cristais, no momento do uso das conhecidas “pedras de crack” um ruído pode ser ouvido de onde deriva-se o nome “crack”.

⁹⁰ A palavra cracolândia é um termo pejorativo cunhado nos anos 90 para mencionar o local de concentração de pessoas que fazem o uso da substância do crack, especificamente na região do centro da cidade de São Paulo, no entanto outras cidades também possuem suas cracolândias.

com a desapropriação de muitos imóveis por terem ligação com tráfico de drogas e a prostituição.

A vulnerabilidade na localidade, não está diretamente ligada ao período que o uso do *crack* passa a ter uma grande concentração. A antiga rodoviária, inaugurada 1961, permanecendo no local até 1982, já trazia dores de cabeça para os habitantes da região, causados por um intenso fluxo de pessoas que desconheciam a cidade; ficando suscetíveis aos furtos e roubos por parte de alguns mal-intencionados. Desde então, uma aura de perigo e criminalidade passou a ser uma incômoda marca desse território.

A presença de policiamento efetivo, marca fortemente o cotidiano desse território, a exemplo do Projeto Nova Luz em 2005⁹¹, que propunha um planejamento estratégico para uma nova área urbanística. Atrelado a isso, a preocupação à época constatada sobre o referido Projeto; encontrava-se em torno de viabilizações de apenas aos negócios imobiliários serem contemplados, isentando assim, outras tantas questões que não ficavam tão claras, apesar de o Projeto mencionar em seus objetivos principais; a criação de uma rede de espaços públicos capazes de recepcionar melhor os usuários da região assim como moradores e trabalhadores.

A discussão não se encerra na atualidade, pois o Projeto prevê suas conclusões em 2025. Essa foi apenas a porta de entrada dos projetos de recomposição urbana pautada na gentrificação e aburguesamento dessa região por meio da especulação imobiliária, arte e política, referente ao seu valor histórico simbólico para cidade, pela degradação sofrida, pelas moradias, pelos grupos sociais atuantes, residentes ou não, os equipamentos culturais ali instalados e principalmente a população estando todos ligados de diversas formas.

Sobre este aspecto, destacamos a complexidade que existe por trás do uso contínuo de substâncias psicoativas na região. Taniele Rui (2012) etnografou esse cenário com toda essa trama social, esforçando-se não somente em entender o ponto de vista dos usuários, mas também como se configurou este cenário. Mantendo distanciamento do apelo emocional das existências dos indivíduos envolvidos, seu trabalho revela tensões recorrentes nas vidas submetidas a esse contexto. A certa altura de sua tese, Taniele esclarece:

⁹¹ Projeto Nova Luz aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, iniciado em 2005, consiste na revitalização do cenário da Luz, com vistas ao um planejamento para uma nova área urbanística. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf

[...] O meu interesse em participar do cotidiano [...] na região conhecida como “cracolândia” [...] um trabalho externo de ida à “cracolândia” [...] tive uma experiência mais intensa com esses usuários – o que me possibilitou um acesso maior às suas histórias e ao seu cotidiano. Foi junto a eles que me dei conta da importância dos documentos na vida ordinária. Se no meu cotidiano eu não preciso mostrar o RG ou CPF em cada lugar que vou, para eles, contudo, a posse de tais documentos era garantia de uma noite abrigado e, mesmo em contexto de democracia política, era uma proteção contra a violência policial. [...] Mesmo que a maioria ainda se encontre em condição de rua e usem drogas, buscam dormir em locais protegidos, procuram as instituições (ao invés de serem procurados por elas), se esforçam para evitar o contato constante ou abusivo com drogas e álcool, cuidam da higiene e da aparência física e tentam refazer laços familiares e sociais, dos quais o mais almejado é o trabalho regular. (RUI, 2012, p. 40-41).

Assim, cotidianamente, são travadas diversas lutas por cidadania em um território de memória. Sua paisagem revela histórias de vida dentro e fora do prédio do museu, ou seja, no interior do edifício configura-se um lugar de memória com ações museológicas por meio de memórias de indivíduos e grupos que resistiram ante a violência do Estado e a supressão de direitos constitucionais. E fora, a paisagem demonstra a luta por direitos básicos.

É chegada, então, a hora de se perguntar: qual a melhor maneira do museu afetar esta paisagem, estas vidas que convivem com a luta por direitos básicos?

Os direitos e a população deste território são evidenciados neste estudo. Para isso, Milton Santos (2007), para quem o local do cidadão e as compreensões da herança social, afirma que são distribuídos desigualmente o acesso dos bens e serviços para a plena realização cidadã, revela reflexões capazes de suscitar nossa consciência da necessidade de ações voltadas para a intervenção na realidade da comunidade.

A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada. A metamorfose dessa liberdade teórica em direito positivo depende de condições concretas, como a natureza do Estado e o regime, o tipo de sociedade estabelecida e o grau de pugnacidade que vem da consciência possível dentro da sociedade civil em movimento. É por isso que, desse ponto de vista, a situação dos indivíduos imutáveis, está sujeita a retrocessos e avanços. Os homens, pela sua própria essência, buscam a liberdade. Não a procuram com a mesma determinação porque o seu grau de entendimento do mundo não é o mesmo. As sociedades, pela sua própria história, são mais ou menos abertas às conquistas do homem. E os Estados nem sempre coincidem com a sociedade civil, mas, ao contrário, refreiam-lhe os impulsos, e frequentemente desrespeitam os indivíduos, sob as justificativas e disfarces mais diversos. A dialética da vida social leva em conta o movimento desses fatores: o dado institucional, o dado

econômico, o dado cultural e o dado individual interdependem e interagem. (SANTOS, 2007, p.20).

Milton Santos afirma de maneira categórica que, para que haja cidadania de fato é necessário que o cidadão possa reclamar dela, considerando o seu tempo e lugar, pois faz parte da nossa essência optar pela liberdade com direitos.

Como já foi dito, muitas das pessoas que habitam a região contígua à Estação da Luz e do MRSP têm seus direitos expropriados e convivem diariamente com os problemas advindos da delicada situação de dependência química, abandono social e exclusão financeira. Faz-se, então, primordial para a garantia de direitos compreendê-los em sua realidade.

Para combater o preconceito e discriminação que pesa sobre essas pessoas é necessário superar a imagem de perigo e abandono que persiste neste território, situação que deve ser fortemente combatida por meio de metas na competência do campo das políticas públicas.

Guilherme Varella (2014) refletiu sobre esses problemas reais vivenciados a partir do exercício dos direitos culturais. Entendendo a notória importância dos direitos culturais para todos, a Constituição Federal de 1988, enfatiza a democratização do acesso aos espaços; o Artigo de número 215 apresenta:

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Os direitos culturais ganharam reforço com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001⁹², patrocinada pela Unesco. No documento da Declaração, a diversidade cultural aparece apenas associada a certos bens e valores, dentre eles os direitos culturais, considerados um marco dentro das questões da diversidade cultural, sublinhamos. “(...) toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A Declaração, compromete-se a avançar na

⁹² Declaração Universal sobre a diversidade cultural, disponível em: [DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL A Conferência Geral, Reafirmando o seu compromisso com a plena realização](#)

compreensão e no esclarecimento do conteúdo dos direitos culturais”. (UNESCO, 2001).

Mário Chagas propõe:

O museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural. Já não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. (CHAGAS, 2011, p.5)

Chagas impulsiona os profissionais e museus em direção a uma nova relação que seja capaz de compreender as raízes de políticas de acesso a população exposta como não público de museu, frente às complexidades de seus cotidianos.

Com o olhar aos documentos referidos e outros⁹³, de modo geral, constatamos neste estudo que as questões imediatas dos direitos básicos são de maior urgência para as pessoas dos arredores do MRSP, ficando a cargo do museu, salvo suas limitações enquanto sua especificidade de trabalho, buscar formas de intercambiar a relação território x museu.

O território é como se fosse um porto, dados as particularidades da população que se aloja na região, identificando pessoas dentro do quadro social das minorias. Sendo assim, muitos são os personagens e interesses que os envolve, principalmente pessoas desempenhando ações dentro de suas limitações num papel ímpar para essas minorias.

Um dos parceiros do MRSP é o *Coletivo Tem Sentimento*⁹⁴ que, em 2018, organizou uma escuta do território no teatro do Pessoal do Faroeste⁹⁵. Toda a articulação junto a moradores, usuários e ex-usuários de álcool e outras drogas, ficou a cargo da assistente social Carmen de Almeida Lopes⁹⁶. O *Coletivo Tem Sentimento*, em parceria com a autora deste estudo, percorreu uma experiência piloto que configura a presente dissertação.⁹⁷

Cabe-nos, então um pequeno recorte etnográfico de situações presenciadas cotidianamente, que configuram subsídios complementares da pesquisa de campo.

Nas ruas do bairro da Luz, um pedido, uma súplica, um lamento... “[...] me dê algo para comer, fale comigo, não quero dinheiro para comprar droga, quero só conversar, mas

⁹³ Os documentos referidos são: Constituição Federal de 1988; Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001; bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

⁹⁴ Maiores informações de atuação do Coletivo Tem Sentimento abordaremos no capítulo 3.

⁹⁵ Companhia de teatro com sede na Rua do Triunfo em frente ao prédio do Memorial da Resistência.

⁹⁶ Além de Assistente Social autônoma atuante e residente do território é a fundadora do *Coletivo Tem Sentimento*.

⁹⁷ Ainda deste processo foi articulado um projeto cultural com *Coletivo Tem Sentimento* que atuou na produção de materiais expográficos para a exposição “À Margem”, sobre o rio Tamanduateí, que ficou em cartaz no MRSP de 21 de setembro de 2019 a 16 de março de 2020.

ninguém conversa comigo”.⁹⁸ Em diversas ocasiões a autora presenciou falas parecidas direcionadas a transeuntes, que, apressados, seguiam sem dar ouvidos. Considerando o fator de risco associado ao estereótipo dos dependentes químicos que ocupam a região, um instinto de defesa parece ser rapidamente acionado quando dessas interpelações acontecem. Trata-se de um ponto bastante complexo do ponto de vista antropológico sobre o qual, não dedicaremos maior atenção.⁹⁹

De parte da autora foi possível observar cada vez mais essas abordagens, quando transitava pelo território¹⁰⁰, os comportamentos advindos dos usuários, de quem dá atenção e quem não dá, são totalmente diferentes. Identificando que o simples parar e dar ouvidos e atenção a essas pessoas, e por fim, respondê-las com um *não posso ajudá-lo*; levou a autora investigar sobre a redução de danos.

As abordagens e ações policiais (municipal e estadual) são corriqueiras neste território. Aqui damos destaque a mudança de gestão de Fernando Haddad¹⁰¹ para João Dória, em 2017. No mês de maio deste ano, a grande mídia repercutiu cenas que são recorrentes no local, com maior ou menor grau de violência. Vale ressaltar que essas ações sempre são de grande tensão.

A grande mídia por esquecimento ou leviandade, não noticia que ações como a referida, são recorrentes. A presença de militantes de diferentes frentes impulsiona e oferece obter informações deste cotidiano. Citamos por exemplo, o *Jornalistas Livres*¹⁰², mídia alternativa, e também a *Ponte Jornalismo*¹⁰³ que nos mantiveram informados das ações violentas no território, grande parte das vezes abafadas pela grande mídia.

⁹⁸ Anotação de caderno de campo de 2018 de um homem de aproximadamente 35 anos, que a autora não encontrou mais nos trajetos pelo território. Caderno de Campo iniciado em 2013.

⁹⁹ Mencionamos como questão antropológica, considerando que existem várias áreas de expertises e caminhos com relação a trabalhos acadêmicos realizados na temática que engloba o território, áreas como: a saúde, psicologia, assistência social, ciências sociais e outras. Nesse caso, o presente estudo é específico com relação ao alcance da prática educativa museal adentrando esse terreno. A autora possui um caderno de notas de falas da referida população iniciado antes da proposição deste estudo, entre muitas frases marcantes, destacamos (informação verbal de abril de 2019): “Eu não aguento mais esses estudantes papeando aqui, perguntando ali e nem água me dá e se vai com seu diploma, eu estudei também, sabia”.

¹⁰⁰ Durante este transitar pelo território essas falas são inseridas em caderno de campo, iniciado anteriormente ao projeto de Mestrado tomar forma.

¹⁰¹ Gestor da cidade de São Paulo de 2013 a 2016.

¹⁰² *Jornalistas Livres* criado em 2015 é uma mídia alternativa que se apresenta como coletivo apaixonado pela democracia, a cultura, as conquistas sociais e a defesa radical dos direitos humanos, e ainda, colocam-se como contraponto às mentiras veiculadas pela grande mídia. Ver: <https://jornalistaslivres.org/>

¹⁰³ *Ponte Jornalismo* foi criada em 2014 e se apresenta como proposta única no jornalismo brasileiro, utilizando-se do meio digital e focada em segurança pública e direitos humanos, tendo a missão de defendê-los por meio de um jornalismo independente, profissional e com credibilidade, promovendo a aproximação entre diferentes atores das áreas de segurança pública e justiça, com o objetivo de colaborar na sobrevivência da democracia brasileira. Ver: <https://ponte.org/>

Estrategicamente, a mídia alternativa gera nos diferentes setores culturais, sociais e econômicos o desejo de uma transformação no *status quo*, na medida em que o conteúdo condensa múltiplas linguagens, atuando em diferentes espaços. Köhler¹⁰⁴ reforça esta discussão, chamando atenção para o fato de as mídias alternativas serem um aguerrido veículo de comunicação capaz de impulsionar movimentos reivindicatórios a uma ação que atinge as minorias.

Durante uma dessas ações policiais, alguns usuários de álcool e outras substâncias psicoativas se direcionaram para a marquise do MRSP. O museu fecha suas portas e outros estabelecimentos arredores também, o que parece ser comum nestas situações, pelo menos naquela região. Por uma pequena janela interna do museu, seguranças e outros colaboradores do museu, observavam a grande correria, a autora resolveu sondar os usuários sobre o refúgio na marquise.

Exatamente neste dia, a grande mídia noticia questões do que acontece no território, através das imagens capturadas pelos helicópteros dando visibilidade ao prédio do Memorial.¹⁰⁵ Durante toda essa atribulação, a seguinte frase, estimulou com maior potência os caminhos para/com este trabalho, sendo: “[...] aqui tem gente trabalhando; a polícia não vai atirar ou bater na gente aqui, é seguro, eu acho.”¹⁰⁶

Sabemos, do valor, da preocupação, do cuidado, dos protocolos referentes a estrutura patrimonial do museu, no entanto, a definição do museu como um local seguro, em certa medida, remeteu-nos a questão da redução de danos. Em outras ocasiões, fora do expediente de trabalho, por meio de diálogos com perguntas diretas, buscamos verificar se eles sabiam da existência de um museu no prédio. Na grande maioria das vezes, eles disseram não saber. Alguns mencionam que sabiam haver sido a sede do DEOPS, não citando o Departamento... “foi uma delegacia, né? eu já fui presa, não lá...”¹⁰⁷

Redução de danos se refere a um conjunto de estratégias singulares e coletivas de cuidado às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, respeitando sua autonomia e fortalecendo o autocuidado. Indagamos, porém, se além dos programas de

¹⁰⁴ O historiador H-J Köhler do referido assunto é citado na nota 109 do ensaio de J. L. Flood. *Le livre dans le monde germanique à l'époque de la Réforme*, em J. F. Gilmont (org.). *La réforme et le livre: L'Europe de l'imprimé, 1517-1570* (Paris: Les Éditions du Cerf, 1990), p.29-104.

¹⁰⁵ Após este ocorrido, vários agendamentos foram cancelados no Programa de Ação Educativa do MRSP, seus responsáveis pelos grupos justificavam a causa direcionada à repercussão da mídia, informando não se sentirem seguros para chegar até o museu.

¹⁰⁶ Fala de homem de aproximadamente uns 30 anos de idade, portando um cobertor em mãos que se abrigava na marquise do museu, em maio 2017, anotações do caderno de campo.

¹⁰⁷ Fala de uma mulher trans nas dependências de um comércio da região, em agosto de 2019, anotações caderno de campo.

assistência, os museus, ou o museu, neste caso específico o MRSP, através de uma sistematização em seu Programa de Ação Educativa, pode contribuir de forma efetiva para a redução de danos entre os *habituês* do entorno do território?

2.5 Tempos e cenários controversos não esperados na sociedade global

A sociedade global no momento da escrita desta dissertação está profundamente abalada. O Brasil e tantos outros países, por conta de uma pandemia global, viram-se obrigados a reinventar estratégias e práticas para praticamente todos os setores da vida, inclusive, as estruturas museológicas.¹⁰⁸

Sublinhamos a experiência no Chile com o *Museo de La Memória y Derechos Humanos*, criado em 2010, após os resultados de arquivos gerados por Comissões no âmbito da Justiça de Transição¹⁰⁹. A temática das ditaduras somado às contribuições de Ricardo Brodsky¹¹⁰, apresentando um museu referência de Direitos Humanos. O museu é uma instituição congênere ao objeto deste estudo, elencamos que o *Museo de La Memória y Derechos Humanos* não configura um lugar de memória, uma vez que na localidade não há vestígios históricos¹¹¹, todavia, ressaltamos que o museu demonstra uma incrível estrutura no que compete extroversão ao público na temática.

Isso posto, inserimos a reflexão acerca das situações de normalidade e situações excepcionais, configurando acontecimentos do passado e do presente, com o estouro de uma pandemia que vivenciamos. Em certa medida, posiciona as instituições museológicas - e não somente elas - num nível de crise dada a circunstância. Para Boaventura de Sousa Santos (2020, p.5):

A normalidade da exceção. A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a

¹⁰⁸ Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a classificação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da atual Covid-19 para uma pandemia. Nesta data o número de mais de 118 mil pessoas já havia sido infectadas em 114 países, com casos confirmados no Brasil em escala crescente cotidianamente, vivenciamos no país neste mês de agosto de 2020 um luto de 100 mil vidas ceifadas pela doença, autora tem casos na família.

¹⁰⁹ Os arquivos das comissões foram: a Comisión Nacional de Verdad y Conciliación (1990); a Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación (1993) e a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (2003).

¹¹⁰ BRODSKY, Ricardo. O dever da memória no Museo de La Memória y Derechos Humanos no Chile. In: *Museus e Identidades na América Latina*. (Orgs.). VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo Funari e CARVALHO, Aline. São Paulo. Annablume/Unicamp, 2015.

¹¹¹ O museu é construído num pólo cultural de Santiago, sendo frequentado por múltiplos públicos, fazendo parte de lista de local turístico obrigatório a ser visitado na cidade.

década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise.

Corroborando com o autor, no mês de março deste ano de 2020, o planeta – em alguns lugares mais, em outros menos - foi colocado num estado de isolamento social e medidas de distanciamento com a promulgação de uma quarentena visando reduzir o impacto do novo Coronavírus. As recomendações de mudanças na rotina levaram as pessoas a forjarem maneiras possíveis de conviver com a ameaça do vírus e adaptar-se ao novo cenário que envolve principalmente cuidados com a saúde, mantendo-se seguro com o bem maior; a vida.

Na medida em que tudo é fechado¹¹² inclusive os museus, a tecnologia adentra o cenário, e mostra-se a vencedora de apaziguar o “fique em casa” com segurança. Rapidamente, dentro de um mês aproximadamente, os museus já estavam com seus acervos na internet e com suas redes sociais a todo vapor, movendo novas formas de interação com o público. Não estávamos preparados e nem escolhemos essa transição para o meio virtual¹¹³. Os museus estavam de portas fechadas, mas as ações não podiam, e não podem parar.

Para Boaventura de Sousa Santos (2011) a pandemia se mostra mais cruel para as mulheres, os trabalhadores precários, informais, trabalhadores de rua considerados autónomos, a população em situação de rua, moradores de locais periféricos, as pessoas com deficiências, idosos, imigrantes e outros perfis de uma lista difícil de esgotar. Cabe ainda ressaltar que para algumas parcelas da sociedade a pandemia não é tão cruel - ela atinge outros níveis de “crueldade” para este grupo¹¹⁴ - algumas mudanças no campo social

¹¹² Fecham-se escolas, comércio e outros, estabelecimentos que se mantiveram abertos foram os considerados de serviços essenciais, como: supermercados, abastecimentos no geral, farmácias e hospitais. Considerando que nos museus algumas equipes terceirizadas seguiram com suas rotinas escalonadas como a limpeza, manutenção e segurança.

¹¹³ Neste meio virtual além da produção para o público, surge um movimento significativo nas redes com grande quantidade de *lives*, *webinários* e outras modalidades de encontros *on-lines* promovidos por profissionais de museus e instituições museológicas.

¹¹⁴ Em certa medida não queremos classificar, nem rotular, nem elevar uma generalização quando se trata de saúde; de vida para quem é mais ou menos cruel um contexto pandêmico, no entanto, vivemos em batalhas das classes sociais e as preocupações de alguns diante do contexto, como por exemplo: o não poder se reunir em espaços públicos, afetando psicologicamente muitos cidadãos, onde a rotina de ficar em casa, veja bem, o conforto do lar virá algo bem complexo na convivência com a drástica mudança cotidiana, não que isso não faça parte do grupo de pessoas das classes menos favorecidas, mas, convenhamos que a preocupação com água e sabão e como colocar comida no prato ficando em casa sem trabalho em alguns casos sem generalizar não faz parte de alguns grupos sociais.

acontecem em nome da segurança, considerando as minorias que passam e em certa medida sempre passaram despercebidas, sem um plano de solução rápido para resolver questões imediatas.

O contexto pandêmico ajudou a potencializar algumas questões que raramente eram vistas com cautela. Em casas, em locais periféricos de apenas um cômodo com grandes famílias, como fica a questão de manter isolamento e distanciamento? Água e sabão para lavar as mãos para aqueles que nem água potável nunca viram? Pessoas em situação de rua como manter as medidas de prevenção e se beneficiar dos protocolos exigidos para cuidar da saúde? Percebemos que as questões são infinitas saindo um pouco da privilegiada zona de conforto.

A vida passou, mais do que nunca, a ser vista pela janela, fosse a janela da própria casa, pois agora consegue dispor de um tempo para olhá-la, fosse pela janela dos monitores de computadores pessoais que se tornaram mais utilizados por aqueles que tem acesso a eles.¹¹⁵. Mais uma vez, de acordo com Boaventura (2020, p.7):

[...] a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. Não serão possíveis outras?

Para os museus, essencialmente um local de relações humanas, retomamos sobre a transposição ao meio virtual, salientamos que a autora observa e interage neste período com conteúdo *on-line* de diversos museus, - e não só de museus - e eles não param de ser atualizados a cada novo *click* nas redes. Dito isso, muitos museus e até mesmo aqueles com pouca visibilidade física, em certa medida, inserem suas práticas, seus diálogos, seus cotidianos no meio virtual, - o que não é ruim - todos empenhados num exercício de aprendizagem e adaptação do momento com a comunidade *on-line*, embora na maioria dos casos, despreparados em transpor para as linguagens virtuais. Todavia, movendo-se com o

¹¹⁵ Temos muito para avançar com a inclusão digital, alguns relatos neste período de colegas professores da rede de ensino - tanto pública como privada - verificamos o quanto a inclusão digital é um extenso caminho para além de quem tem acesso à internet, o acesso se faz primordial, todavia em muitas realidades a barreira vai desde ter um computador até a complexidade do saber de como usar determinadas ferramentas, isso mostra-se o quão necessário é preciso garantir formação para o uso, inclusive não somente para os discentes mas para os docentes.

novo propósito das muitas *hashtags*¹¹⁶ como por exemplo: museu em casa - “#museuemcasa”.

Em virtude do contexto da pandemia, muitos profissionais foram atingidos com suspensão de contratos de trabalho, redução de jornadas e até demissões, considerando uma fragilidade dessas medidas nos setores educativos. O Comitê para Educação e Ação Cultural (CECA BR) do Conselho Internacional de Museus do Brasil (ICOM BR) e a Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM BR) realizaram uma reunião no dia 17 de abril e uma pesquisa nacional e debate coletivo. Apresentaram, então, uma Carta Aberta com reflexões diante de uma análise emergencial, bem como algumas sugestões para os profissionais de educação museal e demais profissionais de museus, para as instituições e para o poder público.¹¹⁷

A Carta Aberta, apresenta um conjunto de recomendações elaboradas de forma participativa por educadores museais e colaboradores, e é voltada para o setor museal brasileiro, sublinhando que o maior objetivo é com a preservação da vida, a manutenção do trabalho e a valorização da educação museal brasileira.

A escuta da comunidade se mostrou importante para reaprender e reinventar ações museológicas neste percurso pandêmico. Posto isso, indagamos o público diante do momento: o que afeta o museu fechado? qual diferença faz?

Depois de considerar bastante, e de ouvir também, acreditamos que as ações museológicas, neste atribulado contexto, devem ir além do espaço virtual, pois não se pode esquecer que o acesso à rede reflete a desigualdade própria da sociedade brasileira. Mas, considerado as limitações físicas do momento, achamos importante destacar o aprendizado inesperado com a incorporação de novas medidas que produzissem resultados reais, como, por exemplo, a abertura dos espaços dos museus e a viabilização de campanhas junto à comunidade.

Estamos entendendo juntos que o presente não é mais o mesmo, e que o futuro pode trazer surpresas catastróficas. Dado que nossos planos foram interrompidos, as prioridades precisam mirar na luta na redução do medo, ampliando as trocas e experiências, justamente

¹¹⁶ Hashtag é um termo em inglês associado a tópicos que podem ser pesquisados em redes sociais, inserindo o símbolo do “jogo da velha” (#) antes da palavra, frase ou expressão, a hashtag concentra os conteúdos de interesse numa busca.

¹¹⁷ Ver Carta Aberta dos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação museal no Brasil em:

http://www.icom.org.br/files/Carta_Aberta_e_Recomenda%C3%A7%C3%B5es_para_Educa%C3%A7%C3%A3o_Museal_no_Brasil.pdf

porque não temos ainda respostas sobre o que estamos vivendo. Seguimos tomados pela certeza da responsabilidade social dos museus em contribuir com a vida.

Ao relembrar a instigante experiência chilena do *Museo de La Memória y Derechos Humanos*, nos fica uma pergunta: o que esse contexto pode ensinar ao setor museológico? O museu chileno lembra à sociedade algo que não se pode esquecer sob o risco de que as inúmeras violações de Direitos Humanos ocorridas no país voltem a acontecer. Talvez pudéssemos, considerando esse contexto atual absolutamente caótico, em que medida podemos vislumbrar um museu com as questões da pandemia?

Sem a necessidade de uma bola de cristal para prever o futuro, mas, ao que parece a tempestade vai passar, o atual período em que nos encontramos em processo de reabertura de espaços dos setores da economia¹¹⁸, e com a retomada, restando a memória do indelicado momento. O exercício de entender nosso futuro, museus e arquivos espalhados pelo mundo, estão em certa medida recolhendo e guardando relatos referente ao contexto pandêmico.

Aqui no Brasil, proposições inspiradas em iniciativas internacionais - como as da Associação Pública dos Historiadores de Nova York e do Arquivo Municipal de Barcelona -, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro iniciou em maio de 2020, o projeto “Testemunhos do Isolamento” coletando e documentando histórias.¹¹⁹

Outro referencial no campo dos museus é o *National Museum of Natural History Smithsonian* americano que vem reunindo conteúdos no plano das discussões sobre a vacina para o COVID-19.¹²⁰ E ainda, o museu e biblioteca *New York Historical Society*¹²¹ que segue coletando materiais e objetos relacionados à pandemia e a súbita interrupção de vidas em todo o mundo.

Não tivemos conhecimento de nenhuma programação diretamente relacionadas com a pandemia, ou de algum museu do Brasil realizando isso efetivamente, o que não deixa de ser lamentável, uma vez que cabe ao museu, dentre outras coisas, ocupar-se com a memória e a preservação para o conhecimento de gerações futuras. O que tivemos, sim, foi uma adaptação de ações/atividades dos museus para o ambiente virtual; onde em vários

¹¹⁸ Em 01 de junho de 2020, inicia o Plano São Paulo do Governo, que indica as fases para retomada/abertura dos setores da economia, no entanto a curva de casos e vítimas não baixaram nem estabilizaram, como é possível acompanhar o crescimento dos números no painel: <https://covid.saude.gov.br/>

¹¹⁹ Ver: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/testemunhos-do-isolamento>

¹²⁰ Ver: <https://naturalhistory.si.edu/exhibits/outbreak-epidemics-connected-world>

¹²¹ Ver: <https://www.nyhistory.org/history-responds>

momentos o contexto pandêmico era a temática discutida no campo das reflexões, sobre as adaptações, o reinventar e o daqui pra frente com a reabertura dos espaços.

A reabertura dos espaços museológicos ocorreu em 15 de outubro de 2020, porque a cidade de São Paulo entra na faixa verde¹²² com todas as medidas de protocolos de cuidados com a saúde. Mas ao que parece, isso se mostrou uma atitude apressada, pois o avanço acelerado no número de casos exigiu novamente um retorno a faixa amarela.

A retomada não trouxe posicionamentos acerca do *lockdown*, experimentado de formas distintas pelos variados segmentos sociais de março até outubro, seguindo suas programações interrompidas normalmente, mas com a devida implementação de todos os protocolos de segurança que devem ser seguidos tanto pelos profissionais quanto pelo público. Manuais de recomendações como os apresentados pelo IBRAM e pelo ICOM abordam o planejamento imprescindível da reabertura com a pós-pandemia. Todavia, a inquietação é: em vez de seguir com os calendários de onde pararam, não seria mais frutífero estabelecer um diálogo ou uma ação mais contundente sobre a pandemia?

No próximo capítulo, será o momento de discorrer sobre o “lugar de encontro”, nome dado a experiência piloto com vistas à Educação em Direitos Humanos e às pedagogias desde do Sul. Por meio da análise da experiência e dos caminhos evidenciados pelas entrevistas cedidas pela equipe do MRSP apresentamos algumas propostas.

¹²² A faixa verde no Plano São Paulo consiste na retomada e abertura das atividades econômicas não essenciais de forma consciente cumprindo protocolos de medidas de saúde para evitar o contágio e controle da pandemia.

Capítulo III - Resistências no Território: o museu é lugar de encontro

Neste capítulo apresentamos o escopo do processo de implantação da Educação em Direitos Humanos no Brasil e em outros países da América Latina, ressaltando o direito fundamental de todo indivíduo viver com dignidade. O que se segue é, portanto, um estudo descritivo da trajetória da experiência piloto desenvolvida em 2019¹²³ pela autora com os parceiros: *Centro de Convivência Prates e o Coletivo Tem Sentimento*, e ainda, recortes das entrevistas realizadas com a Coordenação e Equipe do Programa de Ação Educativa do Memorial, cujo processo metodológico de ambos, embasa a proposta de inclusão sociocultural para a população vizinha do Memorial da Resistência. Seguimos, então, com o referencial potencializador das Pedagogias desde o Sul.

3.1 A bússola da Educação em Direitos Humanos

Compreendemos que os processos no que diz respeito aos Direitos Humanos percorrem a atuação social e envolvem construções históricas permanentes sobre os direitos básicos para todas as pessoas. Considerando que democracia e Direitos Humanos andam de mãos dadas – ou que pelo menos deveriam - sendo os direitos interdependentes e indivisíveis. Ou seja, a defesa de um não anula o outro, mas estão todos interligados. Avanços e retrocessos neste campo tem sido a marca dos últimos anos no Brasil.

O discurso sobre os Direitos Humanos tem longa tradição na História. Sua formulação se constitui por três gerações dos direitos, que se foram moldando conforme as necessidades de cada época para o reconhecimento e empoderamento da sociedade civil.

Quem propôs esta divisão em gerações¹²⁴ foi o jurista Karel Vasak¹²⁵ com base nos princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, dividindo assim, didaticamente em três perspectivas históricas de entendimento. Isso posto, Aida Monteiro (2000) e Ricardo Dornelles (2005) auxiliam a compreensão destas gerações, sendo: a

¹²³ A experiência piloto teve início em fevereiro de 2019 e encerramento em dezembro do mesmo ano.

¹²⁴ Na academia podemos encontrar a referência tanto como gerações ou dimensões, discurso meramente acadêmico, a lógica utilizada segue a referência dos princípios da Revolução Francesa. Ver: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/GERA%C3%87%C3%95ES%20OU%20DIMENS%C3%95ES%20DOS%20DIREITOS%20FUNDAMENTAIS.pdf>

¹²⁵ Karel Vasak (1929-2015) jurista tcheco-francês.

primeira geração (liberdade) associada ao final do século XVIII¹²⁶, tem sua principal ideia no campo da liberdade individual fundamentada no liberalismo concentrando os direitos civis e políticos, apresentando; os direitos à liberdade, direito de locomoção, propriedade, segurança, expressão e crença religiosa. Sublinhamos ainda que os direitos políticos asseguram a participação popular na administração do Estado, como direito ao voto, direito a ser votado, direito a ocupar cargos ou funções políticas.

Por conseguinte, a segunda geração (igualdade) apresenta os direitos sociais e tem seu surgimento no contexto após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fortalecendo a concepção de bem-estar, contemplados na (Constituição Federal, art.6)¹²⁷ “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

A terceira geração (fraternidade) também conhecida por solidariedade - data do contexto após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e aborda direitos muitos mais amplos, apresentando os direitos coletivos, sendo: os direitos ao desenvolvimento, à solidariedade, ao meio ambiente, à paz e de participar do patrimônio comum da humanidade, incluindo também o respeito à livre determinação dos povos.

Desta forma, após a Segunda Guerra, em 1948, um momento histórico importantíssimo na luta por liberdade, igualdade, dignidade, democracia e paz se inicia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste âmbito a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, no ano de 1993, é considerado o evento marco com relação às atitudes na temática, após o evento, o Brasil assume desde então a Década da Educação em Direitos Humanos (1995-2004).

A Conferência Mundial de Direitos Humanos considera o ensino, a formação e a informação ao público sobre direitos humanos tarefa essencial para a promoção e a obtenção de relações harmoniosas e estáveis entre as comunidades, bem como para o favorecimento da

¹²⁶ O final do século XVIII marca à independência dos Estados Unidos e criação de sua constituição, em 1787 e à Revolução Francesa, em 1789 a quem Karel Vasak baseia-se com seus princípios para divisão dos Direitos Humanos.

¹²⁷Ver Constituição Federal:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp#:~:text=forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.-.Art..desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.

compreensão mútua, da tolerância e da paz. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, sem paginação).

Na referida Conferência, é aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996¹²⁸, e ainda, o Decreto de número 2.193 de 7 de abril de 1997, com a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, demonstrando os passos desta década.

Aida Monteiro (2012, p.9) compreende os instrumentos dos Direitos Humanos para uma Educação em Direitos Humanos de forma mobilizadora global, imbricada conceitualmente como uma educação fundamentada na cultura democrática, tanto nos contextos nacionais e internacionais, nos valores da tolerância, da solidariedade e da justiça social, na inclusão, na pluralidade e na diversidade. Seguindo este ponto de vista, o Estado brasileiro mobilizou educadores, militantes, parlamentares e servidores públicos por meio de um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), que apoiados em documentos internacionais e nacionais¹²⁹ através de encontros, no mesmo ano, formularam e apresentaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).¹³⁰

Em conformidade com o referido Plano, como política pública, assegurado nos marcos legais do país¹³¹, cabe remontar o percurso da chegada de uma educação direcionada aos Direitos Humanos, eclodindo principalmente nos setores educacionais o dever do educar para o *Nunca Mais*.

No que se refere ao Brasil e a outros países latino-americanos, constatamos que o terreno das mobilizações por direitos ganhou maior força após as violências sociais e políticas sofridas com as ditaduras.

Durante a ditadura, a luta contra o arbítrio e contra todo tipo de violência causada pelo terrorismo do Estado tornava obviamente prioritária a defesa dos Direitos civis e políticos e das liberdades individuais. Com a “abertura”, nossa preocupação voltou-se para os direitos econômicos,

¹²⁸ O Programa Nacional de Direitos Humanos, que se encontra na terceira versão de 2009, é estruturado por 6 eixos temáticos orientadores: 1. Interação democrática entre Estado e sociedade civil. 2. Desenvolvimento e direitos humanos. 3. Universalizar direitos em um contexto de desigualdades. 4. Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência. **5. Educação e cultura em direitos humanos** (grifo nosso). 6. Direito à memória e à verdade. Ver: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf com anexos das versões anteriores I e II.

¹²⁹ Documentos: Constituição Federal Brasileira (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei. 9.394/1996); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

¹³⁰ BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC;MJ;Unesco, 2006. Ver: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>

¹³¹ Destacam-se a presença o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH).

sociais e culturais, sempre tão negados num país marcado por desigualdades e desequilíbrios de toda sorte. (GENEVOIS, 2007, p.9-10).

As palavras de Margarida Genevois¹³² dão conta de uma reorganização da vida social no período de abertura política da década de 1980.

A Declaração Universal do Direitos Humanos (1948), desencadeou mudanças no comportamento social, todavia, é nas décadas de 1970 e 1980 no processo de redemocratização, marco significativo de nosso país com a Constituição Federal (1988), que institucionalmente emerge a Educação em Direitos Humanos (EDH). É importante salientar que inicialmente, a EDH (informação verbal)¹³³ não surgiu como um projeto de governo e sim como um projeto de sociedade, através dos processos de resistências pelos direitos sociais e defesa das liberdades fundamentais. Em outras palavras, uma aprendizagem que nasceu com a presença da solidariedade acontecendo nas lutas sociais. Sobre isso, Moacir Gadotti (2008, p.2) afirma que:

Os movimentos sociais nos ensinam que o povo, as pessoas, se educam na luta. A luta é pedagógica. Na luta há um “saber de experiência feito” (Freire). Esse saber, essa cultura, nem sempre foram valorizados pelas nossas academias, pelas nossas Universidades, que têm muito a aprender com os movimentos sociais. O saber que vem das lutas. Esse é um grande espaço de aprendizado. Aprendemos sobretudo a radicalizar a democracia, para que seja, de fato, de todos. Os Movimentos Sociais são uma verdadeira universidade emancipadora. Eles propõem, na prática, a superação da dicotomia comunidade-sociedade ou, ainda, educação não-formal e formal.

Mas qual é o norte da Educação em Direitos Humanos, que surge das lutas para o espaço do museu? Primeiro precisamos compreender que existem três arcabouços de conhecimentos essenciais desta educação:

¹³² Margarida Bulhões Pedreira Genevois é formada em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em diversas ocasiões, membro da Comissão de Direitos Humanos da USP (Gestão 1998 a 2002), conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1ª, 5ª e 6ª composição), instituidoras do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Fundou e presidiu a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, foi uma das fundadoras da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos. Recebeu o título de Cidadã Paulistana em 2008 pela representatividade dos trabalhos em Direitos Humanos. No IEA, participou da Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância de 1996, ano de sua instalação, até julho de 2013. Atualmente, integra o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Ver: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/margarida-bulhoes-pedreira-genevois>

¹³³ Conversas com a Professora Maria de Nazaré Tavares Zenaide da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante sua visita ao MRSP em setembro de 2019.

a) Educação sobre os Direitos Humanos, que inclui compreender as normas e princípios dos valores e direito;

b) Educação para os Direitos Humanos: relacionada em adquirir competências necessárias para saber respeitar, defender e promover os direitos, em outras palavras as atitudes, hábitos e virtudes são colocadas;

c) Educação em Direitos Humanos, ficando a cargo aprender e ensinar, respeitando os direitos e deveres com ênfase num ambiente democrático de respeito.

Nesse sentido, utilizamos do arcabouço Educação em Direitos Humanos, porque consideramos uma temática interdisciplinar e transversal, fundamentada numa teoria educacional que se expressa em campos científicos e apoia-se em novas práticas.

Suzana Sacavino¹³⁴ apresenta o ponto de vista de Silvia Fernández¹³⁵ uma das iniciadoras da Educação em Direitos Humanos no Chile, com quatro formas de aproximação significativas de aplicação dos Direitos Humanos, demonstrando como se deu a transferência no campo educacional.

A primeira aproximação corresponde às *instâncias de proteção* que compete o trabalho por garantias jurídicas; a segunda pelo prisma da *ideologia da solidariedade* sendo os direitos dos pobres e oprimidos na tradição de Bartolomé de Las Casas; a terceira como *consciência ética* centrada no valor da dignidade; e a quarta aproximação é a *consciência crítica* evidenciando a convivência humana onde pode-se explorar e questionar a violência, a injustiça e o formalismo das instituições. (SACAVINO, 2009, p.99-100 apud BASOMBRÍO, 1991, p. 201).

Sinteticamente para os museus e os espaços de memória, considerando nosso objeto neste estudo, a reflexão acerca do conteúdo de Direitos Humanos é fato dado.

Com relação a outras instituições que não sejam congêneres ao MRSP, a minuciosa atenção em suas práticas para além do documentar e expor as questões que perpassam o sofrimento humano na História, precisam receber procedimentos que não deixe de fora os contextos. Portanto, devem abranger mais que leituras sobre o combate às mais diversas violações e fornecer em certa medida atuação sobre as injustiças.

¹³⁴ A argentina Suzana Beatriz Sacavino é diretora da Revista Latino-americana Novamerica e da ONG com mesmo nome na sede do Rio de Janeiro, além disso é Doutora em Ciências Humanas no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas (GECEC). Ver: <http://www.novamerica.org.br/ong/>

¹³⁵ Ver: SACAVINO, Susana. Democracia e educação em direitos humanos na América Latina. Petrópolis, RJ: Novamerica, 2009, p.99 (1989, sem paginação apud BASOMBRÍO, 1991, p.201).

Para tal atuação, destacamos os caminhos que estão presentes na Educação em Direitos Humanos, pois ela compreende sistematicamente entre algumas dimensões, a orientação da necessidade de adequar a apreensão de conhecimentos históricos construídos no âmbito internacional e nacional para o contexto local.

Com isso, cotidianamente presenciado os traços marcantes de perfis de pessoas excluídas, discriminadas e em certa medida, imersas em violações de direitos, evidenciamos que é através da expansão dos espaços de fortalecimento da EDH, que podemos avançar com punho cerrado em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros marcos legais; objetivando a formação cidadã, considerando seu primeiro artigo que sintetiza a diretriz essencial de todo o documento.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. (Artigo 1, DUDH, 1948).

Nesta perspectiva, a oportunidade universal da experiência de viver em dignidade e direitos, constantemente imbuídos no processo formativo e motivacional da participação cidadã, compreendendo que é uma educação baseada no diálogo e deve ser aplicada para além das políticas públicas governamentais.

Posto isso, todos os indivíduos precisam encontrar por espaços que atuem neste processo, sendo assim, um espaço indispensável como uma ferramenta essencial à difusão e prática dos conteúdos da Educação em Direitos Humanos; este espaço é o museu.

3.2 Pedagogias desde o Sul

É nas pedagogias desde o Sul, que podemos encontrar um trabalho da Educação em Direitos Humanos com maior relevância de estudos a partir do Sul global, considerada uma mediação fundamental para a construção dos processos democráticos.

O entendimento do Sul global, aqui acionado, se baseia nas considerações de Boaventura de Sousa Santos (2009), já antes mencionado, que tem constantemente denunciado o sofrimento humano causado aos grupos subalternos da América Latina que continuam sofrendo com o capitalismo global. É necessário coibir as injustiças cometidas contra os povos latino-americanos no contexto do sistema do mundo capitalista e a

Educação em Direitos Humanos, se iluminadas pelas pedagogias desde o Sul pode ser de grande valia neste sentido.

Em sua tese de doutorado, Susana Sacavino (2013) discute questões ligadas à Educação em Direitos Humanos e interculturalidade no contexto atual dos países latino-americanos. Para tanto, Sacavino põe em relevo as contribuições do autor peruano Luis Sime (1991), que submete a uma crítica contundente à ideologia dominante na América Latina, e, dessa forma, oferece como alternativa de alcance um leque de experiências que pode nos levar a aprender com o Sul. Foram cinco pedagogias elencadas:

1. *Pedagogia da indignação*: considerada um componente essencial, trata da relação espaço-cotidiano, com a realidade de cada sujeito e cada grupo social, pois é no cotidiano que a vida se desenvolve, e portanto é com ele que devemos partir alguns caminhos, sendo assim, perante as injustiças com as minorias, o convite desta pedagogia é se indignar a todo momento, porque somados a outros aspectos é constatado que o ser humano para agir em prol de alguma coisa é necessário que ele esteja indignado, logo, se deixamos de nos indignar em nossos duros cotidianos e duras realidades presenciadas para movimentar causas, torna-se um exercício mais desafiador;
2. *Pedagogia da admiração*: nesta pedagogia, implica a prática da tomada de uma consciência com relação a valorização da vida em todas as dimensões, de todos os seres vivos e do planeta, compreendendo que qualidade de vida e a felicidade estimulam o aprendizado, sendo assim, a tarefa de se trabalhar com base nesta pedagogia, é o posicionamento com relação a capacidade de construir um ambiente de autoestima para com os resultados que se pretende atingir. Em síntese é uma pedagogia de compreensão de que educar em Direitos Humanos outros mundos são possíveis;
3. *Pedagogia da memória*: esta pedagogia vem para afirmar o ‘nunca mais’ com relação aos contextos de violência que países da América Latina estiveram submetidos com governos autoritários e conflitos decorrentes. Desta forma, Memória e História ganham espaço para os diálogos a fim de posicionamentos de desconstrução com a

cultura do esquecimento, apagamentos, revisionismo e impunidade escancarada dos horrores realizados;

4. *Pedagogia do empoderamento de grupos excluídos*: nesta pedagogia o trabalho fica exclusivo para uma compreensão de que é com os menos favorecidos socialmente que nossos processos educativos precisam estar mais alinhados, envolvendo a construção histórica da América Latina, uma vez que com os “silenciados” em certa medida, vítimas da opressão devemos direcionar nossos trabalhos no campo dos direitos, considerando necessário promover o empoderamento desses grupos a fim de avançar nos processos democráticos;
5. *Pedagogia de convicções firmes*: nesta pedagogia o eixo que se apresenta soma-se às demais pedagogias mencionadas, que por sua vez, é garantir de forma individual o acesso dos conteúdos educativos, promovendo nas pessoas dimensões inimagináveis de dimensões que podem tomar conhecimento em suas vidas cotidianas, sendo essencial a instruções de conteúdos formativos valorizando o entendimento do público enquanto sujeito de direito para exercer com competência a vida plena cidadã em constante formação.

O trabalho de Sacavino sobre as pedagogias contribuiu fartamente para a realização de nossa experiência, e ainda, ressaltamos que são pedagogias da fonte, prática e legado de Paulo Freire, com os caminhos que são possíveis com a Educação em Direitos Humanos para o *Educar para o Nunca Mais*.

3.3. A experiência piloto

Quando nos propomos a tecitura de uma experiência piloto para as pessoas dos arredores do MRSP, demos início a um levantamento inicial que determinou o direcionamento da pesquisa para as pessoas usuárias de álcool e outras substâncias psicoativas. Todavia, limitações no cotidiano, com tarefas desempenhadas e horários para conciliar com a experiência, impossibilitava a atuação com muitos perfis, considerando

que a região concentra um número grande de perfis de públicos, categorizados da inclusão sociocultural.

Escolhemos nos deter sobre as experiências da população residente de prédios desocupados e/ou abandonados, as conhecidas *Ocupações*. Nestas moradias, a existência de variadas faixas etárias, assim como, a diversidade das famílias, como por exemplo; imigrantes, foram fator de análise do planejamento.¹³⁶ Aqui, serviu-nos também de inspiração a iniciativa da *Fundación Museos de la Ciudad*¹³⁷, em Quito no Equador, que incluíram os públicos de trabalhadores do Mercado de San Roque - um cenário bastante conflituoso na cidade com presença de museus no seu entorno.

Posto isso, ponderamos abordar a experiência da população trabalhadora do território não residente no bairro, configurando um perfil que pouco ou zero visita museus, devido ao extenso cotidiano de trabalho e distanciamento de frequentar museus.

A participação em encontros promovidos pelos coletivos que atuam na região - que realizávamos fora do horário de expediente -, a relação de pertencimento da autora com o território, e o *insight* da fala do diretor do Museu Histórico Nacional¹³⁸ nos confrontou com a necessidade de ampliar o repertório inicial para abarcar, agora, a Museologia do Afeto,¹³⁹ frisando a luta dos profissionais para alcançarem as mais diferentes convivências no museu direcionaram a experiência.

A configuração da experiência piloto, em seu plano ideal, buscava por transformações concretas, fugindo à lógica imposta por estruturas de poder, seja qual fosse o perfil direcionado.¹⁴⁰ Posto isso, com a expertise em contínua formação no âmbito profissional e pessoal, escolhemos trabalhar com o perfil que no campo das exclusões do

¹³⁶ E ainda, sobre a população trabalhadora não residente no bairro, o fluxo de trabalhadores na região chama atenção da autora, na medida em que sabemos ser uma região comercial especializada do Bom Retiro e Santa Efigênia que recebem consumidores do Brasil a fora, constatamos ainda, a entrada de públicos de turistas e suas sacolas aos finais de semana com a curiosidade de conhecer o prédio, - suas visitas são bem relâmpagos. No entanto, frisamos os grupos escolares de regiões periféricas afastadas quando os alunos muitos deles pela primeira vez num museu, quando tomam conhecimento do local geográfico na cidade em que se encontram durante o diálogo, falas como: “meu pai, minha mãe, meu tio, trabalham aqui”, considero pertinente a reflexão.

¹³⁷ *Fundación Museos de la Ciudad* ver: <http://www.fundacionmuseosquito.gob.ec/>

¹³⁸ Na ocasião da fala de apresentação do Seminário de 60 anos da Declaração do Rio de Janeiro, o diretor Paulo Knauss de Mendonça do Museu Histórico Nacional, reforça a compreensão da potencialidade do local de encontro que são os museus.

¹³⁹ Outra nomenclatura desdobramento da Sociomuseologia.

¹⁴⁰ Neste ponto, frisamos o tratamento de números que muitas pessoas são submetidas quando inseridas em trabalhos de cunho educacional ou assistencial na categoria de inclusão sociocultural - Trata-se de uma lógica utilizada no setor museal, uma vez que os dados comprovados em relatórios, auxiliam e indicam mudanças nas estruturas para incentivar os trabalhos, não somos contrários a isto, apenas ressaltamos que mais que quantidade buscamos pela qualidade e respeito aos indivíduos. No item 3.4 *A Equipe do Programa de Ação Educativa e a Coordenação falam sobre o território*, um dos educadores entrevistados da instituição comenta sobre esses números.

território era e é, o mais afetado. Desse modo, com o público escolhido intitulamos a experiência de; *Lugar de Encontro*.

3.3.1 O *Lugar de Encontro* e os parceiros

Escuta, diálogos e vivências são os conceitos que configuraram nossa experiência, numa construção coletiva que se fortalecia a partir dos seguintes objetivos:

- Estimular o pertencimento;
- Aprofundar discussões de cidadania;
- Contribuir com o protagonismo;
- Possibilitar vínculos;
- Promover e estabelecer reflexão junto ao papel preservacionista do Memorial.

A seguir, apresentamos nossos parceiros:

1. O *Centro de Convivência Prates* localizado na Rua Prates, nº 1001, no bairro do Bom Retiro - que contempla o perímetro do entorno do Memorial, é um espaço de iniciativa da Prefeitura da cidade, dedicado à convivência de pessoas em situação de rua, fazendo parte dos atendimentos do Complexo Prates.¹⁴¹ Nosso contato e aproximação com o local acontece com o socioeducador Lucas Souza Cesar.
2. O *Coletivo Tem Sentimento*, idealizado pela Assistente Social Carmen Lopes de Almeida que atua no território desde 2015 de forma autônoma.¹⁴² Tem sua principal frente de ação gerar renda para mulheres trans usuárias e ex-usuárias de álcool e outras drogas, por meio de uma oficina de costura com sede num prédio ocupado nos fundos do Teatro de Contêiner Mungunzá,¹⁴³ aos sábados o Coletivo

¹⁴¹ Sobre o Complexo Prates Ver:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=39462

¹⁴² Carmen já atuou em programas de assistência do território como o *De Braços Abertos* - que foi um programa da gestão do prefeito Fernando Haddad com trabalhos de Política Municipal para o álcool e outras drogas, direcionadas para a redução de danos. Ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>

¹⁴³ O *Teatro de Contêiner Mungunzá* criado em 2016 é um espaço cultura-teatro-sede situado na Rua dos Gusmões, construído por contêineres é uma idealização da *Cia Mungunzá de Teatro* (2008) formado por um grupo de sete artistas e educadores que desenvolvem pesquisa focada no teatro contemporâneo, onde a organização, produção, criação artística e as montagens teatrais, propõem uma permanente reflexão sobre o universo social e cultural com democratização do acesso à cultura – O Teatro não se apresenta como “ponta de lança” da gentrificação em áreas onde a especulação imobiliária repousa seu olhar. Ver: <https://www.ciamungunza.com.br/teatro-de-conteiner-mungunza>

ocupa a Praça/Largo General Osório - em frente ao Memorial - com uma ação de autocuidado e desta a autora voluntariamente participa com frequência.¹⁴⁴

Lucas do *Centro de Convivência Prates* e Carmen do *Coletivo Tem Sentimento*, eram os responsáveis por articular a composição dos grupos, para dias e horários dos encontros que aconteciam com uma agenda de espaçamento de 15 dias, no entanto, houve momentos de encontros ocorrerem toda semana, assim como, ocasiões que os grupos não compareceram.

A lógica de trabalho com o território é suscetível a imprevisibilidades, e ressaltamos serem diferentes dos imprevistos dos grupos que denominamos de grupos comuns. Com relação aos imprevistos, e o não comparecimento, evidenciamos três situações: a primeira nesse sentido de atraso; com a justificativa de que os integrantes queriam antes de ir ao museu, tomar um banho e no serviço de assistência de saúde que fornece os banhos, estava com avarias nos sanitários e nisso a fila demandava maior tempo.

A segunda, acontece com uma ação de repressão pela segurança pública municipal, que ao interditar áreas de circulação nas ruas, não deixavam as pessoas saírem de um perímetro específico.

A terceira ocasião é bastante significativa, foi a medida dos usuários do *Centro de Convivência Prates*, em demonstração de apoio aos profissionais que estavam com seus salários atrasados, de não comparecerem às atividades, assim, os profissionais estariam de braços cruzados sem o público e reivindicando pelas condições trabalhistas.¹⁴⁵

A repercussão não sabemos ao certo, mas vale o indicativo; após alguns dias os usuários receberam uma notificação de que participar de atividades internas ou externas, garantiriam uma espécie de “vale” para o pernoite no albergue do Complexo. As informações e relatos ouvidos nos encontros contemplam o objetivo das escutas na experiência, com relação ao aprofundamento das discussões sobre cidadania e o território.

A medida indicada pela instituição, frisamos parece ser totalmente contrária às premissas de uma Educação em Direitos Humanos, que aborda autonomia nas decisões.

¹⁴⁴ Atividade cancelada devido o contexto pandêmico, e ainda por este motivo o Coletivo passa ocupar a frente dos contêineres da Cia Mungunzá, uma vez que o prédio aos fundos demonstrava insalubridade em suas dependências até o acesso onde a oficina se instalava, ressaltamos que o Coletivo não parou suas produções com a pandemia, ao contrário ganharam fôlego na batalha com a confecção de máscaras.

¹⁴⁵ Aqui fica bem claro algo que já mencionamos sobre pessoas x números, trabalho realizado. No retorno do encontro quando os usuários relataram a referida estratégia de não comparecer a atividade, escutamos de um dos usuários: “...ir à atividade é legal, mas o profissional que promove isso para nós, não ter condições de pagar suas contas ficando sem recursos, não concordamos, e sabemos, que ir a atividade tem um uso de nós”.

Ou seja, o indivíduo não pode sofrer uma conduta referente a garantia de um serviço assistencial dado suas condições reais de usufruir dele, por conta da escolha de não participar de uma ação educativa.

Quantas e quantas vezes educadoras e educadores se propõem a trabalhar a autonomia¹⁴⁶ em espaços de educação não formal, de forma que; apresentamos o trabalho, a tarefa a ser desenvolvida, e se o indivíduo não quer realizá-la, não cabe ao educador ou outro profissional do processo, agir com o autoritarismo, e ainda, envolvendo recompensa, que neste caso específico se trata de um direito.

Compreendemos não ser competência do museu tomar iniciativas de resolução sobre o caso, no entanto, o destaque refere-se à ação dialógica que não há como escapar da relação que configuram os conteúdos do museu e a vivência no território.¹⁴⁷ A construção coletiva com os grupos, demonstrou que mais que processos educativos do compartilhamento de saberes por parte do museu, o desafio do espaço museológico é de criar ambientes, incorporando a potência do acolher os vizinhos com vínculo; ressaltando a necessidade de ir além da promoção de ações/atividades como são as tradicionais visitas.

Neste sentido, abordaremos uma perspectiva submetido às experiências, Jackson (2011, p.21) sobre a obra de Dewey¹⁴⁸ enfatiza o conceito de experiência e educação, fundamentando que nem sempre as experiências são educativas, e tudo bem que não sejam, ao meu ver, e corroborando com as dimensões da Educação em Direitos Humanos, com tudo se aprende. Em consonância com Paulo Freire, acreditamos que há aprendizado nas relações, talvez eles não fiquem esclarecidos com resultados imediatos do ponto de vista formal dos processos educativos.

Segundo Hélio Oiticica¹⁴⁹ “(...) museu é o mundo”. O museu, portanto, não deve ser pensado como um lugar específico, isolado da sociedade, mas como o mundo. Nesse sentido, acreditamos, junto com Oiticica, que a experiência é o mundo, e o mundo educa.

Sobre este aspecto educacional e experiência, Vasconcellos e Silva (2018, p.624) salienta que tradicionalmente a compreensão acerca das mediações se dá como uma prática onde a finalidade de explicar e entreter o público perante a comunicação da exposição

¹⁴⁶ Ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁴⁷ Este recorte e outros de forma etnográfica das escutas a cada encontro, com assuntos que se relacionam com: memória afetiva; conhecimentos; história de vida; oportunidades e entre outros, compõem o caderno de campo da autora.

¹⁴⁸ DEWEY, John. *Experiência e Educação*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹⁴⁹ Hélio Oiticica (1937-1980) foi um artista plástico e performático com aspirações anarquistas, considerado um dos maiores artistas da história da arte brasileira.

museológica, acontecessem com uma representação visual e parcial do universo do conhecimento humano, considerando o canal de comunicação estabelecido expografia x público.

Dada a especificidade dos encontros que não aconteceram diretamente no espaço expositivo, e sim, em uma sala apropriada para trabalhos mais próximos e de produção, com horário diferenciado da duração de uma visita, no entanto, fazendo usos da exposição.

Reforçamos a via dos saberes de que aprendemos uns com os outros, ressaltando mais uma vez, no caso específico da instituição objeto do estudo, seu tripé conceitual; controle, repressão e resistência - eles são presenciados cotidianamente por essas pessoas dos arredores, e o museu em contrapartida em referência ao conteúdo do seu acervo, deve estabelecer considerar este tripé na contemporaneidade, envolvendo os sujeitos da região com cautela.

Fábio Rodrigues poeta, ex-usuário de substâncias psicoativas do território, apresenta um de seus textos que fala por tantas outras pessoas, consideramos importante o conhecimento de seu texto/poema, pois ressoa diretamente com a cautela mencionada. Esclarecemos que não temos autorização do autor para o uso do texto abaixo neste trabalho, todavia foi publicado pelo mesmo em uma rede social.¹⁵⁰ E para encerrar este item sobre as características da experiência e os parceiros e seguir adiante com mais detalhes da experiência faz-se relevante a leitura.

“Quer saber...vamos aos fatos. A rapaziada do movimento, da cultura, da arte, do ativismo e de tudo o mais que pseudo permeia a resistência no território; é corona...

Podia ser Lorenzetti! Mas não é. Até porque pregar resistência num chão onde male mal quem está à margem num tem nem água pra beber, é no mínimo indecência.

Redução de danos....

Arte engajada....

Militância formada...

São meros espasmos, enganos...

Um tambor que traduz a dor!!!

Epidemia, assassinatos, coletivos, empatia; fazer arte onde há risco só mantém as autarquias. E qual é a forma de não se render ao que dizem ser resistência, arte, ou meras

¹⁵⁰ Fábio Rodrigues tem relação de amizade estabelecida no território com a autora, na ocasião da publicação do texto em 14 de março de 2020 na rede social do *facebook* o autor marca a autora para que a mesma tenha conhecimento do escrito.

mea culpa num lugar onde as misérias se tornam artigo de edital, projeto cultural, mestrado, doutorado, pesquisa pra ciência matéria boçal.

Porra... E quase me fizeram acreditar que ficar orbitando ao redor dos ditos formadores de opinião, de contextos, de produção, de pretextos, seria um corre de evolução e que permitiria-me rever os conceitos.

Balela!!!!!!

Tudo um grande engordo!!!!

Pra no fundo virar objeto de estudo,

Pra na real continuar carregando o estigma de marginal,

Pra continuar sendo o fiel da balança do viés social

Eu mesmo estou extremamente desgastado e cansado. Desgastado por tentar conviver entre vocês. Cansado por fazer o mínimo, e noutras horas o máximo, e ainda assim não me tornar íntimo do teu mundinho clássico

O que na real nesse momento assola é a solidão. Ainda que acreditando estar certo, tenho plena ciência de que aquilo que sempre me foi relegado pelos autores, doutores, estratificadores...foi o resto.

Porra...mas onde eu tava com a cabeça quando fui querer me aproximar de quem se aproxima da mazela pra de algum forma prosperar.

Prosperar fazendo arte em detrimento da dor que assola, invade.

Prosperar prestando assistência, ainda que seja impregnada de indecência.

Prosperar com os TCC"s,

Prosperar com os mestrados,

Prosperar com os doutorados,

Com exposições, editais

Espetáculos....

É um ciclo que se encerra. Menos mal que sempre soube ser uma cena, cena daquelas que sabemos o fim, mas mesmo assim, algo novo se espera!"

3.3.2. Um dos objetivos da experiência materializado: o jogo “DE PASSO EM PASSO”

“De passo em passo”, foi uma frase por muitas vezes pronunciada pelos participantes, quando o assunto permeava o contexto da redução de danos, e nesse sentido foi o nome escolhido para um jogo de tabuleiro produzido pelos mesmos.

A ferramenta da ludicidade em jogo na vivência educativa. De acordo com o historiador Johan Huizinga em seu livro *Homo Ludens*¹⁵¹ o lúdico tem uma função cultural e é uma das principais bases da civilização, na medida em que todas as culturas e tempos da História fizeram e fazem uso de jogos com a presença da ludicidade. Como quer Johan Huizinga:

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida quotidiana”. (HUIZINGA, 2008, p.33).

A partir desta conclusão sobre como o jogo se processa, o desenvolvido nos encontros, segue está lógica com relação às estratégias, pois o mesmo compõe uma matriz de jogos já existentes. Todavia, o seu conteúdo está diretamente relacionado com as experiências de vida cotidiana dos participantes.

De passo em passo é um jogo de tabuleiro, com o fundo visual cartográfico da região do Memorial, marcado e representado por uma trilha (percurso numerado), início (lata de lixo), e chegada (casa), conforme figura A a seguir:

¹⁵¹ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.



Figura A - Tabuleiro do jogo “*DE PASSO EM PASSO*”

Na figura B que segue abaixo, observarmos a leitura do tabuleiro com seus itens, acrescentamos que há necessidade de uso de um dado para avançar as casas da trilha; e na figura C a composição das cartas de avanços e retrocessos, que são indicadas pelas figuras na trilha e nas cartas correspondentes para a leitura, sendo: 1 troféu; 2 troféus; 1 casa tombada; 1 bomba e 2 bombas.



Figura B - Leitura do tabuleiro

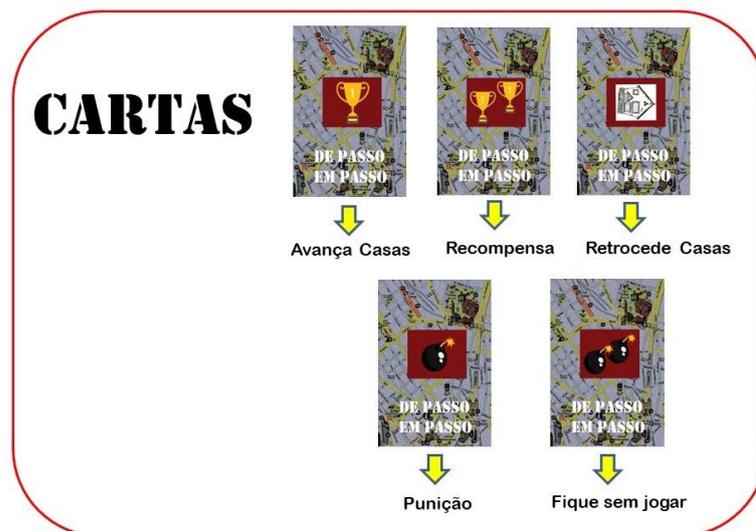


Figura C - Cartas de avanços e retrocessos.

O conjunto é composto por 35 cartas, e eram produzidas em todos os encontros; os participantes não encerravam a atividade do dia, sem antes levantar conteúdo para as mesmas, a autora sempre era cobrada deste momento, mesmo que no dia o foco não era a produção do jogo.

No conjunto de imagens abaixo Figura D conteúdo de algumas cartas:

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p>Acordei Chateado!</p> <p>Minha cabeça tá a mil tive uma recaída no tratamento.</p> <p>Volte 5 Casas</p> | <p>Promessa!</p> <p>Prometi visitar minha família no fim de semana e ramelei, pois fiquei com vergonha de não estar bem arrumado.</p> <p>Volte 4 Casas</p> | <p>Um Pensamento!</p> <p>É 00h00 eu nem almocei hoje e nem consegui um local para dormir!</p> <p>Volte 2 Casas</p> | <p>Participação</p> <p>Ontem fui abordado pela Polícia Militar brutalmente. Me senti tão mal que acabei batendo a nave.</p> <p>VOLTE PRO INÍCIO</p> |
| <p>Deu Ruim!</p> <p>Cheguei no albergue gritando e arrumando confusão porque cheguei depois do horário de entrada e perdi minha vaga fixa.</p> <p>VOLTE PRO INÍCIO</p> | <p>Trampo!</p> <p>Consegui um bico, vou fazer montagem em eventos.</p> <p>Avance 1 Casa</p> | <p>Sacanagem!</p> <p>Tinha 4 cuecas boas secando no varal, o rato de albergue deixou a furada e levou as boas.</p> <p>Volte 1 Casa</p> | <p>Deu Azar !</p> <p>A família não me recebeu como eu esperava. Cheguei drogado, fedendo cachaça, sujo e falando alto.</p> <p>Volte 5 Casas</p> |

Figura D – Conteúdo de algumas cartas

As próximas figuras E e F configuram as *regras* e o *como jogar*.

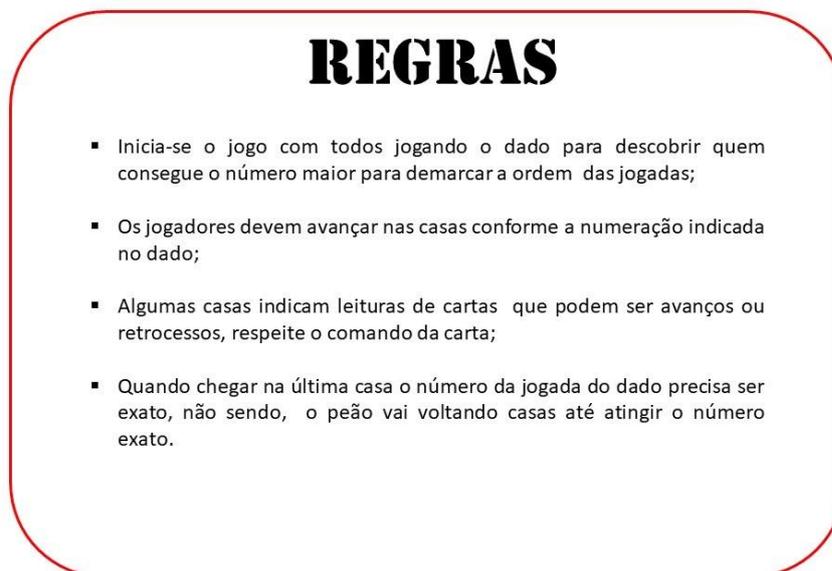


Figura E - Regras

COMO JOGAR

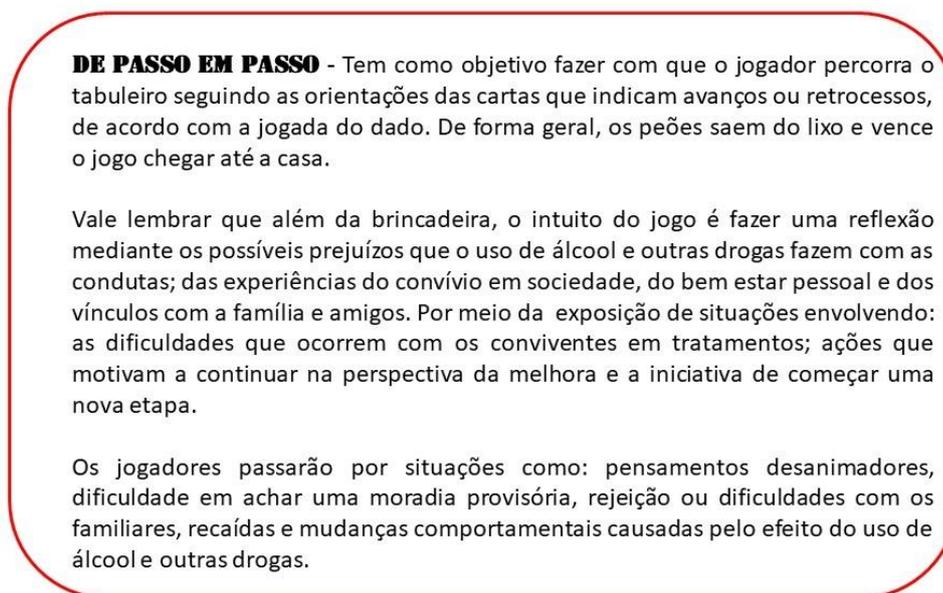


Figura F- Como jogar

Sobre as informações acima de como jogar, sublinhamos algo acordado pelos participantes durante a jogabilidade; que não fica esclarecido de forma proposital no texto

escrito colaborativamente por eles que compõem o encarte sobre o jogo.¹⁵² Desse modo, a parte em que diz: “vence o jogo chegar até a casa”, o correto em referência aos jogos tradicionais seria: “vence o jogo o primeiro peão que chegar na casa”.

O relato dos participantes referente aos aprendizados de conhecer o Memorial, e a palavra resistência, eles diziam que não poderia haver um único ganhador; então, entre eles, decidiram que a aposta seria: quem é o primeiro, o segundo e assim sucessivamente que retorna¹⁵³ para casa, e desta forma na ocasião da jogabilidade a partida só encerrava após o último peão chegar na casa.

Contudo, o resultado do jogo somados com toda a abertura do espaço museológico potencializada nesses encontros; escutas, diálogos, experiência e outros, acrescidos da importância de acolher os vizinhos e suas vivências, promoveu aprendizados e empoderamento individual e coletivo, especialmente porque seus apontamentos traziam ressignificação do prédio e o território.

Além disso, os aspectos significativos da razão da metodologia participativa na criação de um material de apoio lúdico que contemplasse o cotidiano dos participantes, assim como, ser utilizado como subsídio pedagógico para outros perfis de público, tomarem conhecimento com relação as características e experiência cotidiana de quem em situação de vulnerabilidade reside a região foram alcançados.

Desta forma, o visitante espontâneo do MRSP encontra no espaço expositivo de uma das exposições temporárias o jogo a disposição para o uso, e também é utilizado em grupos pela Ação Educativa.

A estratégia vai de encontro com um dos objetivos da experiência piloto que é garantir o protagonismo dos participantes, sendo assim, entre as atividades dos encontros foi proposto a criação de um material pedagógico e o grupo após conhecer alguns recursos de jogos da Ação Educativa somado às conversas sobre memórias de jogos que tiveram contato na infância; chegaram à conclusão de criar um jogo que trouxesse suas realidades.

A experiência piloto não se limita à produção do jogo em questão, o jogo foi um dos materiais concretizados, o processo permitiu que os grupos tivessem a oportunidade de criar outras produções como *lambes* e xilogravuras que ficaram expostas no espaço da sala

¹⁵² Sobre a forma proposital indicada é em referência ao jogo ser um subsídio de usos para outros públicos, e ficava à disposição do visitante num espaço da exposição um encarte com essas informações; a ideia era de gerar indagações do público, e como no encarte tem um histórico e fotos dos encontros, o grupo chegou à conclusão de não mencionar o porquê, assim, deixando o público concluir, e caso houvesse mediação dos educadores o motivo era revelado.

¹⁵³ Outra observação o uso da para retorna e não a palavra chega na casa.

dos encontros, e ainda, contemplava-se um espaço de acolhimento para diálogos que se entrelaçavam a todo momento com suas duras realidades que o museu apresenta em sua exposição.

Portanto, o desenvolvimento da ação demonstrou a responsabilidade dos potenciais socioeducativos e o comprometimento necessário da aproximação com os vizinhos oportunizada pela experiência piloto, objetivando constituir uma alternativa fundamental de alcance deste público.

3.4 Propostas para o Programa de Ação Educativa

“Nada para nós sem nós” consta no plano museológico do Memorial da Resistência de São Paulo¹⁵⁴, com data de 2019-2023, considerando que é um plano que se apresenta como uma proposição museológico-institucional, articulada de princípios e conceitos com metas que possam ser inseridas no planejamento estratégico, que por sua vez, vinculados às regras da APAC e das diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, possam ser exequíveis.

Nesse sentido, a proposta que se apresenta tem seu potencial e relevância de ser acatada e colocada em prática com relação à lacuna observada de um programa sistematizado para uma articulação que gere real convivência com a pessoas do território.

Assim, o programa necessita promover uma articulação com os vizinhos, com as instituições próximas e com grupos sociais do entorno, a fim de criar, desenvolver e executar um projeto inclusivo qualificado para a comunidade, e para isso, se faz, a necessidade de expansão de equipe, com a contratação de corpo técnico especializado para desempenho exclusivo do projeto.

Porque além de constatar que a atual formação de corpo técnico da Instituição não tem braços para alçar este voo, tanto no que se refere operacionalizar o projeto e criar formas eficazes de ações com o referido público, e ainda, desenvolver e executar tantas outras tarefas correlatas necessárias para a especificidade de um programa inclusivo, identificamos ser o passo inicial para caminhar em consonância com o plano.

Não existe nenhuma genialidade, não estamos inventando a “roda”, tantas instituições do Brasil e da América Latina já realizam sistematicamente com mais uma

¹⁵⁴ Ver em anexo o plano museológico na íntegra.

célula da Ação Educativa dedicada em sua totalidade para trabalhos inclusivos, chamamos a atenção que na atualidade a Instituição não dispõem de meios estratégicos para seguir com um pré-requisito imprescindível para a transformação cotidiana na vida das pessoas da região.

A potencialidade existe, a expansão dos princípios norteadores é apontada para uma rearticulação das linhas programáticas, sendo assim, iniciar um programa inclusivo que expanda as questões relativas à repressão e a resistência para os dias atuais em especial ênfase para as evidências da paisagem cultural dos arredores, com efetivo processo educacional se faz presente em suas bases estruturantes.

Da mesma forma, que hoje na Instituição temos um projeto com a responsabilidade de um profissional para o atendimento de pessoas com deficiência, dada a rotinas de cumprimentos de metas e outras tarefas desempenhadas pela Ação Educativa, para continuar e seguir caminhando com os resultados esperados elencados no plano, como por exemplo: tornar-se referência na área de Museus e Direitos Humanos na América Latina; e desenvolver ações educativo-culturais socioculturais contemporâneas, por meio de aproximações e articulações com o entorno. É necessário que exista um projeto específico com um profissional a cargo de desempenhar o andamento do projeto, o que também faz parte das providências apontadas no plano.

As informações cedidas nas entrevistas ressaltam está providência em certa medida, e diante da discussão levantada por esta dissertação para concluir e seguir adiante, em referência aos processos da Sociomuseologia, a Educação em Direitos Humanos bem com, as Pedagogias desde o Sul para um programa inclusivo expandido para/com a vizinhança do Memorial, apresentamos um plano de ação rápido embasado metodologicamente com os processos citados abordando algumas propostas.

Dessa forma, compreendemos com a experiência piloto que os participantes, expõem o desejo de ter um local que os próprios intitulam de um local para “matar o ócio” para não entrar em contato com o uso de álcool e outras substâncias psicoativas. E ainda, enaltecem a importância do museu em seus cotidianos, muitos, mencionando o uso da marquise no período noturno para dormir e pela manhã serem retirados para a abertura do museu.

Apontando assim, a relação museu/território/comunidade que resiste, por isso, um plano de ação rápido movido ao museu se fazer pertencente cotidianamente na vida dessas pessoas precisa considerar o diagnóstico de demandas que são trazidas por eles envolvendo a intervenção do espaço museológico.

Para isso, a parte de estrutura do museu precisa direcionar seus olhos a mediar possíveis conflitos que possam surgir, elencamos o exemplo do uso dos sanitários e bebedouros de água para essas pessoas. O museu pode investir em sua estrutura física uma medida para sanar está questão, atualmente não existe um protocolo definido de como lidar com esta questão, o que dificulta o conceito de vizinhança, pois é observado que depende muito do funcionário colaborador escalado no dia para quem libera ou não o acesso para o uso, sendo assim, se faz necessário à coordenação encaminhar pautas referentes ao assunto em reuniões da coordenação em conjunto com outros núcleos sobre a abordagem de estratégias com relação a infraestrutura de recepção dos públicos.

Outro aspecto, em conformidade com a estrutura que deve ser levado em consideração é o atual *hall* de recepção e porta de entrada do museu que não são convidativos, e ainda, mencionamos que na prática cotidiana da Ação Educativa, a estrutura não oferece uma boa logística para grupos em grande quantidade de alunos.

Por conseguinte, ainda no campo do diagnóstico de demandas, é necessário maior aproximação de forma ativa do Memorial, convocando e promovendo encontros e reuniões com as lideranças do bairro e das ocupações, grupos sociais, profissionais da linha de frente de assistência social e saúde, e ativistas da região para ouvir quais são suas necessidades básicas e juntos articularem ações que possam contribuir na convivência cotidiana.

Nesta perspectiva, sugerimos a elaboração de dois cursos de formação; o primeiro para o corpo de colaboradores do museu, objetivando romper com o preconceito e terem reflexões de ações assertivas e mais democráticas no campo dos direitos em suas tarefas diárias com a referida população, apresentando a seguinte estrutura:

- Curso em dois módulos, o primeiro sobre conhecer os arredores e as questões mais internas e institucionais, apresentando protocolos com os aspectos de como o museu pode agir na diminuição dos impactos dos conflitos diários, respeitando suas limitações enquanto espaço museológico; o segundo módulo apresentar as experiência de outras dinâmicas de atuação para expansão dos entendimentos e a reflexão da mobilização conjunta de setores, contando com a presença de profissionais das áreas atuantes da região, como por exemplo: profissionais de saúde, assistência, ativistas etc.

A segunda oferta de curso, é uma proposta aberta ao público em geral de caráter multiplicador para práticas socioeducativas com olhar direcionado para as questões do território, objetivando invalidar os estereótipos que pesam sobre a região, reconhecer o seu potencial histórico e contemporâneo, por fim, afirmar-se enquanto lugar de memória.

Vale ressaltar, referente a oferta de cursos, que a Instituição promove anualmente o curso intensivo de Educação em Direitos Humanos, abordando de forma introdutória questões que perpassam o tema dos Direitos Humanos. No entanto, os próprios cursistas relatam não haver aprofundamento em muitos pontos com recortes específicos dos diferentes perfis de público. Neste sentido, para a proposta do segundo curso, deve-se atender às demandas elencadas em avaliações dos egressos do curso, sendo assim, a oferta de expansão do curso intensivo ganhando um recorte específico sobre o território, possa ser um caminho assertivo de concretização.

A seguir, apresentamos algumas propostas para os diversos sujeitos que ocupam o os arredores do MRSP, tais como: dedicar mais atenção para o agendamento dos grupos da Ação Educativa, com atendimentos exclusivos e atividades para este público para além de uma visita pontual. Para isso, é necessária uma configuração diferenciada e reformulação na atual dinâmica de atendimentos, estratégias de horários e atividades semanais da Ação Educativa. Com isso em mente, propomos cinco projetos para os atendimentos deste público, capazes de gerar impactos de engajamento e protagonismo com base na experiência piloto desenvolvida:

- Projeto 1 - *O lúdico na minha vida: infância e memória*. Trata-se de uma proposta de vivência com escuta aberta partindo da infância até a vida adulta dos participantes, destacando suas experiências e as memórias do espaço do MRSP, objetivando a produção de material lúdico-pedagógico para o uso em diferentes reflexões. A produção do material pode seguir o referencial do jogo apresentado da experiência piloto descrita anteriormente, no entanto, expandindo-se a outros recursos lúdicos, devidamente acordados com a turma como por exemplo oficinas de contação de história;
- Projeto 2 – *Ocupação*. Esta proposta visa garantir um espaço físico de uma sala aberta para diálogos e trabalhos manuais, com a disponibilização de suporte de múltiplas linguagens artísticas, que estejam apoiadas com as exposições temporárias, caracterizando um espaço de criação e acolhimento pleno de significações. O conceito de vínculos com vizinhança está presente nesta proposta, algo relacionado a receber alguém em sua casa;

Cabe ressaltar que no espaço dedicado aos encontros da experiência piloto, os participantes tinham uma autonomia para pendurar fotos de momentos na exposição, ler

livros, de ouvir músicas, de cantar, de fazer uso de material de papelaria, de criar e fazer uso de leituras de outros recursos. Frisamos ainda, que a maioria dos participantes apresentou talentos manuais e o lamento de não dispor de oportunidades para explorá-los.

- Projeto 3 - *A Cultura é?* Esta proposta envolve ressignificação contemporânea de espaços públicos e privados de lazer e cultura versus a forma de consumo de cultura dos participantes. Ela se desenvolve por meio de rodas de conversa com a presença de convidados das companhias de teatro da região, objetivando expor seus trabalhos em eventos do museu, trabalhos que o grupo tenha em comum ou alguma demanda que venha do próprio grupo durante o projeto, exemplos: participar artisticamente das atividades culturais do Memorial assim como, expor trabalhos nas exposições temporárias;
- Projeto 4 - *ABC poeticamente diário*. Eis aqui uma proposta de incentivo e ensino de leitura e escrita, objetivando escrever textos, poemas e outros, tendo como mote os assuntos e experiências cotidianas dos participantes, utilizando-se da produção literária dos ex-presos;

Alguns participantes da experiência piloto tinham dificuldade com leitura e escrita. Houve, então, um momento de ensino de letramento na cela reconstituída do Memorial, quando encontraram com os nomes dos ex-presos e em alguns momentos dos encontros eles escreviam e faziam rimas e solicitavam algo nesse sentido do ler e escrever.

- Projeto 5 – *Territoriar*. Refere-se às caminhadas pelos arredores do bairro, realizada pelos participantes atentando para a história e para o cotidiano local, devidamente planejada em reuniões. Na área do turismo essa prática recebe o nome de roteiros e na Museologia de museus de percurso. Para a viabilização deste projeto é necessário forte parceria com os equipamentos culturais e os espaços de atendimentos de assistência e saúde da região, uma vez que o objetivo é iniciar a caminhada em um local de convívio dos usuários com paradas em alguns pontos e finalização em um equipamento cultural.

As cinco propostas de projeto acima apresentadas para os vizinhos, podem ainda se desdobrar em tantas outras ações aptas a integrar o cronograma da Ação Educativa, e em certa medida de todo o Memorial, com suas outras linhas de ações programáticas.

Salientamos, que são propostas embasadas nos conteúdos da Sociomuseologia com ações socioeducativas inclusivas expandidas, sendo assim, experienciando ir além dos muros do museu valorizando a condição de sujeitos de direitos dos vizinhos.

3.5 A Equipe do Programa de Ação Educativa e a Coordenação falam sobre o Memorial, o Território e a Ação Educativa

Para manter a privacidade de nossos interlocutores, estes receberam novos nomes neste trabalho, escolhidos pela autora em referência às deidades do panteão Celta,¹⁵⁵ desta forma, todos são tratados no feminino. Sublinhamos que momento das entrevistas foram proveitosos do ponto de vista da vivência com relação ao ambiente de trabalho, onde trocas são realizadas. O conteúdo coletado nas entrevistas, em certa medida, já detínhamos desse conhecimento, todavia o formato para ambos - entrevistadora e entrevistados - demonstrou uma gratificante experiência reflexiva envolvendo vida profissional e pessoal.

As entrevistas seguiram o seguinte percurso: primeiro elaboração de um roteiro em comum para equipe; segundo foram realizados a coleta - as entrevistas em si; e por fim o processo de escutá-las focando no objetivo da pesquisa. Em conformidade com nosso objetivo neste trabalho, seguem abaixo trechos das entrevistas dada pertinência ao conhecimento:

Iniciamos com a pergunta sobre se já trabalhou com a temática dos Direitos Humanos ou com Educação em Direitos Humanos, antes do ingresso no Memorial da Resistência?

A equipe de educadoras:

Educadora Epona: [...] trabalhei de uma forma não sistematizada [...] foi trabalhando aqui no MRSP que eu percebi que em outros locais de trabalho eu abordava sim, a temática dos Direitos Humanos e da Educação também em Direitos Humanos, mas, eu fazia isso de uma forma inconsciente, porque não se tinha um preparativo como teve aqui de um preparo, inclusive, não tínhamos um corpo coeso, como a oportunidade de encontrar um grupo aqui assim.

¹⁵⁵ Como os povos celtas da Europa não deixaram registros escritos, uso essa alusão para os colegas de trabalho que colaboraram com pesquisa com entrevistas, para assim, não usar a nomenclatura convencional numerando as pessoas.

Educadora Cerridwen: [...] de direitos humanos não trabalhei, e sim com temáticas de História. [...] sempre achei interessante a premissa de trabalhos com direitos humanos e meu desenvolvimento pessoal foi muito bom e é o contato com direitos humanos que temos aqui. Trabalhei num museu onde eu até tentei trabalhar com direitos humanos lá, [...] mas o discurso da instituição não permitia essa abordagem.

Educadora Brigida: [...] diretamente não, eu trabalhava com pessoas com deficiência, e na Universidade eu fiz uma iniciação científica que abordava questões racistas. [...] uma pertinência anterior que considero antes de tudo sobre trabalhar com direitos humanos, é o fato da oportunidade de estudar sobre o assunto, no sentido de respeitar as pessoas é nunca ignorar as diferenças de cada pessoa e isso agregou muito ao meu trabalho. [...] eu vim pra cá para desenvolver um trabalho de acessibilidade física e a sistematização de trazer pessoas com deficiência para ter acesso a exposição.

Educadora Nemetona: [...] não propriamente educação em direitos humanos, mas eu levava pessoas com deficiência para museus. [...] a diferença é que lá a gente fazia um papel mais de monitor de preparação para levar eles ao museu. [...] é boa, mas, o tema é importante é caro e importante em toda a minha vida, sempre me interessei por assuntos que envolvem violações, na faculdade e tal sempre tive próximo dos temas.

Na sequência: o território da Luz para você é? E Já conhecia a realidade do entorno?

Educadora Epona: [...] quando vim trabalhar aqui, o entorno não me foi uma surpresa, pois eu já participava de atividades aqui, e não me foi nenhum espanto, eu já conhecia o que chamavam de cracolândia. [...], mas, quando comecei os trabalhos aqui, eu ficava pensativo se a instituição realizava algum tipo de trabalho com o entorno, com essas pessoas, principalmente as pessoas em drogadição. [...] uma preocupação forte da instituição assim, que ingressei não era com essas pessoas em situação de drogadição, e sim com as pessoas das ocupações. [...] mas, o primeiro contato que tive com as pessoas da região, logo em 2010 foi com pessoas que trabalhavam com educação nessas ocupações, sem serem moradoras, e na época cheguei a fazer algumas visitas em algumas ocupações, não muitas, umas três, pois o Memorial precisava atender essas pessoas, esta era a informação, e falando a nível institucional, se tinha uma preocupação de atender essas pessoas, sempre fui sozinho e não lembro de outras pessoas da equipe que foram comigo[...] a ideia é que a gente atendesse essas pessoas de forma continuada, mas, isso

não vingou! Existia a pretensão de atividades extra-muros mas elas não aconteceram, aconteceram apenas visitas de poucos grupos, bem pouco.

Bom, eu já morava na região do centro, então eu tenho uma ideia já de como é! Não é medo, mas um aperto no coração da situação social ter chegado a onde chegou. [...] fico sempre com uma angústia, por exemplo nos domingos de trabalho eu prefiro não ir andando, sendo que nos demais dias eu vou para casa numa boa caminhando, porque é perigoso.

Educadora Brigida: [...] bom, o potencial é imenso, primeiro porque somos vizinhos, ter um equipamento aqui vizinho é uma coisa que deve agregar, é uma pena que eles entram pouco, eu acho, pouco, para a quantidade de pessoas, que podiam sim entrar para visitar, enfim visitar um espaço que também é deles bater um papo, beber uma água...pois, existe a barreira invisível entre a população aí fora e o prédio eu acho. Eu percebi que de forma tímida eu vejo pessoas do entorno entrar aqui, de 1 ano para cá, o que eu não via quando cheguei aqui.

Educadora Nemetona: [...] acho importante, esse entorno, pra mim, acho importante pois eu trabalhei com crianças e adolescentes em situação de rua, então o entorno é super caro e importante para mim, na minha prática enquanto educadora. [...] porque se a gente a fala de dh e direitos das pessoas a gente vê o quanto isso não aplicável por aqui.

Perguntas sobre:

- Como se sente com a paisagem do território e sua prática cotidiana?
- O tema te pesa em alguns momentos? Em quais?
- Houve alguma situação constrangedora com a população do entorno?
- Você aborda com qual frequência a discussão sobre as questões do entorno nos diálogos educativos?

Educadora Epona: Uma das questões que equipe tem é de tentar entender os visitantes, em todas as visitas, de minha parte falando, eu falo da região, [...] pessoas que não conhecem a região mencionam ficar assustadas com a região, as que conhecem falam justamente com o ar de preocupação de como o Memorial faz algum trabalho com essas

peessoas. [...] daí, eu tento entender com o visitante as questões e vamos dialogando. [...] sobre quais os direitos que essas pessoas tem e não tem, como o Estado as trata, e assim, exploro conteúdos de direitos humanos. [...] quando tenho a disponibilidade de atender alguém da região, eles fazem paralelos com o período da ditadura e atualidade, de alguma forma e bem rápido, eles trazem comentários de que o Estado continua cometendo crimes de direitos humanos, seja na violência ou na falta de direitos básicos, e eles compreendem isso de forma, de um caráter normal, porque assim, um primeiro passo que vou abordando quando isso acontece, é tirar essa ideia de normalidade, entendendo e dizendo: olha, você é um sujeito de direito e isso não é normal! [...] então muitas das vezes as conversas com quem é da região é fazê-la reconhecer que é um sujeito de direito onde não é normal passar fome, não é normal não ter acesso saúde, não é normal apanhar da polícia e assim vai...

[...] um dia fui após o trabalho, bem no início dos trabalhos na instituição, fui encontrar com uma amiga e passei pela região, pelo lado em direção a Estação Júlio Prestes, e eu, fiquei muito reflexivo e quando encontrei com minha amiga, ela disse que eu estava com o aspecto de “velho”, cansado, estranho, meio tenso, e isso, foi o gatilho dos conteúdos que pesam cotidianamente, pois conversamos muito sobre nossas rotinas de trabalho e acabou que ela também ficou um pouco tensa.

Sobre frequência das conversas, de minha parte é cotidiano de uma mais ou menos aprofundada conversas, mais que o eixo de direitos humanos, penso que o eixo patrimônio contempla mais a interação da paisagem atual. Entretanto falta na instituição um eixo temático próprio para falar da região.

Educadora Brigida: [...] olha, a paisagem foi bom pra mim, pois eu não estava acostumada com esta paisagem o que me ajudou com a romper dos meus vamos dizer assim privilégios, não foi tão impactante, mas de circular por aqui, eu senti uma confiança maior, após a interação do público aqui contigo, pois eu vi, olha tá tudo bem! E vou de boa, tenho ido com frequência para além daqui do prédio até o Sesc por exemplo, passando pelo fluxo, e pra mim isso enquanto funcionário daqui foi bom. [...] eu tenho impressão de que isso iniciou com a campanha sonhar o mundo, vai ganhando de forma menos tímida o território. [...] perder preconceito com a região da Luz e o próprio centro, isso foi forte pra mim, no sentido da minha percepção da região, devido a entender que não é exatamente assim tão inóspito, e isso eu achei muito significativo. [...] tinha uma tensão de circular por aqui a noite e o centro, mas hoje me sinto seguro depois do cotidiano de trabalho aqui. [...] a maioria dos grupos que atendo e no geral é um perfil excluído por conta de suas deficiências

daí eu não tenho lembrança de meus grupos falarem do entorno talvez porque eles não vejam tal exclusão que acontece ali fora, por serem pessoas da exclusão também, entende. [...] agora o que tem é receio com coisa do tipo assalto, preocupação com o transporte, como será o desembarque das pessoas no museu por conta da região, é uma preocupação das instituições de pessoas com deficiência demonstrando eu diria um certo medo de vir na visita. Muitas perguntas também de é tranquilo vir do metrô até aqui, e eu entendo pois era um preconceito que eu tinha.

Educadora Cerridwen: Como estou o tempo todo aqui no centro expandido, e nesse sentido, sempre permeia falar desses assuntos das problemáticas do centro nas mediações, por ser uma trabalhadora e moradora do centro fica fácil de fazer conexões, principalmente para pessoas distantes que não convivem com essa realidade, e isso é recorrente nas minhas falas. Sempre tem um visitante espontâneo de fora que comenta “ah, mais aqui é muito perigoso, vocês não se importam com isso?” Daí, esse é o momento que a gente aproveita e introduz o debate sobre a região.

[...] sempre pesa, não é uma coisa fácil, pois eu tenho a síndrome da salvadora, costumo dizer, além do mais quando ouvimos visitantes dizerem coisas do tipo “ah tá nessa vida porque quer” daí precisa ter a ponte da conversa enquanto instituição, mas ao mesmo tempo enquanto uma pessoa.. é difícil ouvir isso dos visitantes, se tivéssemos num bar a conversa aconteceria mais aberta sobre esclarecimentos da fala pejorativa sobre a população do entorno. [...] é diferente, é um ambiente difícil de lidar e acho difícil de lidar várias vezes na postura de educadora, por perceber a relação das estruturas o quanto as pessoas reproduzem algo e tem falas maldosas e isso com a relação do que a gente fala aqui dentro, a gente chega ir pra casa um pouco frustrada, especialmente porque a gente fala isso muitas vezes no dia em algumas ocasiões. Junta o tema ditadura e essas questões sociais tem dias não fico muito boa.

[...] do território eu não tenho questões constrangedoras, mas sim de visitantes que chama a gente de comunista e até xinga a gente.

[...] a princípio eu tive um pouco de receio de fazer mediações com esse público do território, e só fiz te acompanhando mesmo, eu tive receio no sentido de como conseguir fazer uma troca de verdade com eles. [...] mas com as meninas da Fundação Casa eu achei muito bacana a troca com toda a base de direitos humanos que temos aqui, e aos poucos a gente vai tendo esse manejo, mas eu atendi poucos grupos deste perfil.

[...] professor de elite reclama muito do trajeto de chegar até aqui com a gente [...] alguns comentários sobre pessoas em situação de rua é comum dos alunos de colégio no sentido de tirar sarro mesmo, quando se deparam com situações constrangedoras dessa população, como modos e comportamentos referente a higiene.

[...] quando as pessoas chegam assim com o preconceito forte, eu procuro fazer um tratamento de sensibilização forte, mas bem forte, é uma coisa bem instintiva as palavras que dá para falar e o que não dá pra falar, depende do grupo, mas procuro jogar bem na cara deles vamos dizer assim, o lance da empatia, e nosso espaço dá pra fazer isso bem!

Educadora Nemetona: [...] teve um menino que foi expulso do projeto que trabalhava, porque começou usar crack, e eu vinha aqui na região várias vezes para encontrar e fazer conversas com ele. [...] é estranho, essa paisagem, a gente vê várias coisas muito impactantes, necessidades sendo feitas na rua, sujeira, todas essas coisas que vem com descaso do poder público, o que entristece.

[...] em comparação por exemplo um colega que trabalhava comigo, quando a gente vinha aqui para conversar com essa criança que veio pra cá para usar crack, ele se sentia muito incomodado com o lugar, porque ele tinha uma relação próxima de uso de drogas na família, eu não me sentia, eu achava, pessoas usando drogas e um descaso do poder público e políticas. [...] desde da faculdade, eu já compreendia que a gente deve trabalhar com o tema das drogas com certo distanciamento da vida pessoal, e pra mim o lance do abandono da família e abandono dos demais sujeitos de direitos da sociedade eu acho bem problemático. [...] não é preciso ter surpresa nenhuma ao ver uma pessoa usar drogas, são outros problemas que estão presentes ali e isso muitas vezes as pessoas não vê. [...] o dia que mais pesa é dias de chuva, de ver as pessoas dormindo em sacos, papelões, a gente fica preocupado, não sabe se a pessoa tá viva ou morta, e a gente só passa! Esse só passa eu acho muito triste e preocupante, essa parte eu acho bem pesada. [...] é... relacionado ao território o que é difícil no trabalho é a pessoa que ri, que chamava essas pessoas de zumbi, que tiram sarro, durante a visita quando falamos da região, um preconceito difícil. Essas falas, deixa a gente bem triste, pois a visão majoritária da sociedade é culpando as pessoas de seus problemas, e só culpando isso acontecendo com adultos, com os jovens é comum risadas, e xingamentos muito que desumanizando chamando de cracudo, de zumbi, pelo simples dizer. [...] daí a gente tenta falar dos direitos que é um trabalho árduo e aos poucos, pois está introjetado nas pessoas outros discursos do local de seus privilégios. [...] a maioria das mediações eu levo adiante o debate sobre a desumanização, a gente problematiza

bastante, para eles verem que isso não é certo, que é horrível esses tratamentos. [...] eu falo bastante sobre esses assuntos, eu uso muito exemplos da ditadura que desumanizou e falo das relações que dá para fazer com as questões do entorno. [...] quando é adolescente a reação é de ficar sério quando falo das violências que podem acontecer, a conversa flui mais no setor da escola pública, porque tem mais negros, e minorias daí eles se identificam e também relatam terem cotidianos de violência em seus bairros. [...] daí, pessoas que nunca sofreram violência ou não tem isso perto o debate fico parecendo meio hipotético.

Perguntas:

- Trabalhos continuados na Ação Educativa? Me conte um pouco sobre eles, se já participou? na concepção? e o desenvolvimento?
- O que acha desses trabalhos?
- E ações com a população em situação de vulnerabilidade social, consegue apontar quais ações no MR participou? e como elas acontecem?
- Existe alguma dificuldade que você observa de se trabalhar com o território do Memorial?
- Mas você acha que devemos trabalhar com o território?
- De que maneira acha que devam acontecer esses trabalhos/ações?

Educadora Cerridwen: [...] eu pouco faço trabalhos com grupos continuados, só em formações de profissionais. A lógica de funcionamento da instituição é um ritmo bem pesado, então as vezes tem projetos, atividades acontecendo, mas eu não consigo até o momento estar numa condução de trabalhos continuados por conta da demanda de atendimento de grupo escolares mais regulares que são corriqueiros em nossa rotina. [...] acho incrível a ideia de certa forma trabalhar mais com a qualidade do que com a quantidade, na rotina exaustiva de muitos grupos.

[...] somos poucos educadores, para muitas coisas que são feitas na instituição, a gente não tem gente que faça determinadas coisas, temos muitas coisas mesmo, e temos potencial, mas não temos fôlego pra isso, temos um dia só de 24 horas, mas acho incrível a ideia, de expansão de trabalhos continuados, mas a nossa demanda do que é solicitado é surreal para nosso fôlego. [...] demanda corpo técnico certeza, se tivesse mais gente, a distribuição das coisas, não ficaria defasado a equipe como costuma, e eu acho que tempo para estruturar é primordial, [...] a gente quase não tem tempo pra nada, por conta do

número de visitas mais regulares que precisam ser realizadas, mas o potencial dos temas e potencial da equipe tem muito, acontece que essa lógica é muito difícil.

[...] olha, de vez em quando eu via um grupo ali ou outro de Caps aqui da região, mas eles nos procurando, mas bem pouco, e visita pontual, que eu me lembre, [...] tem a ideia que os museus são de todos, não só aqui, mas outros lugares também, mas na real não querem muito esse público aqui, é um tema espinhoso, aqui nessa nossa região então piorou.

[...] na base dos direitos humanos, o museu é aberto ao público e precisa atender essa população sem represálias, o museu deveria ter ações mais efetivas, mais específicas com esse tema e de forma recorrente, para que a gente não veja mais profissionais tratarem essas pessoas desigualmente. E todos os funcionários do museu, toda a pirâmide, do mais alto ao mais baixo precisa passar por uma imersão de direitos humanos no meu mundo ideal.

Educadora Brigida: [...] acho importante, acho essencial que as ações sejam continuadas, projetos continuados. [...] eu conheci o que você estava fazendo no momento da confecção dos materiais e também da divisão da sala, pois aquela sala tá uma sociedade né, uma parte tá você, com a inclusão sociocultural e na outra tá eu com a inclusão de pessoas com deficiências, e esse paralelo da nossa sociedade e as notícias que chegavam, pois ver o grupo ver as pessoas eu não vi. [...] achei o jogo desenvolvido muito bacana, ele tá na altura do conceito dele, eu apresentei ele para um dos meus grupos eles ficaram interessadíssimos, inclusive o responsável pediu uma cópia do material ficou com interesse de jogar na instituição dele para tratar sobre essa questão total que envolve a história de vida do jogo dessas pessoas e o preconceito que existe.

[...] ah, sim eu achei genial, traz literalmente o peso imenso de eu posso ser verdadeiramente quem eu sou visitando um museu, isso pra mim é a verdadeira inclusão.

Educadora Nemetona: [...] não, poucos trabalhos continuados, a não ser cursos e formações que nos procuram, mas o mais forte é visitas pontuais. Seria importante para ver os frutos, pois geralmente a gente faz o trabalho e não acompanha os resultados, ver frutos do nosso trabalho também seria bem bacana.

Perguntas:

- Você acompanhou alguns dos encontros da experiência que estou desenvolvendo no Programa de Ação Educativa? Pode apontar considerações sobre tal trabalho?

- Qual sua relação afetiva quando se fala de museu?
- E qual a relação com seu trabalho e isso que diz sobre museu?
- E sobre o MR o quanto te afeta?

Educadora Cerridwen: Acompanhei pouco, mas achei muito massa a alegria deles de estar ali contigo, a potência deles de expor algumas ideias e histórias da vida, de ver o que eles pensaram materializado também, achei uma coisa bem produtiva os encontros que você realizou com a galera. [...] achei bem estruturado, eu fiquei isolada desse processo devido a rotina que é aquilo, enquanto você estava lá eu lá em outras tarefas e ainda apoiando para você conseguir também dar conta desses encontros.

[...] fica complicado pois cada um de nós tem um perfil e as coisas vão acontecendo conforme os perfis, mas acontece que o tempo é de muitas atividades, e as muitas demandas, sobrecarrega algumas pessoas e isola outras pessoas dos processos, fica complicado entender a ação educativa como um processo, mas nem os profissionais muitas vezes passam por esse processo, a sobrecarga aqui é bem grande com relação as tarefas.

[...] a minha relação afetiva eu sempre achei muito bacana museu, minha vó tem esse perfil de levar em museus, e eu gosto de educação, então por isso educação e museus eu vi um caminho...e eu gosto muito de fazer, a parte de educação eu gosto muito, de conseguir fazer as linhas de debates, principalmente os assuntos que temos aqui.

Educadora Brigida: [...] aceitar os repertórios que a pessoa tem com acolhimento é verdadeiramente satisfatório, principalmente deixando de lado preconceitos. [...] acho que os educadores no geral daqui precisam ter mais espaço para desenvolver projetos e não focar tanto somente em visitas. [...] vejo que eu cresci muito com a oportunidade de desenvolver projetos, e isso agregou muito e é obvio que atendimento pontual é importante as pessoas buscam o museu para isso, mas o trabalho não precisa ser só assim.

Educadora Nemetona [...] olha, só essa atividade sua do lugar de encontro com o território que eu vi e acompanhei, e eu fui bastante lá contigo ouvir e ver o que estava acontecendo e tirar fotos...[...] dava pra ver que as pessoas que vinham várias vezes, usuários que já estavam mais a vontade com o espaço, e eu até observei uma mudança no modo de se vestir para o encontro que mudou da primeira vez para os demais encontros e a expressão ao falar com a gente. [...] eu é quem mais acompanhei esse projeto, pois ia lá tirar fotos, mas eu falava uma coisa ou outra com eles, mas você percebia a turma mais

desenvolta, mais pertencente ao espaço mesmo, e até junto ao profissional que acompanha eles, era interessante ver que eles vinham, e quando tinha alguém novo pela primeira vez, você via ele falando pro colega com incentivo sobre assuntos que você já havia falado, muito parecendo tentar convencer o colega a se interessa e vir nos próximos. Isso pra mim, eu acho algo muito importante, por conta do espaço de elite de história que leva o museu, ver a participação deles e abertura que você deixava de segurança para o desenvolvimento deles eu achei muito positivo o comportamento que causava neles a cada encontro. [...] a sociedade coloca impedimento muitas vezes nessas pessoas, e no projeto eu via que era possível quebrar com isso, mas que o trabalho não era ali numa visita, eu lembro que em uma visita com uma dessas pessoas fora do projeto, houve dificuldade de aproximação e aí percebi o que tanto você diz sobre vínculos. [...] isso para eles, então, o apontamento que eu tenho por ser um projeto piloto, eu acho ele muito vivo, e tem coisas que saem do controle, principalmente com esse público, e tem que ser vivo mesmo para respeitar o tempo das pessoas, e entender essas pessoas é um processo também que demanda espaço do museu.

[...] já teve várias vezes, essas pessoas são mais falantes, outros ficam mais receios e tudo depende de como a pessoa está, já conversei com visitantes espontâneos que chegam com cheiro de álcool muito forte, a dificuldade nem é minha, ou dele de estar conversando e sim das pessoas do entorno e dos visitantes no espaço que reclamam, e eu vejo como uma dificuldade que precisa ser conversada., mas essa conversa demanda muito de nós. [...] a reclamação é abrangente no sentido dos funcionários também.

[...] importante são pessoas, [...] mas a priori precisa ter um trabalho com toda a equipe do museu, porque a gente é feito de preconceito e isso precisa ser quebrado. [...] a gente aprende desde pequeno que precisa ficar longe do tio bêbado, e ninguém explica para nós o porquê e ninguém também conversa com o tio bêbado a não ser com tom de chacota. [...] e a gente tem que trabalhar muito, sempre tentando fazer funcionar a história do direito para todos. [...] e ainda quebrar com a ideia do que não está acostumado, olha acostuma.

Eu já fui em bastante museu, daí na faculdade acabando o curso e procurando emprego e me vi na oportunidade de trabalho em museu. [...] qualquer museu eu acho essencial para complementar a nossa experiência de vida de criar mais questões, onde a gente sai com mais indagações que respostas, eu gosto disso.

[...] tema importantíssimo o do Memorial, falar de violações, e temas do próprio Estado, é essencial para as pessoas entenderem o que aconteceu e ainda acontece e precisa

ser debatido, com relação a um Estado que restringe direitos muitas das vezes ao invés de garantir.

Perguntas:

- Quanto a estrutura da Ação Educativa tem alguma questão que te incomoda?
- Alguma sugestão que acha pertinente que aconteça?
- Como você entende a estrutura do Programa de Ação Educativa?
- E as atividades, não seriam elas programas específicos, como elas se aplicam?
- Fala pra mim das ações que você participa e participou?
- Qual delas acha de grande importância?
- Sente falta de algo, em termos de ações propostas?
- E com relação ao que levamos conosco para além do espaço de trabalho, os temas lhe acompanham? na vida social e familiar por exemplo há algo a dizer sobre que se relaciona com nosso trabalho?
- Sugere algo que possamos melhorar na Ação Educativa hoje e qual relação e impacto disso para o MR?

Educadora Cerridwen:[...] todo fim de semana praticamente de trabalho, e um trabalho exaustivo com uma temática pesada que deixa a gente pensativo por dias, que balança nossa condição humana, eu entendo assim, é preciso processar os conteúdos para melhor compreendê-los e aqui a gente mal tem tempo de pensar bem sobre as coisas, pois nosso descanso para filtrar tudo que acontece esbarra-se com as atividades elaboradas, mas todas são super elogiadas da competência da equipe, no entanto tem hora essas nossas temáticas podem dar piripaque na equipe, a exemplos de outras colegas que já deixara a equipe que tiveram alguns problemas de não conseguir separar essas dores de certa forma, das dores vamos dizer assim somatizadas no corpo. Porque o que eu digo do corpo técnico é que a gente não tempo de pensar, esse é um grande problema daqui, mas não só daqui, mas de outros setores educativos também.

[...] demandas muitos grandes, nesses anos todos onde só aumenta atividades, também é algo que pesa no ombro e somado as metas que temos que bater com relação a números de atendidos o que compromete qualidade x quantidade, mas que a equipe sempre soube deixar resultados positivos, mas temos que rever e pensar tudo isso com mais carinho principalmente pelo mote forte de nossos temas e as memórias do lugar. A Secretaria ao que parece talvez não entende nosso funcionamento, ao cobrar nossas qualidades.

[...] eu vou dizer, que eu nunca vi um educativo que atende 5 visitas diárias, praticamente todos os dias. [...] imagina, pensando isso com os nossos temas que é difícil falando de gente que morreu, contando histórias de vida, não é coisa emocionalmente fácil, da região que a gente se encontra que é agonizante diariamente. Isso precisa ser revisto. [...] tempo de estudos, eu acho zero a oferta para essa dedicação, porque a gente conversa muito com a política atual, e se a gente pensar nisso, a gente não tem um tempo para respirar fundo e refletir as coisas do nosso país, e o público nos cobra debate desse nível, me incomoda, e a comunicação é um tanto confusa também internamente.

[...] evoluímos bastante, a própria prática do que eu faço aqui, me fez crescer em partes pessoais, e eu acho interessante o fato da gente falar sobre assuntos distintos e política, eu gosto bastante da troca que realizamos nesse sentido, o espaço no início, energicamente falando o lugar foi um pouco difícil por ser o local do antigo dops, mas aos poucos eu fui me acostumando fiquei um tanto mais cansada eu observo quando comecei a trabalhar aqui, mas no geral eu gosto muito e gosto do que eu faço e da educação em museus.

Educadora Brigida: [...] é...eu estranhei muito assim que entrei porque a ação com pessoas com deficiências seria um projeto, se projeto acaba! porque aqui a ação educativa é um programa, mas também o que eu penso é que a ação a inclusão seja ela das pessoas com deficiência ou esse cunho mais social não pode ser um projeto e sim um programa, ainda tenho muita dificuldade de entendimento sobre, chamo de projeto assumindo o que a instituição chama, na minha concepção o que a instituição chama de programa é um núcleo, a ação educativa, é uma situação curiosa que assim, ué nós somos uma instituição museológica que tem um núcleo educativo que tem um programa educativo, mas...é assim. [...] sou um cidadão mais consciente depois que vim trabalhar aqui e minhas relações pessoais elas melhoraram muito também depois, porque entender as coisas que são erradas e ter uma ação sem empoderamento chato...agregou muito pra mim, uma olhar mais ético, me tornei uma pessoa mais firme em meus princípios.

Educadora Nemetona: [...] hum, insuficiente [...] a estrutura, o que incomoda é o número mesmo, [...] as pessoas, os educadores e a coordenação ficam sobrecarregadas, e aí vários projetos, atividades, visitas, tudo precisa dar conta, que abrange uma coisa muito maior até porque fazemos coisas maiores e para segurar todas as metas e objetivos, que são

colocadas, então a crítica a estrutura e que com mais pessoas teria outra estrutura, mais qualidade até pra realmente fazer tudo de uma maneira mais eficiente, porque senão virá uma coisa muito pesada. Não querendo dizer que poderia ser melhor, é só uma questão de sobrecarregar seres humanos. [...] desde tudo precisa aumentar, com relação ao corpo técnico né na ação educativa e também, falando de outras áreas por exemplo comunicação precisa, porque é chato ver nossa dedicação e não alcançar resultados por conta de uma ausência de comunicação. [...] e essa defasagem atinge muitas coisas.

[...] eu acho que as coisas melhoraram, ou é porque é uma equipe já bastante velha todos, mas eu achava meio estranho a incorporação de os novos não fazerem tais coisas e só os mais velhos, daí chegou um momento agora que todos fazem, mas mesmo assim, ainda os mais velhos acabam tendo uma maior responsabilidade eu vejo, mas nem todos fazem alguns projetos específicos, mas a gente vem chamando atenção sobre isso, porque eu vejo que todos são capacitados. [...] achava isso algo no campo das sobrecargas, mas o espaço de ouvir ideias vem sendo aplicado, com relação a isso.

[...] acho super importante e óbvio o trabalho com o território, assim como, o trabalho com pessoas com deficiências, mas todos os perfis são importantes gosto do trabalho com as crianças também que aqui fazemos na contação de história [...] mas falando de prioridades é preciso olhar os que tem mais seus direitos negados.

[...] vejo que precisa de um tempo maior para que as ações virem algo como um programa, para buscar por parcerias, etc como é a divisão por exemplo lá na Pinacoteca, uma coisa mais continua com todas as diversas pessoas, e diversos pra isso é corpo técnico maior, para distribuir, mas como são poucas pessoas todo mundo faz tudo. [...] e vejo que se perde oportunidades.

[...] uma sugestão é de contratar pessoas, [...] a instituição ver o que ela quer ou não quer...e é isso, tirar a sobrecarga o peso de todo mundo, principalmente da coordenação que faz muitas vezes um papel mais administrativo e pouco coordena o educativo por conta disso, e isso acaba influenciando em todas as outras coisas, num efeito cascata sobrecarregando que tá em cima, chegando quem tá lá na linha de frente trabalhando com o público [...] então é mudança que vejo que envolve a questão financeira.

Agora, as entrevistas com a coordenação:

Coordenadora Danu:

- O que o território da Luz significa para você?

Local rico em diversidade, populacional e cultural, e por conta desta característica as possibilidades de aprendizado, trocas e de desenvolvimento de ações são excelentes e inúmeras. A mescla de instituições culturais tão diversas juntamente com profissionais com formações tão distintas permitem a elaboração de parcerias e projetos que abarcam várias áreas de conhecimento e linguagens artísticas tornando muito potentes as propostas que se queira desenvolver. O público em potencial para tais proposições, com perfis tão distintos, também é instigante à medida que pode unir culturas e experiências diversas de imigrantes, populações em situação de rua, moradores, trabalhadores, usuários de álcool e drogas entre outros e propiciar reflexões conjuntas, mas também desenvolver propostas mais direcionadas para cada um destes perfis. A memória desse território sempre esteve relacionada com o aprendizado em diferentes etapas da vida e enquanto profissional que atua na região é um privilégio poder disponibilizar ações que permitam a participação e o aprendizado das pessoas.

- Como se sente com a paisagem do território e sua prática profissional cotidiana?

Desconfortável em pensar que o território possui tantas possibilidades e que na maioria das vezes não atende a população vulnerável. Contudo, a realidade profissional não possibilita que haja uma grande mudança dessa situação no cotidiano. As ações desenvolvidas com esse perfil de público são pontuais e não há estrutura para que elas sejam contínuas.

- O tema/lugar território te pesa em alguns momentos? Em quais?

Sim. Nos momentos em que se confronta a realidade do território e a população que lá vive com o local privilegiado do trabalho e seus frequentadores. A saída/entrada desses espaços ou micro-territórios e o confronto com realidades tão diversas é sempre chocante e desconfortável.

- Houve alguma situação constrangedora com a população do entorno?

Com a população do entorno de uma forma generalizada e que tem perfis tão diversos não, mas ocorreu uma situação constrangedora com um determinado perfil de pessoa que frequenta a região. Da mesma forma que pode ocorrer em outros territórios a pessoa mostrou-se preconceituosa e ofensiva. Mas foi um caso isolado e não recorrente.

- O que acha de trabalhos continuados da Ação Educativa com o território?

Acho que são potentes. Algumas experiências desenvolvidas tiveram retorno positivo não somente para o público que participou do projeto, mas também para os profissionais envolvidos.

- Quais as oportunidades de um projeto continuado de inclusão sociocultural para a população do território no MRSP?

Conforme comentado essa população é muito distinta e os diferentes perfis tem necessidades diversas que podem ser contempladas em projetos que atendam as especificidades de cada perfil de público. Os projetos continuados devem possibilitar a fruição e a reflexão sobre o Memorial, seu acervo, as memórias e histórias do território e o exercício da cidadania ativa para o fortalecimento dos princípios democráticos. Esse direcionamento é uma oportunidade para que a Instituição se aproprie de temáticas que possam dialogar com o seu recorte patrimonial e temático.

- Aponte algumas dificuldades do ponto de vista da sua função enquanto coordenadora para concretizar um projeto com o território?

A estrutura do setor que se configura como Programa e não como um Núcleo. Tal fato implica no número reduzido de funcionários, na multiplicidade de funções desempenhada pelo mesmo corpo funcional o que ocasiona a limitação de tempo, recursos e, conseqüentemente, a proposição de projetos de longa duração que contemplem de forma mais continuada o território

- Fale de expectativas, transformações e sonhos que podem ser um impacto positivo para o MRSP?

Maior definição das linhas de pesquisa e curatorial, ambas implicam diretamente em um melhor direcionamento das ações educativas.

Coordenadora Dea Matrona:

- O que o território da Luz significa para você?

Tenho uma relação que vem da infância com o território da Luz/Bom Retiro/Campos Elíseos. Estudei no Bom Retiro desde pequena e ficava deambulando na antiga estação rodoviária ali na Júlio Prestes, que era super colorida.

E sempre gostei de "casa velha", como minha mãe gosta de dizer. Os casarões, a Júlio Prestes - tudo era interessante pra mim. Mais velha, fui na Sala São Paulo quando abriu, restaurada, e depois, em 2007, trabalhei como pesquisadora e produtora do projeto do Catálogo Raisoné da Tarsila do Amaral - que tinha sede na Estação Pinacoteca. Em resumo: vem de longe.

- Como se sente com a paisagem do território e sua prática profissional cotidiana?

Como historiadora e museóloga, meu enquadramento das coisas é muito o da longa duração: de quantas vidas, quantas histórias passaram e passam pelos territórios que ocupamos. No caso do território da Luz, tendo sempre a voltar por razões essenciais da degradação do território hoje em contraste com a pujança dos edifícios. Acabo sempre vendo esse macro e lamentando essa longa duração da desigualdade na história da região - das habitações precárias dos empregados domésticos dos casarões dos Campos Elíseos no começo do século XX, aos fluxos migratórios da década de 1970 na região da antiga rodoviária à formação da Cracolândia. E na minha prática profissional entender isso tem impacto direto no que um museu tem de tratar, contar.

- O tema/lugar te pesa em alguns momentos? Em quais?

Pesa, sim, porque a violência é algo o tempo todo presente. Nas memórias e na atualidade do território. Não é algo que você consiga "esquecer", nem momentaneamente, na razão de ser da instituição. Por outro lado, fortalece o compromisso que o Memorial tem de tratar a violência de Estado como tema e, acima de tudo, as tecnologias de resistência a ela.

- Houve alguma situação constrangedora com a população do entorno?

A relação com a população do entorno é sempre muito marcada pela desigualdade de nossas posições. Quando cheguei ao Memorial, passei uma semana indo e vindo do

fluxo, acompanhada do Raphael Escobar (CracoResiste) e da Dona Carmen (Coletivo Tem Sentimento). Fui pra entender como as relações se davam, ouvir histórias. E isso me marcou profundamente. Em geral, as situações constrangedoras foram mais a de observar a violência a que essas pessoas, que foram virando conhecidos e amigos, são submetidas. Ver a polícia, a postura dos seguranças da região, tudo isso me constrange. Na relação direta, só vivi situações constrangedoras no sentido de que eu sabia que sairia dali e teria teto, banho, comida. As pessoas com quem me relacionei e relaciono ali sempre deixaram, muito corretamente, clara essa minha posição de privilégio - o que me fez me tornar bastante crítica quanto às narrativas de ações feitas no território.

- O que acha de trabalhos continuados da Ação Educativa com o território?

Acho essencial, fundamental. Qualquer museu - em especial o Memorial - não é uma instituição apartada da sociedade, um simples observador que coleciona, pesquisa e comunica pra públicos especiais. Os museus é uma instituição que constitui e serve à sociedade. E o território é a primeira frente de ação obrigatória de uma instituição. No caso da Luz, essa ação sempre tem de ser muito cuidadosa, para não criar expectativas que instituição nenhuma daria conta num contexto tão brutal de violência e exclusão.

- Quais as oportunidades de um projeto continuado de inclusão sociocultural para a população do território no MRSP?

A primeira coisa é algo que interessa, antes de mais nada, ao museu: a escuta. Essas vozes, tão excluídas de quaisquer esferas de tomada de decisão, são fundamentais no desenvolvimento coerente de projetos com a sociedade como um todo, não os públicos já habituais de museu. Falar, ser ouvido, ser protagonista de processos e ser compreendido como um sujeito na tomada de decisões sobre um projeto, por exemplo, é algo que tem também um impacto importante para população do território. Em contextos tão desumanizadores, um projeto continuado é um vínculo importante para ambas as partes - sempre considerando as limitações todas do cenário.

- Aponte algumas dificuldades do ponto de vista da Gestão para concretizar trabalhos com o território?

Do ponto de vista da gestão, o mais desafiador é garantir recursos humanos para desenvolver de maneira integral um projeto continuado. Com equipe reduzida, o horizonte de trabalho do território é algo recente e que ainda não é visto como estratégico para outras

instâncias internas e externas - focado no atendimento a escolas e espontâneos, como consensuado com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

- Fale de expectativas, transformações e sonhos que podem ser um impacto positivo para o MRSP?

Penso que a abertura de espaços de regulares de participação de diversos atores no processo de tomada de decisão do Memorial - seja para pensar exposições, programação cultural ou ações dentro do programa educativo - seria algo interessante para construção de uma instituição mais permeada pelo território. A constituição de conselhos e grupos de trabalho pode ser um caminho interessante para garantir a participação do território na tomada de decisões do Memorial.

Considerações Finais

Quando nos propusemos a pensar um projeto, uma jornada de mestrado, a expressão que melhor sintetizava nosso desejo era: “o mundo de possibilidades referente ao território da Luz em questão estava em nossos anseios”.

Aspirávamos pelo planejamento de metodologias que ultrapassassem o limite do tempo para realizar tal tarefa nos processos. Mas daí então emergiram as dificuldades relacionadas ao contexto caótico mundial experimentado em 2020, pleno de adversidades que vivenciamos no campo pessoal, profissional e acadêmico com a pandemia. Porém, cumprimos com o objetivo de realizar a experiência piloto. Obtivemos um resultado satisfatório tanto em nível pessoal quanto profissional e acadêmico, demonstrando assertividade na escolha do ofício de trabalho com a Educação e seguir como pesquisadora na área da Museologia.

A partir da aproximação com os vizinhos e com o entendimento do MRSP como espaço de memória, foram ganhando destaque em nossa análise as temáticas referentes aos povos oprimidos, excluídos da América Latina e suas lutas contemporâneas. São estes os caminhos que pretendemos seguir para transformar, romper e agir no campo teórico e prático. Dessa forma, ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar que o espaço museológico do Memorial da Resistência é capaz de estabelecer vínculos com seus vizinhos de forma mais sistemática dada sua trajetória e pertinência de lugar de memória, comprometido com a promoção, defesa e valorização dos Direitos Humanos.

A contribuição teórica e as reflexões com relação à Sociomuseologia, inclusão sociocultural e o território do MRSP, além das referências aos processos educacionais de programas educativos inclusivos e a trajetória da experiência piloto com recurso da Educação em Direitos Humanos, nos levaram a concluir que o Programa de Ação de Educativa da Instituição, mais que cumprir uma relação em atividades pontuais com os vizinhos - em específico com as pessoas usuárias de álcool e outras substâncias psicoativas - mirando o desafio fundamental para ir além dos muros do museu, com uma abertura na forma da organização do programa.

A Instituição precisa traçar caminhos mais adequados para preencher a lacuna observada, principalmente por conta de sua raiz sociomuseológica de criação e o tripé conceitual: controle, repressão e resistência. É, então, chegado o momento de assumir o compromisso com o território.

Faz parte da Instituição este olhar mais próximo e efetivo para a comunidade circundante. No entanto, um plano relacionado à expansão de corpo técnico especializado é o ideal, devido às demandas institucionais do Programa de Ação Educativa. Por isso, a inserção de um plano rápido de ação para a condução específica de um projeto de inclusão sociocultural se faz imprescindível.

Acreditamos que o espaço museológico do MRSP é um potente lugar de memória, e essa potência está tanto dentro quanto fora dos muros. Daí a necessidade de alcançar em sua atuação institucional o objetivo estratégico descrito no Plano Museológico de se tornar referência na área de Museus e Direitos Humanos, assumindo e olhando para a vizinhança, ressaltando o trabalho institucional norteado pela defesa da cidadania, o qualificado compromisso desprendido da equipe e as vozes dos que compartilharam suas experiências de luta, com relação às violências cometidas pelo Estado, que permeiam toda a sociedade.

Finalizamos afirmando que para exercer o papel de instrumento transformador social é indispensável que os vizinhos do Memorial da Resistência de São Paulo possam compor esta construção museológica.

Referências bibliográficas:

AIDAR, Gabriela. Museus e Inclusão Social. In: Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.3. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, 2002.

_____, CHIOVATTO, Milene. AMARO, Daniele Rodrigues. (Orgs.). Entre a ação cultural e a social: museu e educadores em formação. 2017.

ALVES. Vânia Maria Siqueira. REIS. Maria Amélia Gomes de Souza. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. In: Museologia e Patrimônio, Vol. 6, No 1. 2013.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural: Desafios e Perspectivas Atuais. Curso: Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda. Belo Horizonte: DUO Informação e Cultura, 2008.

BASOMBRÍO, C. Educación y ciudadanía. La educación en derechos humanos en América Latina. Santiago. CEAAL, 1991.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC; MJ; Unesco, 2009.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC; MJ;Unesco, 2006.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRODSKY, Ricardo. O dever da memória no Museo de La Memória y Derechos Humanos do Chile. In: Museus e Identidades na América Latina. VASCONCELLOS, Camilo de Mello, FUNARI, Pedro Paulo. CARVALHO, Aline. São Paulo: Annablume/Unicamp. 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Plano museológico do Memorial da Resistência de São Paulo. Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, São Paulo. 2010.

_____. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia. n. 10. 1999.

_____, NEVES, Kátia Fellipini. (Coord.) Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: editora Universitária, 2007.

_____, SACAVINO, Susana. (org.) Educar em tempos difíceis: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro. Cadernos de Sociomuseologia. n.20, v. 20, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 15/06/2018.

COMPARATO, Fabio. Para Viver a Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus, Memórias e Movimentos Sociais. Cadernos de Sociomuseologia, n.41, 2011.

_____. PRIMO, Judite. ASSUNÇÃO, Paula. STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia. n11. v. 55. 2018.

_____ ; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

_____ ; STORINO, Cláudia. O desafio da acessibilidade aos museus (Prefácio). In: COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a museus. Brasília: MinC/IBRAM, Cadernos Museológicos, v. 2. 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos da pessoa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DEWEY. John. Experiência e Educação. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DODD, Jocelyn e SANDELL, Richard. (Eds). Including Museums: Perspectives on Museums, Galleries and Social Inclusion. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, 2001.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. O que são direitos humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Sobre os Direitos Humanos, a cidadania e as práticas democráticas no contexto dos movimentos contra hegemônicos. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VI, Nº 6 - Junho de 2005.

DUFFY, Terence. Museums of 'human suffering' and the struggle for human rights, Museums International V.53. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 16ª Ed. 1992.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. Ed. Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. BETTO, Frei. Essa Escola chamada vida. São Paulo: Editora Ática. 5ªed, 1987.

GADOTTI, Moacir. Universidade Popular dos Movimentos Sociais: Breve história de um sonho possível. 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação. In: Revista do IPHAN, nº 23, Cidade (org. Heloisa Buarque de Holanda), 2004.

GUARNIERI, Waldisa Rússio C. Formação profissional. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, v. 1, 2010.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A Interdisciplinaridade em Museologia e Sistemas em Museologia. In: Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional. (Coord.). Maria Cristina Oliveira Bruno, vol. 1. 2010.

HERREMAN, Yani. O museu contemporâneo e a identidade cultural. In: Teoria Museologica ICOFOM.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2008.

IPHAN. Coordenação da Paisagem Cultural. Reflexões sobre a chancela da paisagem Cultural Brasileira: IPHAN, 2011.

JACKSON, W. Philip. Experiência e Educação de Dewey Revisitada. In: DEWEY, John. Experiência e Educação. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KINARD, John. “Intermediaries entre musée et communaute” (1971) In: DESVALLÉES, 1992, op. Cit., p.99-108).

Legislação sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

Memorial da Resistência, 10 anos: Presente! / Memorial da Resistência de São Paulo (org.)
– São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

MENEZES, Caroline Grassi Franco de. **Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Camila Djurovic em 01/03/2018.

MONTEIRO, Aida Maria. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Publicação do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania. São Paulo, 2012.

_____. Escola Pública e a formação da cidadania: possibilidades e limites. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2000

MOUTINHO, Mário Caneva. Sobre o conceito de Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia, v.1, Cap.1, 1993.

_____. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. In: Cadernos do CEOM: Museologia Social. Ano 27, n.41, 2014.

NEVES, Kátia Regina Felipini. A Potencialidade dos Lugares da Memória sob uma Perspectiva Museológica Processual: um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Museologia. Lisboa. 2011.

_____. Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Ana Paula Brito e Luiza Giandalia em 12/02/2016.

O'NEILL, Mark. The Good Enough Visitor. In: SANDELL, Richard (ed.). Museum, Society, Inequality. Londres/Nova York: Routledge, 2002.

PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro. In: O que resta da ditadura: a exceção brasileira. (Orgs.). Edson Teles e Vladimir Saflate, São Paulo: Boitempo, 2010.

POLITI, Maurice. **Entrevista sobre o processo de implantação do Memorial da Resistência de São Paulo**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 25/04/2018.

RÜDIGER, Francisco. Comunicação e teoria social moderna. Porto Alegre: Fênix, 1995.

RUI, Taniele. Corpos abjetos: etnografia em cenários de usos e comércio de crack. Tese de doutorado do Departamento de Antropologia Social do IFCH da Universidade de Campinas. 2012.

SACAVINO, Susana Beatriz. Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina. Editora Novamerica. 2009.

_____. (org.) Pedagogias desde o Sul. 1ª Edição. Rio de Janeiro; 7Letras.2013.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. Cadernos de Sociomuseologia, n.18, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. São Paulo: Revista Lua Nova, n.38, 1996.

_____.A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Edições Almedina. 2020.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora EDUSP. 7ª Edição. 2007.

_____. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec.1994.

_____. Por uma nova globalização. São Paulo: Editora Record. 2000.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Publicação do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania. São Paulo, 2012.

SIME. L. Educacion, Persona y proyecto Histórico. In. MAGENDZO, A. (Org.) Educación en Derechos Humanos: apuntes para una nueva práctica. Chile: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación e PIIE, 1994.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas públicas de inclusão de públicos especiais em museus. Tese (Doutorado em Ciências da Informação). Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TORRES GARCÍA, Joaquín. Universalismo Constructivo. Contribución a la unificación del arte y de la cultura de América. Madri: Alianza Editorial, 1984.

UNESCO. Declaração de Santiago do Chile. 1972. Legislação sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini. (Coord.) Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

_____. Patrimônio e Cidadania. In: Museologia Social. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre. 2000.

_____. A respeito da mesa-redonda de Santiago do Chile (1972). In BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 2. 2010.

VARELLA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil. Editora Azougue. 2014.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; SILVA, Maurício André da. A mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 20, n. 3, 2018.

Anexos:

Plano Museológico

Memorial da Resistência de São Paulo

Sumário

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 123 |
| Histórico da Instituição..... | 123 |
| Detalhamento dos espaços físicos do museu..... | 125 |
| Metodologia..... | 126 |
| Princípios norteadores | 127 |
| Diagnóstico..... | 128 |
| Temas Geradores | 131 |
| Missão, visão e valores..... | 131 |
| Objetivos | 132 |
| Resultados esperados | 133 |
| Estrutura Organizacional | 135 |
| Linhas de ação e Programas | 137 |
| Planejamento Estratégico..... | 141 |

APRESENTAÇÃO

O Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo / MRSP – 2019 – 2023, ora apresentado, corresponde à atualização e revisão do documento precedente elaborado em 2010.

Deve ser considerado como uma proposição museológico-institucional, articuladora de princípios e conceitos com metas e planejamentos estratégicos que, por sua vez, deve ser adequada e vinculada aos regramentos da APAC/Organização Social – Associação Pinacoteca Arte e Cultura, no âmbito da gestão da Pinacoteca do Estado e às Diretrizes da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Histórico da Instituição

O Memorial da Resistência é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade), por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar.

O edifício, que também está ocupado pela Estação Pinacoteca, foi construído em 1914, pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, para ser o escritório e armazém central da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1940 o edifício é transferido para a Secretaria da Justiça de São Paulo e aí instala-se parte do Deops/SP, mais especificamente a Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições e, no ano seguinte, as demais repartições dessa Polícia Política, órgão símbolo da repressão institucionalizada no Brasil. Em síntese, o Deops/SP ocupou este espaço desde 1940 até seu fechamento em 1983, marco do final da ditadura instituída com o golpe militar de 1964.

O programa museológico do Memorial da Resistência está estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), orientados para os enfoques temáticos sobre resistência, controle e repressão política, por meio de seis linhas de ação: Coleta Regular de Testemunhos, Lugares de Memória, Centro de Referência, Programa de Exposição, Programa de Ação Educativa e o Programa de Ação Cultural, que, atuando articuladamente, têm como objetivo fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão e que promova ações que contribuam para o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização de uma cultura em direitos humanos.

Desde 2009, o Memorial da Resistência é Membro Institucional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, uma rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade.

Detalhamento dos espaços físicos do museu

Área do Terreno: - 2.305,20 m² Taxa de Ocupação – 1.370,46 m² Coeficiente de Aproveitamento – 6.464,65m²

Subsolo: Casa de maquinas ar-condicionado, cabine secundaria.

Pavimento térreo: Estrutura: Escadas, rampas, saídas de emergência, elevadores, sanitários, vestiários, corredores de acesso.

Operacional: Café, Área de exposições Lugares da Memória - Memorial da Resistência (170m²), Área de exposição de longa duração – Memorial da Resistência (200m²), guarda-volumes, educativo, recepção de serviços, copa, refeitório, reserva técnica.

1º Pavimento: Estrutura: Escadas, elevadores, sanitários, corredores de acesso. Operacional: Biblioteca (321.50m²), centro de documentação CEDOC (381,81m²), montagem, reserva técnica.

2º Pavimento: Estrutura: Escadas, elevadores, casa de maquinas ar-condicionado. Operacional: Salas expositivas (713,26m²) da Pinacoteca, Administração Pinacoteca e Memorial da Resistência de São Paulo.

3º Pavimento: Estrutura: Escadas, elevadores, sanitários. Operacional: Salas expositivas (769,40m²) do Memorial da Resistência de São Paulo.

4º Pavimento: Estrutura: Escadas, elevadores. Operacional: Salas expositivas (992.50m²) da Pinacoteca.

5º Pavimento: Estrutura: Escadas, elevadores, sanitários. Operacional: Auditório, sala de apoio e vestiários.

Metodologia

Pressupostos conceituais

A metodologia aplicada para os estudos e ações referentes à elaboração deste documento priorizou quatro eixos analíticos:

- Análise da documentação institucional;
- Cotejamento com planos de instituições congêneres;
- Interlocução – presencial e online – com a Equipe do MRSP e com os dirigentes da APAC;
- Apresentação e Discussão sobre trabalhos acadêmicos e propostas da Equipe sobre o MRSP, envolvendo ações com parceiros da instituição.

Esses quatro eixos metodológicos, por sua vez, se reverberam na busca institucional de uma inserção qualificada no cenário de políticas públicas que são responsáveis pelas abordagens culturais e educacionais contemporâneas, ancoradas em referências de memória e história e com estreita vinculação com os cenários das instituições comprometidas com as artes.

A elaboração do Diagnóstico Institucional que gerou este documento, levou em consideração a articulação de três fatores. Por um lado, a reavaliação da essência do compromisso público da instituição, a partir da verificação sobre a sua vocação museológica e de acordo com o seu campo patrimonial de atuação (fato museal) e, por outro, a identificação da dinâmica de trabalho entre atividades meio e atividades fim da instituição em pauta, com suas respectivas especializações e necessárias hierarquias, com vistas à análise sobre os fluxos da cadeia operatória de ações referentes à consolidação institucional (fenômeno museológico).

Completam esses fatores a análise sobre as linhas programáticas, sistematicamente implementadas, com o objetivo de diminuir os impactos dos problemas e reverberar as potencialidades com o propósito de melhor

engajamento com os contextos de políticas públicas mais amplas (processo museológico).

Inicialmente a proposta de trabalho estava direcionada apenas para a atualização do Plano Museológico de 2010, mas os estudos e as discussões acima mencionados, decorrentes dos fatores elencados apontaram também para a necessidade de revisão de alguns princípios e um novo desenho e novas delimitações das linhas programáticas.

As interlocuções com a Coordenação e Equipe demonstraram que as mesmas possuem pleno conhecimento do Plano Museológico que está em desenvolvimento no MRSP, bem como um expressivo domínio sobre as especificidades das Linhas de Ações Museológicas. Mas, mais do que isso, demonstraram, especialmente, uma avaliação crítica direcionada para o que deve ser atualizado e revisado, com vistas ao enfrentamento dos principais compromissos do Memorial no que se refere à missão, visão e valores, e também sobre os desafios que têm surgido nos anos de atuação institucional após a realização do Plano precedente.

O Plano aqui apresentado é, portanto, um documento interpretativo, apoiado em planejamentos estratégicos, orientado para a expansão institucional, considerando uma perspectiva processual e já tendo ultrapassado em linhas gerais a consolidação do Memorial da Resistência de São Paulo, indicada no documento de 2010. O aspecto essencial deste documento emerge de seu caráter propositivo, a partir das interpretações realizadas ao longo do Diagnóstico Institucional. Deve, portanto, subsidiar as aplicações às diretrizes da APAC e UPPM e embasar planos anuais.

Princípios norteadores

O Plano Museológico / 2019– 2023 do Memorial da Resistência de São Paulo foi elaborado a partir das perspectivas de atualização e revisão do documento precedente. Este documento está embasado em premissas relativas à Missão, Visão e Valores institucionais, que por sua vez são orientadas para o cumprimento

de objetivos que visam à expansão museológica do Conceito Gerador e à consolidação das Linhas

Programáticas de Ação Museológica.

Diagnóstico

O Memorial da Resistência de São Paulo – MRSP, inaugurado em 2009, representa a continuidade de esforços da sociedade civil e de instituições públicas no sentido de estimular o debate sobre os problemas referentes aos períodos de governos ditatoriais e de justiça transicional e, especialmente, de abordar as questões que problematizam a conquista dos direitos humanos¹, a partir da perspectiva da “resistência” em suas distintas expressões e mediante estratégias preservacionistas. O primeiro Plano

Museológico, datado de 2010, foi organizado em torno dessas premissas, privilegiando as abordagens sobre a resistência política, pautando as metas para as três fases estruturantes da instituição.

A partir de procedimentos de salvaguarda e comunicação dos respectivos indicadores da memória, vinculados aos acontecimentos vivenciados em São Paulo e suas projeções nacionais e internacionais, essa instituição está ancorada em premissas museológicas e processuais, com forte orientação educacional.

O livro “Memorial da Resistência de São Paulo” (Araujo e Bruno, 2009 orgs. Textos de Kátia Felipini Neves ... et al.. São Paulo: Pinacoteca do Estado) apresenta, de forma detalhada, o histórico do processo de concepção do Programa Museológico, bem como, já aponta alguns vetores referentes a sua implantação e desenvolvimento. Cabe registrar que a concepção do Memorial contou com equipe de consultoria e, especialmente, com a participação do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. O Plano Museológico de 2010 registra a proposição de fases estruturantes para a consolidação institucional. Localizada em um privilegiado espaço, este marcado diretamente como um “lugar da memória” do seu tema central, o edifício sede do DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, esta nova versão do Memorial – inaugurada em 2009 – representou

uma ruptura no que se refere às experiências pregressas sediadas no mesmo local. Esta nova configuração foi desenhada a partir da elaboração de um Programa Museológico apoiado em seis linhas programáticas e sua gestão sempre esteve sob a responsabilidade da Pinacoteca do Estado, no âmbito do modelo administrativo de uma Organização Social, propiciando, desta forma, a coexistência do espaço institucional com a Estação Pinacoteca.

Esse desenho institucional desde o início da atuação do MRSP projetou uma conjuntura singular para as iniciativas de planejamento, articulando vetores inéditos no cenário museológico. Este reconhecimento, por sua vez, tem permitido estudos prospectivos que levam em consideração não só a consolidação do Memorial, mas a sua interlocução com a Pinacoteca do Estado, assim como, o alinhamento das reciprocidades com a Estação Pinacoteca, além da indicação prospectiva para a busca de outras parcerias e a inserção em movimentos compatíveis com as suas delimitações patrimoniais. Nesse contexto analítico, emerge com especial expressão a participação efetiva do Núcleo de Preservação da Memória Política do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo no delineamento da consolidação do MRSP, como também, o surgimento de outros parceiros que contribuíram para a projeção institucional.

Desde o início da atuação do MRSP, a coexistência institucional e espacial entre um museu de arte de forte expressão histórica e pública em nosso cenário museológico e um memorial recém-criado e devotado às causas políticas do país, ainda dolorosas para a nossa compreensão, permite avaliar que estamos diante de um difícil estudo museológico, que coloca em confronto os seus limites em relação às múltiplas possibilidades do exercício da Museologia. Uma vez que reconhecemos que em um segmento se agrupam as instituições vocacionadas para a valorização das expressões artísticas e culturais que enobrecem as sociedades e, no outro, se encontram àquelas que se organizam para denunciar e lembrar os horrores provenientes destas mesmas sociedades. Raramente, no entanto, nos defrontamos com a coexistência institucional desses dois segmentos.

Aliados a esses confrontos e à singularidade dessa coexistência, o período transcorrido entre o equacionamento do primeiro plano museológico e esta fase de atualização e revisão tem sido marcado por profundas transformações na paisagem cultural urbana que circunda o MRSP na cidade de São Paulo e mesmo no que tange à multiplicidade de enfoques que envolvem e diversificam as potencialidades de abordagens sobre a temática da resistência.

As fases estruturantes e as metas indicadas no Plano Museológico de 2010, para a implantação e consolidação da instituição, foram basicamente equacionadas e superadas neste mesmo período, de acordo com a análise documental e bibliográfica e as discussões com a Equipe. Apenas alguns tópicos de caráter normativo não lograram êxito e serão contextualizados nesta versão do Plano Museológico.

Entretanto, identificamos a necessidade da expansão dos princípios norteadores e da rearticulação entre as linhas de ações museológicas para esta nova etapa de ação do Memorial, com vistas à sua expansão, mas também, com o propósito de consolidar ainda mais as suas bases estruturantes.

Temas Geradores

O histórico sobre o DEOPS, a trajetória de ocupação do edifício e a implantação das ações museológicas do MRSP em pauta, indicam que este conceito gerador deve priorizar as seguintes características:

- Evidenciar os vetores de memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno;
- Difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança patrimonial;
- Problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo, a partir dos seguintes segmentos: memórias silenciadas / apagadas / destruídas / exiladas; pesquisas sobre a construção da memória e herança patrimonial.
- Atualizar e expandir as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais, com especial ênfase para as evidências identificadas na paisagem cultural do entorno do Memorial.

Missão, visão e valores

O Memorial da Resistência de São Paulo tem como missão a pesquisa, a salvaguarda e comunicação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano brasileiro, bem como dos respectivos impactos socioculturais contemporâneos, tendo como sede o edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, de forma a contribuir para a reflexão crítica acerca da história contemporânea do país e para a valorização de princípios democráticos, do exercício da cidadania e da conscientização sobre os direitos humanos.

Visão

Assegurar a permanência do debate sobre as memórias da resistência e da repressão, em suas dimensões políticas e socioculturais, permitindo a valorização da preservação de suas referências patrimoniais, identificando na contemporaneidade a permanência destes problemas, contribuindo para a educação permanente dos cidadãos e possibilitando a qualificação da coexistência institucional com a Pinacoteca do Estado.

Valores

- Respeitar e valorizar a diversidade de públicos internos e externos
- Comprometimento com a comunidade local
- “Nada sobre mim sem mim” – protagonismo dos sujeitos da experiência
- Equidade e inclusão
- Gestão transparente e participativa
- Zelar pela ética profissional
- Valorização da equipe de trabalho
- Qualidade nos serviços prestados

Objetivos

São objetivos estratégicos do Memorial da Resistência:

1. Valorização patrimonial do lugar da memória, edifício do antigo DEOPS/SP, que remete diretamente à temática da repressão e da resistência políticas e estímulo às parcerias institucionais que promovam a instituição como articuladora de ações de qualificação da paisagem cultural deste lugar da memória;
2. Salvaguarda das referências das memórias da resistência e da repressão políticas, por meio da gestão de informações atualizadas;
3. Estímulo ao respeito às diferentes manifestações de resistência política e sociocultural contemporâneas, por meio da aproximação e articulação dos respectivos grupos, instituições e associações ligados à temática central do Memorial da Resistência;
4. Incentivo à compreensão das manifestações atuais de resistência e de repressão valorizando a democracia, a cidadania e os direitos humanos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes;

5. Comunicação das referências das memórias e das expressões culturais da atualidade relativas à resistência e à repressão por meio de exposições e ações educativas e culturais;
 6. Desenvolvimento de ações educativo-culturais voltadas à mobilização perceptiva, emotiva e cognitiva para os diferentes públicos, estimulando a reflexão crítica em relação aos direitos humanos, às diferentes manifestações de resistência e às práticas autoritárias;
 7. Possibilidade de valorizar a Pinacoteca do Estado mediante a potencialidade de ações museológicas comuns;
 8. Realização de experimentações museais inéditas, colaborando com a ampliação do campo de reflexão museológica;
 9. Proposição de modelo museológico inovador (lugar da memória + conceito gerador + linhas de ações programáticas) para o tratamento da memória sobre problemas políticos do Brasil contemporâneo.
 10. Tornar-se instituição de referência na área de Museus e Direitos Humanos na América Latina
-

Resultados esperados

O plano ora apresentado sublinha os seguintes desdobramentos e não somente atualizações, referentes aos princípios norteadores apresentados em 2010, priorizando quatro reflexões:

1. A relevância do enfoque temático e do correspondente recorte patrimonial, a partir da importância da musealização das referências culturais inerentes aos processos de “resistência” e “repressão”, sobretudo, naquilo que estes podem contribuir com a educação para a cidadania.

Desdobramentos: Expansão programada do enfoque temático para abordagens de outras dimensões contemporâneas da resistência e da repressão, para além

dos enquadramentos políticos, a partir da eleição e experimentação museológica de novo temário, considerando a projeção da Paisagem Cultural urbana sobre as ações institucionais.

2. A singularidade dessa instituição como resultado da mobilização da sociedade civil em diferentes perspectivas, desde os movimentos de resistência aos regimes políticos autoritários; passando pelas ações para retomada do projeto institucional e, notadamente, alcançando a visibilidade preservacionista deste “lugar da memória”; permitindo a abertura de rotas para um novo destino, possibilitando ao edifício construir e desvelar uma nova vocação, sediando ações museológicas de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

Desdobramentos: Redefinição do repertório patrimonial e acolhimento de coleções materiais para além dos acervos já existentes, considerando a rearticulação entre as linhas de ação em programas de pesquisa, salvaguarda e comunicação, a elaboração de uma Política de Acervo e a consolidação de um Centro de Referência e as respectivas ressonâncias nas ações expositivas e educativas.

3. A exemplaridade do processo de conquista política e de concepção institucional que representa a implantação do MRSP, outorgando-lhe o papel de única instituição em São Paulo e com poucas parceiras em outras regiões do país, impõe a sua projeção processual, mediante o monitoramento da dinâmica de suas atividades amparadas em um sistema de planos e planejamentos estratégicos.

Desdobramentos: Delineamento de um novo quadro referencial para o embasamento de planejamentos estratégicos, nessa fase de expansão, considerando que as fases estruturantes permitiram a consolidação institucional, cuja expansão depende de novas articulações programáticas internas entre as equipes e externas ao Memorial com outras parcerias; este processo deverá possibilitar a expansão dos vetores de pesquisa e salvaguarda, permitindo o acolhimento a novos parceiros e a realização de curadorias compartilhadas, ações culturais colaborativas e ainda a verticalização e sistematização de projetos educativos já em pauta.

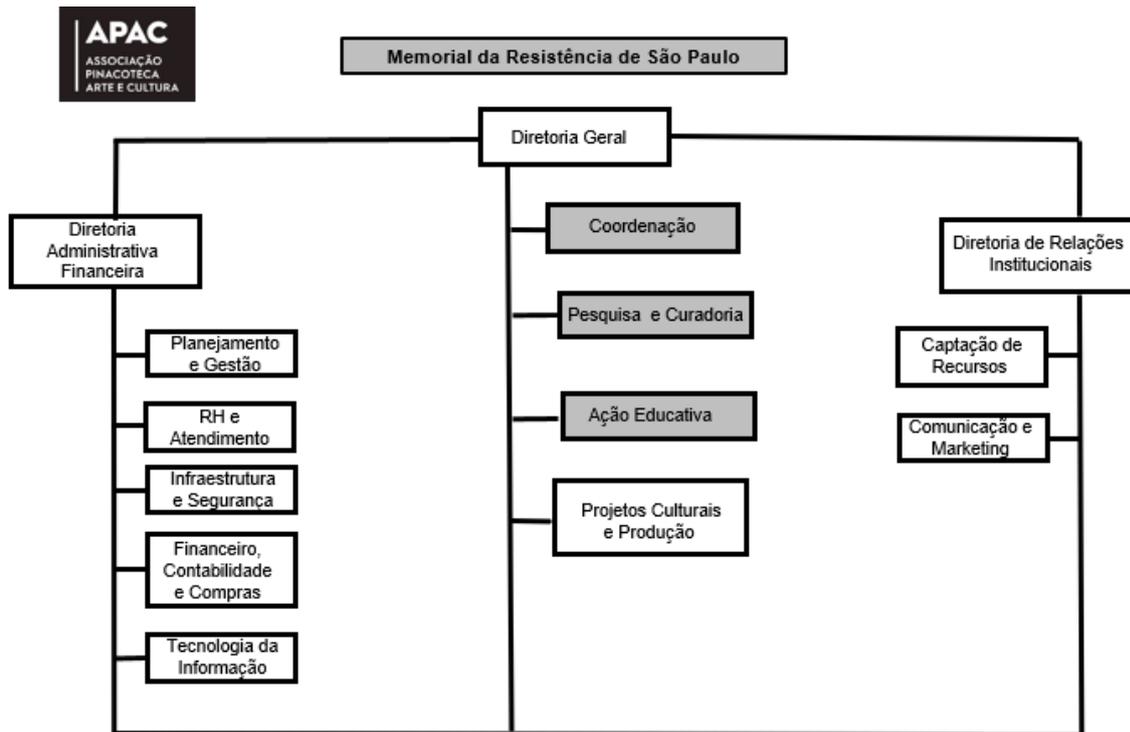
4. A importância museológica de desenvolver atividades delineadas e delimitadas em um contexto subordinado à coexistência institucional, no que se refere ao estranhamento de campos patrimoniais e de perfil das atividades de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

Desdobramentos: Ampliação dos espaços ocupados pelo MRSP e abertura de novas oportunidades para as ações institucionais; refinamento das reciprocidades entre atividades meio e atividades fim que envolvem a coexistência institucional com a Pinacoteca do Estado, especialmente no que tange à melhor inserção nos documentos correspondentes ao contrato de gestão – APAC e às diretrizes da UPPM – SEC e novo equacionamento do quadro de recursos humanos.

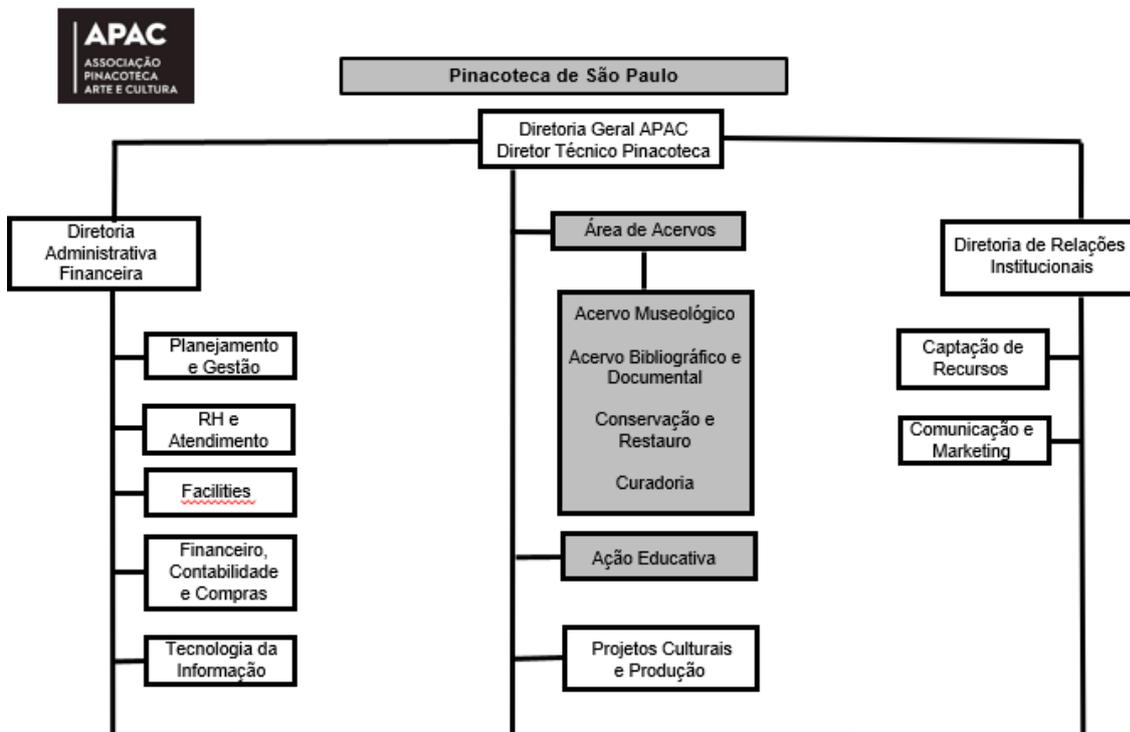
Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC conta com uma área meio que atende também ao Memorial da Resistência. A equipe do Memorial da Resistência está estruturada atualmente, para além da coordenação geral, em dois núcleos: educativo e pesquisa.

As ações relativas às áreas de comunicação, preservação e projetos culturais estão distribuídas entre os colaboradores da equipe, a qual deve ser ampliada caso a instituição, no futuro, disponha de recursos e espaços para desenvolvimento de uma política de aquisições.



As áreas marcadas em cinza atendem especificamente o Memorial da Resistência de São Paulo, enquanto que as demais atendem igualmente a Pinacoteca de São Paulo.



As áreas marcadas em cinza atendem especificamente a Pinacoteca de São Paulo, enquanto que as demais atendem igualmente ao Memorial da Resistência de São Paulo.

Linhas de ação e Programas

A partir das análises sobre os resultados das fases estruturantes que permitiram a consolidação institucional e considerando a perspectiva de expansão do Memorial, este Plano Museológico indica as mesmas linhas de ações, mas agora configuradas em três distintos programas com as respectivas atualizações e desdobramentos relativos aos contextos contemporâneos que, por sua vez, serão realizados por meio de projetos já em desenvolvimento ou a serem estabelecidos e inseridos em planos anuais.

Cabe registrar que essa configuração programática, agora proposta, não corresponde à estrutura organizacional e técnica do Memorial e precisa ser compreendida apenas como arcabouço para orientação dos planejamentos estratégicos e planos anuais.

Essa proposição para um novo equacionamento em programas deve ser considerada a partir de três premissas:

- Necessidade de articulação metodológica, da equipe de profissionais, entre as distintas linhas museológicas com vistas ao adequado equacionamento da realização das atividades do MRSP e obtenção de resultados cada vez melhores;
- Possibilidade de ampliação do quadro de parcerias institucionais de acordo com ações identificadas em escala programática, articuladora de projetos pré-estabelecidos;
- Inserção mais explícita aos programas da UPPM, conforme as suas diretrizes para planos museológicos e de acordo com as metas de relatórios do contrato de gestão.

A partir dessas premissas articuladoras e, sobretudo, considerando o êxito dos diversos projetos realizados e em realização nos anos de consolidação do MRSP, propomos a seguinte equação programática para o futuro institucional, apresentada abaixo:

Programa de Pesquisa e Salvaguarda;
Programa de Exposição e Ação Educativa;
Programa de Parcerias e Ação Cultural.

Os quadros apresentados a seguir apenas ilustram, com os dados de hoje, a equação museológico-programática sugerida:

QUADRO 1 - PROGRAMA DE PESQUISA E SALVAGUARDA – PPS

Trata-se de programa que deve acolher os diferentes projetos de pesquisa atuais e outros a serem organizados e as respectivas ações de tratamento das informações e dos acervos resultantes destas atividades. A título de exemplo, seguem duas indicações de pesquisa:

Lugares da Memória:

- identificação e inventário dos espaços da memória localizados no Estado de São Paulo, expandindo o alcance preservacionista do Memorial de acordo com a Política de Acervo, de maneira a retroalimentar o Centro de Referência Patrimonial.

Coleta Regular de Testemunhos:

- registro de testemunhos de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos, para a construção de um banco de dados referencial sobre o DEOPS/SP, como também a expansão para novos vetores da resistência sociocultural e direitos humanos na contemporaneidade, de acordo com a Política de Acervo, retroalimentando o Centro de Referência Patrimonial.

Esses projetos de pesquisa e outros a serem concebidos devem alimentar a organização da salvaguarda do Memorial, conforme abaixo referenciada:

Centro de Referência Patrimonial:

- organização, conservação, documentação e conexão em rede de fontes materiais, documentais e bibliográficas, provenientes das pesquisas e em consonância com a Política de Acervo, ampliando as informações para o

desenvolvimento dos outros programas e permitindo o acesso do público em geral

Caso a instituição venha a dispor de recursos e espaços para dar início à uma coleção museológica material, uma política de acervo colaborativa deve ser desenvolvida e novas ações de pesquisa e salvaguarda, bem como a equipe, devem ser estruturadas.

QUADRO 2 - PROGRAMA DE EXPOSIÇÃO E AÇÃO EDUCATIVA – PEA

Trata-se de programa que deve acolher dois segmentos independentes de projetos, mas de forma articulada, correspondentes às atividades de comunicação museológica.

Exposições:

- apresentação de exposição principal, a partir da musealização do espaço prisional e implantação de um sistema de exposições temporárias, privilegiando os enfoques temáticos das pesquisas institucionais e articulando os projetos educativos; contemplando as ações em parceria e proporcionando novos olhares sobre as questões relativas aos temas centrais do Memorial.

Ação Educativa:

- construção de diálogos entre o discurso expositivo e o público, por intermédio do desenvolvimento de processos formativos para educadores (ensino formal e não formal), da realização de visitas orientadas e da produção de materiais pedagógicos de apoio, contemplando ações multiplicadoras por meio de parcerias

QUADRO 3 - PROGRAMA DE PARCERIA E AÇÃO CULTURAL – PPAC

Trata-se de programa vocacionado a acolher projetos referentes à mudança expressiva que está sendo indicada neste plano no que se refere aos desdobramentos e ampliação do escopo do Memorial, direcionada à necessidade de identificação de inéditas parcerias. Ao mesmo tempo, este programa visa ao melhor equacionamento das atividades de ação cultural que deverá corresponder à ampliação das mencionadas parcerias.

Ação Cultural:

- busca e organização de parcerias institucionais, promoção de eventos para a atualização das discussões sobre os temas do Memorial, implementação de ações em rede, com abordagens multidisciplinares que possam renovar as interpretações sobre o passado recente e articular com os acontecimentos contemporâneos, ampliando o impacto institucional no cenário das políticas públicas da cultura e educação.

Conforme já explicitado, os quadros anteriormente apresentados apenas exemplificam as propostas de articulação que devem embasar as estratégias para a proposição dos planos anuais que permitam a expansão institucional.

Agora, no Plano Museológico proposto para acompanhar o Memorial nos próximos cinco anos (2019 – 2023), indicamos dois vetores de ações simultâneas que devem ser coadunados com os planos anuais de trabalho e, sobretudo, devem estar submetidos a um planejamento estratégico:

- Vetor A: Expansão do Repertório Patrimonial
- Vetor B: Expansão das Parcerias Institucionais

Como esses dois vetores propostos e identificados nos estudos e discussões inerentes à realização deste Plano Museológico, não correspondem à hierarquia de importância e mesmo à temporalidade diferenciada, entendemos que devem ser equacionados em um mesmo planejamento estratégico.

Entretanto, alguns procedimentos normativos, já indicados no plano precedente, mas que não foram realizados, agora se mostram como prioritários, a saber:

- Redação do regimento interno do MRSP;
- Elaboração de organograma institucional.

Planejamento Estratégico

A partir do exposto nos tópicos precedentes, propomos que o Plano Museológico da próxima etapa de expansão do MRSP / 2019 – 2023 leve em consideração a realização de planejamento estratégico e que, ao mesmo tempo, ordene a realização das prioridades dos projetos nos respectivos planos anuais, mas, sobretudo, monitore a perspectiva de expansão institucional no que se refere aos desdobramentos do repertório patrimonial e à participação de novas parcerias, considerando a potencialidade de captação de recursos para a execução dos mesmos.

O planejamento estratégico proposto está ancorado em funções diferenciadas neste Plano Museológico. Em um segmento, o vetor do planejamento estratégico voltado à expansão do repertório patrimonial corresponde à inflexão necessária para as responsabilidades conceituais, metodológicas e operacionais referentes aos novos temas e novos argumentos para as ações museológicas. Em outro segmento, o vetor do planejamento estratégico orientado para a expansão de parcerias institucionais aponta para a necessidade da implementação do levantamento sistemático sobre quais são os novos parceiros que precisam ser acessados nesta nova etapa do Memorial.

As características operacionais e financeiras do planejamento estratégico, por um lado, deverão ficar na dependência do perfil do contrato de gestão e das especificidades dos planos de metas, mas, por outro, esta dependência deve considerar também a abertura de perspectivas para captação de recursos para a viabilização das ações de expansão institucional, como já mencionado.

Entretanto, a execução do planejamento estratégico é fundamental para a implantação deste Plano Museológico.

Expansão do Repertório Patrimonial e Identificação de Novas Parcerias

A ideia central da articulação dos dois vetores em um mesmo esforço de planejamento estratégico está vinculada não somente aos procedimentos necessários de pesquisa e salvaguarda para a organização das novas variáveis do repertório patrimonial, mas, sobretudo, que o Memorial tenha a capacidade neste novo período de atuação de elaborar ações museológicas de exposição e ação educativa de extroversão destes novos conteúdos.

Trata-se, portanto, de um conjunto de ações coordenadas e em mão dupla.

Por um lado, novos olhares de pesquisa deverão atrair novos parceiros / interlocutores e a extroversão de novas pesquisas permitirá o alcance de outros parceiros e a ampliação do público do Memorial.

Essa perspectiva de desdobramentos no que se refere à atual conjuntura institucional terá ressonâncias importantes nas linhas de ações museológicas, nos necessários financiamentos e mesmo no organograma institucional.

CENÁRIOS E METAS

Discussões Conceituais-Museológicas e Pesquisas correspondentes

- avaliação sobre a pertinência do MRSP constituir e manter acervos de artefatos e/ou documentos, além dos acervos virtuais de informações, sobre o seu enfoque temático e recorte patrimonial, com vistas à expansão dos mesmos;
- identificação dos enfoques temáticos que devem ser priorizados para a ampliação do repertório patrimonial e a respectiva extroversão sistemática em sua exposição principal e nas mostras temporárias, como ainda, reverberarem nos projetos educativos. articulação das metodologias e conteúdo das linhas de ações museológicas – Centro de Referência, Lugares da Memória e Coleta de Testemunhos – e os respectivos projetos de pesquisa em pauta e outros que deverão ser implementados, com

aquelas que estão sendo consideradas para as exposições e ação educativa, considerando inclusive novos projetos de comunicação museológica que deverão surgir neste cenário;

- pesquisa para mapeamento prospectivo sobre o alcance de novos públicos a partir da expansão do repertório patrimonial e os respectivos desdobramentos expositivos, educativos e de ação cultural.
- pesquisa para verificação sobre novos parceiros potenciais para as novas perspectivas de ações e estabelecimento de parcerias.

NECESSIDADES E FINANCIAMENTO

A proposta de expansão institucional, central neste Plano Museológico, exige especial atenção no que se refere às providências de financiamento, para além dos subsídios provenientes do contrato de gestão. Trata-se, portanto, de uma condição prioritária para a realização das atividades do planejamento estratégico, abaixo indicadas:

- identificação sobre modelos de bancos de dados compatíveis para as necessidades atuais e futuras do MRSP;
- formatação da estrutura operacional para a implementação do banco de dados elementar para o gerenciamento da informação;
- concepção e organização da reserva técnica para acervo material;
- realização sistemática de exposições temporárias e revisão da exposição de longa duração (ou exposição principal);
- ampliação do escopo da ação educativa; contratação dos serviços técnicos correspondentes.

PROCEDIMENTOS NORMATIVOS

- redação da Política de Acervo Institucional, de acordo com o regimento do Memorial;

- estruturação das bases para a implantação do Centro de Referência; contratação de profissionais para a operacionalização das novas variáveis de ação do MRSP.

Conexões entre os vetores do MRSP e as diretrizes da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico – UPPM / Secretaria de Estado da Cultura:

Segue, agora, a proposta de planejamento estratégico para o MRSP tendo em conta os dois vetores detalhados anteriormente:

1. expansão do repertório patrimonial e
2. expansão de parcerias institucionais + olhar sobre o território.

Como forma de melhor sistematizar as ações e metas consideradas estratégicas para o MRSP para o período 2019 – 2023, as diretrizes propostas estão apresentadas de modo articulado com aquelas postuladas pela UPPM.

Cabe pontuar que, embora aqui organizadas de forma compartimentada, todas estas iniciativas devem ser compreendidas dentro de uma perspectiva processual e sistêmica, ancoradas nos princípios e propósitos que orientam a missão, visão e valores do Memorial.

Da mesma forma, cabe sublinhar que as indicações constantes do quadro a seguir devem ser sistematicamente monitoradas, avaliadas, inseridas em planos anuais e submetidas a metas e expectativas de resultados institucionais, para que sejam de fato efetivas na instituição.